FOTOGRAFIAS *Insurgentes*



Mãos que rasuram a sustentabilidade nos livros didáticos de Ciências Humanas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOTOGRAFIAS INSURGENTES:
Mãos que rasuram a sustentabilidade nos livros didáticos de Ciências Humanas

CLÁUDIA MELATTI

Porto Alegre/RS
Inverno, 2026.

CLÁUDIA MELATTI

FOTOGRAFIAS INSURGENTES
Mãos que rasuram a sustentabilidade nos livros didáticos de Ciências Humanas

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Linha de Pesquisa: Ensino de Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini

Porto Alegre/RS

CIP - Catalogação na Publicação

Melatti, Cláudia
Fotografias Insurgentes, mãos que rasuram a sustentabilidade nos livros didáticos de Ciências Humanas / Cláudia Melatti. -- 2026.
181 f.
Orientadora: Ivaine Maria Tonini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2026.

1. Livro didático. 2. Fotografias. 3. Geografia. 4. Imagens do pensamento. 5. Escola. I. Tonini, Ivaine Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CLÁUDIA MELATTI

FOTOGRAFIAS INSURGENTES
Mãos que rasuram a sustentabilidade nos livros didáticos de Ciências Humanas

BANCA EXAMINADORA:

_____
Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini – UFRGS

_____
Prof. Dr. Aldo Gonçalves de Oliveira – UFCG

_____
Profa. Dra. Larissa Corrêa Firmino – UFRGS

_____
Profa. Dra. Lígia Beatriz Goulart – UFRGS

_____
Profa. Dra. Juliana Carvalho Cardoso – SED/SC

Porto Alegre, 16 de Julho de 2026.

Dedico este estudo

Aos meus pais, que me fizeram conhecer um universo para além dos humanos. Enquanto Adilo José Melatti me mostrava a beleza da floresta, minha mãe, Rosalina Gremelmaier Melatti, me ensinava a voar como os pássaros.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer aqueles que contribuíram para que esta pesquisa tomasse forma. Cada sorriso, olhar, palavra e gesto foi importante para delinear cada instante deste processo de escrita. O caminho, nem sempre simples, manteve-se em direção, mesmo diante das curvas, declives, retas e abismos. A distância física não impediu o olhar atento de minha orientadora, Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini, por quem tenho eterna gratidão por me lançar neste universo acadêmico tão rico e recheado de afetos. Ela proporcionou encontros e situações que expandiram meus horizontes para além do que um dia ousara almejar.

Desses encontros, fui agraciada com a presença de pessoas pelas quais tenho grande apreço e gratidão, muitas das quais se tornaram meus professores posteriormente. Trago aqui a menção a dois professores que foram cruciais em minha caminhada: Nestor André Kaercher, que me tirava da caixa e mostrava que eu poderia pensar para além do estabelecido, e Aldo Gonçalves de Oliveira, que, desde o primeiro contato, no PNLD 2017, manteve um olhar de ternura e acolhimento em um universo basicamente composto de doutores e pós-doutores. Foi ali que conheci uma imensa massa de pessoas extraordinárias: Amanda Regina Gonçalves (UFU), Élida Pasini Tonetto (UFRGS), Ana Cláudia Carvalho Giordani (UFF), Lígia Beatriz Goulart (UFRGS), Denise Wildner Theves (UFRGS), Maria Francineila Pinheiro dos Santos (UFAL), Manoel Martins de Santana Filho (UERJ) e tantos outros que, mesmo não tendo seus nomes registrados nestas linhas, sabem que estão aqui, fazendo parte da minha trajetória.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela oportunidade de ingressar no curso de Doutorado em Geografia e por se manter como uma instituição pública, gratuita e de excelência. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para o desenvolvimento e aprofundamento desta pesquisa. À Secretaria de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) e ao Departamento de Geografia da UFRGS, agradeço pelo acompanhamento e apoio ao longo de todo o meu processo de formação acadêmica.

Agradeço à Profa. Dra. Larissa Corrêa Firmino por abrir espaço na disciplina de Educação Geográfica II para a realização de meu Estágio de Docência, por fornecer os materiais que constituem o objeto de estudo desta pesquisa (livros didáticos) e por possibilitar a experiência junto aos estudantes.

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação, Prof. Dr. Marcelo de Oliveira Moura, Prof. Dr. Nestor André Kaercher e Prof. Dr. Aldo Gonçalves de Oliveira, cujas valiosas contribuições conferiram maior robustez à pesquisa.

Minha profunda gratidão ao grupo *Mios Bambinos*, orientandos da Professora Ivaine, com os quais pude partilhar e produzir conhecimentos, além de construir afetos: Taís, Simone, Talita, Joaquim, Davi, Joana e Gabriel. Registro um agradecimento especial a Ludimila, por fornecer as coleções de livros didáticos que ainda faltavam para análise, e a Juliana, cuja amizade se fortaleceu na partilha do tempo de pesquisa, regado a café, almoços e longas conversas por áudios de *WhatsApp*.

No que tange à escrita desta tese, agradeço, com especial carinho, à minha irmã, Rosângela Melatti, que, desde criança, alimentou minha imaginação com suas histórias, sempre com um livro didático em mãos, despertando em mim o gosto pela leitura e pela escrita, além de criar a arte que estampa esta pesquisa. Agradeço a Maria de Lourdes Francisquini Melatti pela cuidadosa revisão da língua portuguesa, que contribuiu para uma escrita mais fluida.

Registro uma menção especial ao Colégio Estadual Nilo Peçanha e à diretora em exercício, Albina Kawano, cujas memórias foram resgatadas e transportadas para esta escrita-tese.

Agradeço a Rosimeire Dellangelo pelos registros fotográficos da escola e aos amigos professores da educação básica, Sandra, Newton, Cléia, Paulo, Carol, Ana Paula e Luiz, além de tantos outros colegas que fizeram parte da minha jornada e das conversas regadas a café na sala dos professores.

Um agradecimento carinhoso aos estudantes que preencheram minha memória com lembranças de um tempo em sala de aula: Raíssa, Fabrício, Ariadne, Ana Paula, Luana, Pedro, Robert, Vinicius, Vitória, Yasmim, Pablo, Pedro Augusto, Maria Alícia, Juliana, Fernando, Isabela, Vanessa, Mariana, Gabriel, João, Augusto, Julia, Luís Otávio... e tantos outros que povoam meus pensamentos e fizeram parte da minha história.

Aos amigos, minha profunda gratidão. Sem eles, este tempo dedicado à pesquisa teria sido muito mais árido. Em especial, a Josy, Eduardo, Márcio e Raíssa, pelas divagações e pelos estímulos durante as longas caminhadas pela estradinha de *San Raphael*, fundamentais para a problematização e a definição do objeto de pesquisa, além do apoio constante ao longo do processo de escrita. Ao meu professor de graduação, Airton Nozawa, que sempre acompanhou de perto a minha trajetória, minha gratidão. Gratidão também às minhas amigas

gateiras: Dayse, Simoni e Mona, que, em meio à turbulência de um tempo de isolamento, traziam refrigérios em forma de afetos e companhia.

Ao grupo Flauta e Fole, agradeço por permitir que a música atravessasse os estudos nos pequenos intervalos que eu buscava abrir em meio à escrita.

À minha família, que deixo por último, mas não menos importante, pois esteve sempre nos bastidores, ancorando-me em momentos de deslize e de isolamento, minha gratidão permanente, especialmente ao meu irmão Gerson e à minha sobrinha Muriel.

Por fim, agradeço a todos os humanos e não humanos que estiveram comigo nesta pesquisa e fizeram com que ela tomasse forma, seja por meio de pensamentos, seja por meio de sentimentos. Faço um brinde a todos esses seres que caminharam comigo nessa longa jornada, repleta de desafios e de amor.

Namastê!

RESUMO

A tese Fotografias Insurgentes, mãos que rasuram os livros didáticos de Ciências Humanas, tem como foco de investigação as fotografias alusivas ao Desenvolvimento Sustentável e à Sustentabilidade presentes em livros didáticos destinados ao Ensino Médio. A pesquisa está ancorada no campo dos Estudos Culturais sob um viés teórico-metodológico pós-estruturalista. A análise das fotografias buscou mostrar como essas operam na naturalização da exploração capitalista através de um dispositivo de sustentabilidade, subalternizando sujeitos humanos e não humanos e reforçando as estruturas de poder responsáveis pelo acúmulo de capital, tanto em nível local quanto global. Mobilizando memórias de um tempo vivido em sala de aula, recorrer à imaginação e à emoção como procedimentos analíticos foi oportuno para problematizar as intencionalidades que se configuram diante dessas imagens. Para isso, parte do conceito de *Tropas de Imagens*, a fim de revisitar aquilo que se cristalizou no pensamento e descrevê-las de modo a expandir o campo visual e dos sentidos para além do visível. Foram analisadas dezoito fotografias, organizadas em três blocos: 1) Sustentabilidade e Trabalho; 2) Sustentabilidade, Conferências e Ativismos; 3) Sustentabilidade e Natureza. A partir das análises, a tese aproxima-se da conclusão de que as fotografias de sustentabilidade colaboram para a constituição de um novo sujeito alinhado às condutas globais, cuja resiliência opera em contraposição à resistência. Instituem-se, assim, novos padrões de consumo, capturados pelo capitalismo sustentável, que atua sob um envoltório de conservação ambiental, mascarando a intensa exploração de humanos e não humanos que habitam as terras do Sul Global.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Fotografias; Livro Didático; Ciências Humanas.

ABSTRACT

The dissertation Insurgent Photographs, hands that deface Human Sciences textbooks focuses its investigation on photographs related to Sustainable Development and Sustainability featured in high school textbooks. The research is grounded in the field of Cultural Studies, drawing on a post-structuralist theoretical and methodological framework.The analysis of the photographs sought to demonstrate how they operate in the naturalization of capitalist exploitation through a sustainability dispositif, subordinating human and non-human subjects while reinforcing the power structures responsible for capital accumulation at both local and global levels. By mobilizing memories of lived classroom experiences, the use of imagination and emotion as analytical procedures proved valuable in problematizing the intentionalities configured within these images. To this end, the study draws upon the concept of Image Troops in order to revisit what has become crystallized in thought and to describe these images in ways that expand the visual and sensory field beyond what is immediately visible. Eighteen photographs were analyzed and organized into three thematic blocks:1) Sustainability and Labor; 2) Sustainability, Conferences, and Activisms and 3)Sustainability and Nature. Based on these analyses, the dissertation approaches the conclusion that sustainability photographs contribute to the constitution of a new subject aligned with global conduct norms, whose resilience operates in opposition to resistance. Thus, new consumption patterns are instituted, captured by sustainable capitalism, which operates under the guise of environmental conservation while masking the intense exploitation of human and non-human beings inhabiting the lands of the Global South.

KEYWORDS: Sustainability; Photographs; Textbook; Human Sciences.

RESUMEN

La tesis Fotografias Insurgentes: manos que tachan los libros de texto de Ciencias Humanas centra su investigación en fotografías alusivas al Desarrollo Sostenible y a la Sostenibilidad presentes en libros de texto destinados a la Educación Secundaria. La investigación se fundamenta en el campo de los Estudios Culturales, desde una perspectiva teórico-metodológica postestructuralista. El análisis de las fotografías buscó demostrar cómo estas operan en la naturalización de la explotación capitalista mediante un dispositivo de sostenibilidad, subordinando sujetos humanos y no humanos y reforzando las estructuras de poder responsables de la acumulación de capital, tanto a nivel local como global. Al movilizar memorias de un tiempo vivido en el aula, recurrir a la imaginación y a la emoción como procedimientos analíticos resultó oportuno para problematizar las intencionalidades que se configuran frente a dichas imágenes. Para ello, se parte del concepto de Tropas de Imágenes, con el fin de revisitar aquello que se ha cristalizado en el pensamiento y describirlas de manera que se amplíe el campo visual y sensorial más allá de lo visible. Se analizaron dieciocho fotografías, organizadas en tres bloques: 1)Sostenibilidad y Trabajo; 2)Sostenibilidad, Conferencias y Activismosy 3)Sostenibilidad y Naturaleza.A partir de los análisis, la tesis se aproxima a la conclusión de que las fotografías de sostenibilidad contribuyen a la constitución de un nuevo sujeto alineado con las conductas globales, cuya resiliencia opera en contraposición a la resistencia. Se instituyen, así, nuevos patrones de consumo, capturados por el capitalismo sostenible, que actúa bajo un envoltorio de conservación ambiental, enmascarando la intensa explotación de humanos y no humanos que habitan las tierras del Sur Global.

PALABRAS CLAVE: Sostenibilidad; Fotografías; Libro de Texto; Ciencias Humanas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trajeto para a escola 17

Figura 2 – Pátio da escola 19

Figura 3 – Portões da escola 19

Figura 4 – Sala dos professores 20

Figura 5 – Observação da estudante..... 27

Figura 6 – Questionamento de Raíssa..... 27

Figura 7 – Quebradeiras de coco-babaçu 28

Figura 8 – Professores e estudantes da educação básica 36

Figura 9 – Exercício com tropas de imagens .....…… 40

Figura 10 – Livro didático em uma biblioteca 47

Figura 11 – Livro didático.....53

Figura 12 – Livro didático de Geografia anterior à Reforma do Ensino Médio. 59

Figura 13 – Livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 60

Figura 14 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 67

Figura 15 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 69

Figura 16 – Maratona de Empreendedorismo .....…… 70

Figura 17 – Protagonismo sustentável 71

Figura 18 – Arrecadação e distribuição de alimentos 73

Figura 19 – A vida sustentável das mulheres quebradeiras de coco-babaçu 96

Figura 20 – Em uma floresta sustentável caminha um humano insustentável 100

Figura 21 – Trabalho precarizado: a colheita distante da aposentadoria 104

Figura 22 – Sou o responsável pela tal sustentabilidade? 108

Figura 23 – Marcas registram os corpos; donos dos corpos registram suas marcas 111

Figura 24 – Entre braços e plásticos, o suor diário da reciclagem 115

Figura 25 – O futuro sustentável 119

Figura 26 – As políticas de gerenciamento planetário 124

Figura 27 – A luta por um futuro habitável 126

Figura 28 – Todos engajados na causa planetária 130

Figura 29 – Protestos socioambientais no Sul Global 133

Figura 30 – A luta é também ambiental 137

Figura 31 – A sustentabilidade da floresta 141

Figura 32 – O consumo verde: a sustentabilidade da rã-dourada 144

Figura 33 – A sustentabilidade do lítio 146

Figura 34 – O consumo que agoniza a vida 150

Figura 35 – Desenvolvimento sustentável? Sustentabilidade? 153

Figura 36 – Sustentabilidade ou coexistência? 157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Coleções aprovadas PNLD 2021 – Ensino Médio..... 41
Quadro 2 – Livros temáticos – “Natureza e Sociedade” 42
Quadro 3 – Categorias de análise..... 43
Quadro 4 – Categorias selecionadas para análise 44

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COP	Conferência das Partes
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
LD	Livro Didático
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Posicionamento Ativista Transformador
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 DA PROFESSORA À ESCOLA: PARTIDAS E CURVAS..... 16
1.1. De onde vim? Onde estou? 21
1.2. Em sala de aula 25

2 PELOS CAMINHOS DA IMAGINAÇÃO, MEMÓRIAS E FICÇÃO..... 32
2.1. Perguntar, deslocar, pesquisar 32
2.2. Entre desvios, memórias e tropas: caminhos metodológicos..... 34

3 O LIVRO DIDÁTICO EM PAUTA 46
3.1. Cuidado com o livro didático 50
3.2. O livro didático em seu movimento pendular..... 52
3.3. O livro didático e o desenvolvimento sustentável..... 59
3.4. A sustentabilidade como estratégia ecopolítica..... 66

4 ATRAVESSANDO RESSONÂNCIAS EM SALA DE AULA..... 75
4.1. Colonialidade como estratégia discursiva..... 82
4.2. Fotografias como registros discursivos 88

5 OUTROS MODOS DE VER E MOVIMENTAR AS FOTOGRAFIAS..... 93

6 DA ESCOLA PARA A VIDA..... 160
6.1. Leitura dos blocos..... 163
6.2. De volta para casa..... 167

REFERÊNCIAS 171

1. DA PROFESSORA À ESCOLA: PARTIDAS E CURVAS

Para saber é preciso imaginar-se.
(Didi- Huberman, 2020, p.11)

O som de floresta me desperta para mais um dia de trabalho. Silencio o celular e observo pela janela o dia que ainda não amanheceu. Entre goles de água, meditação, banho e café, coloco os materiais didáticos no interior da mochila e organizo meus pensamentos para mais uma etapa diária. A tranquilidade das aulas planejadas se entrelaça com o desafio de conviver com estudantes tão diversos em um ambiente tão pouco acolhedor como a escola. Percebo certa resistência em recomeçar minha rotina e sinto aflorar um desejo latente por uma pausa, uma mudança de ritmo, um acordar que rompa com o horário "religioso" das 5h30min. Logo o pensamento se esvai, desloco a bicicleta da parede e dou início a mais uma jornada diária.

O trajeto que me leva ao trabalho é de uma beleza ímpar e pelas ruas vou seguindo em direção à ciclovia que corta parte da cidade no sentido Leste-Oeste. Distante um pouco da pista dos automóveis, atravesso por árvores frondosas, floridas, ouço o canto de pássaros e vejo o sol lá no horizonte (Figura 1). O aroma das flores e o frescor da manhã aguça o meu olfato. A melodia dos pássaros encanta os meus ouvidos e o meu corpo se integra em uma sinfonia de sons acompanhados de cheiros e belezas visuais. Enquanto percorro a ciclovia, sou atraída por uma fragrância peculiar que instantaneamente captura o meu olhar a ponto de enxergar, em meio a outras espécies, a graciosidade de uma flor, traduzida em cores e formas. Tenho a sensação que ela também me observa e, mesmo que estejamos em trajetórias distintas, fazemos parte do mesmo espaço.

Sinto que a minha existência e meu corpo se entrelaçam com a pluralidade de seres humanos e não humanos (Ferdinand, 2022), formando um único tecido. Envolvida em deslumbramento, compreendo que essa flor que me atraiu, um dia já foi semente e, ao ser carregada pelo vento, se depositou para germinar e florescer neste lugar que hoje atravesso. Não sou a única a me mover nesse espaço. Os não humanos também têm suas trajetórias, tudo está se movendo (Massey, 2008), a natureza[1] que aparentemente se encontra silenciada mostra

[1]Segundo Arturo Escobar (2010), o conceito de natureza é uma construção moderna e colonial. Neste texto, utilizo o termo "natureza" para facilitar a leitura, reconhecendo, contudo, que se trata de um termo colonizado.

seus percursos. São tantos movimentos, tantos sons, contornos e cores que se conectam a mim que não consigo imaginar a possibilidade de uma possível separação entre humanos e não humanos.

Figura 1 – Trajeto para a escola



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Abruptamente, afasto-me dessa breve cosmologia em razão dos ruídos repentinos vindos de outros movimentos causados pelas atividades humanas que, com suas máquinas potentes, alargam seus espaços-tempos, abafando e sobrepondo qualquer outro tipo de presença não humana. O som arrebatado de uma buzina me envolve e meu campo de visão é arrastado para o movimento frenético dos automóveis, direcionando a atenção para a avenida que corre em paralelo com a ciclovia.

A velocidade é o imperativo do tempo em que humanos circulam em uma condição de pressa que contrasta com a dança delicada de uma borboleta, evidenciando os ritmos destoantes entre humanos e não humanos. No mesmo instante visualizo um breve aceno vindo do interior de um automóvel que cruza em minha lateral. Nesse minuto fugaz penso reconhecer a figura humana que ali percorre em trajetória distinta da minha. O semáforo em cor amarela me força pausar e o automóvel se esvai rapidamente, sem ao menos deixar rastro de identificação de um rosto sutilmente familiar.

Do outro lado da avenida caminha uma senhora com um chapéu verde-água que parece se direcionar ao trabalho. Não possuo relação alguma com ela, no entanto, ela está ali, fazendo parte do mesmo espaço. São diferentes trajetórias que se entrecruzam nessa multiplicidade de interconexões e de não-conexões, de modo que as relações não se manifestam em um sistema coerente, fechado, em que tudo está relacionado (Massey, 2008); outros universos de possibilidades estão acontecendo sem que eu as perceba ou seja capturada por elas. Conforme vou percorrendo a ciclovia, constato as diferentes relações que se manifestam durante o trajeto e, no cadenciar dos pedais da bicicleta, continuo meu percurso, aberta para outras novas conexões.

A ciclovia continua seu curso para além do meu ponto de parada, enquanto eu me desloco para a direita e adentro por um bairro não tão distante do centro da cidade, o Vila Nova. O movimento de pedestres e de automóveis por ali indica que algo existe naquele lugar um tanto bucólico. Embrenho-me por uma ruazinha que de tão curta não ultrapassa um quarteirão. Por ali observo passos apressados que se mesclam com outros mais lentos. Vejo sorrisos largos em corpos uniformizados, mochilas nas costas, cabelos suspendidos em bonés e bocas revestidas de batons multicoloridos.

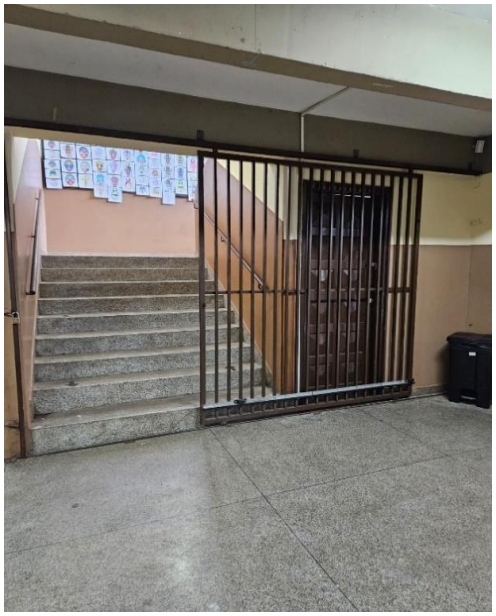
O burburinho se estabelece quando me aproximo do portão, as conversas entusiasmadas e o vai e vem de pessoas que se entrecruzam em frente ao estabelecimento evidenciam a heterogeneidade proporcionada pelo espaço, o qual não se constitui na homogeneidade, mas em um emaranhado de trajetórias (Massey, 2008). Seres se agrupam e se dispersam, criando um constante fluxo de conexões inesperadas. Desmonto da bicicleta e, ao ultrapassar o portão, me encontro no meu lugar de atuação, a escola.

Conforme adentro pelo espaço escolar cintilam outras perspectivas. O sol londrinense castiga os rostos pela ausência de árvores e o cinza exposto nas paredes (Figura 2) contrasta a vida que exala pelos poros daqueles corpos estudantis ao percorrem em direção às salas de aula, alertados pelo som de um sinal sirene que ainda imita a fábrica. Meu corpo estremece, criando um ácido alerta de cerceamento.

Figura 2 – Pátio da escola



Figura 3 – Portões da escola



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Neste instante sou capturada pelas semelhanças entre prisão e escola e me acolho em Foucault (1987, p. 250) quando sustenta que “devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?”. As grades, portões, catracas e trancas (Figura 3), compõem o cenário de encarceramento, fazendo da escola um ambiente instrumentalizado para a sujeição dos corpos que ocupam este lugar.

Sem perceber, me vejo acoplada à massa corpórea que se aglutina nos espaços restritos. Ao ultrapassar o segundo portão, minha visão já avista outra robusta grade em formato de portão horizontal, delimitando o espaço da cantina com as áreas destinadas aos estudos. Atravesso com os estudantes a zona fronteiriça e percebo que o poder também opera pelas estruturas físicas, impondo proibições, limitando a fluidez dos corpos.

Ao submeter a autonomia do movimento a estruturas rígidas, nossos corpos são encaixados em um sistema composto de regras e proibições de modo que, sutilmente vão nos transformando em corpos dóceis, fáceis de serem utilizados, transformados e aperfeiçoados (Foucault, 1987). Adocicados, os corpos estudantis seguem rumo às salas de aulas, sem muito perceber o tamanho da sujeição que está sendo imposta, desconhecem a potência dos próprios corpos como instrumento autônomo. Mas uma efervescência é notada quando esses corpos se aproximam e, por entre abraços e sorrisos espontâneos, sinalizam que a escola ainda é um lugar de possíveis afetos e transformações.

Viro para esquerda e subo as escadas em direção ao aparelho de controle, o ponto eletrônico. Aproximo o dedo indicador no sensor e percebo que “o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (Foucault, 1987, p.178). A partir desse instante meu corpo se condiciona a fragmentos do tempo marcados pelo sequenciar dos cinquenta minutos que separam uma aula da outra.

Na pressa, percorro o pequeno corredor que me conduz à sala dos professores. A mesa grande de madeira, as cadeiras confortáveis em torno dela, os armários, o sofá de descanso me trazem acolhida e os encontros rápidos acompanhados de conversas breves com as colegas de trabalho despertam o desejo de um pouco mais de contato, mas o tempo se comprime e o segundo sinal já alerta que preciso me dirigir para a sala de aula. Assim, entre a partilha de materiais e informações, resta um breve “até mais, boa aula!” e sigo em direção às salas de aula, desejando o reencontro no intervalo de quinze minutos, que ainda prefiro chamar de recreio.

É nele, no recreio, que a breve pausa é capturada pela comunhão dos conhecimentos vindos das diversas formações que constituem os humanos ali presentes, os professores (Figura 4).

Figura 4 – Sala dos professores



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Do cotidiano à abstração, nossas mentes vagueiam, transformando-se em um emaranhado de ideias que saltam por entre as rotinas domésticas e as complexidades das visões bi-tridimensionais. Os corpos vão se amontoando no estreito sofá, atraídos pelas

explanações compostas de teorizações em que a trigonometria movimenta as discussões calorosas em torno das projeções cartográficas, tema da Geografia cuja compreensão é um desafio para as mentes estudantis. Acolho-me em Safatle (2024), ao pensar nos corpos como uma potência de unidade em que "um corpo é sempre a história de suas quebras, da maneira como ele precisa se quebrar para se deixar afetar pelo que lhe atravessa" (Safatle, 2024, p. 47-48). Quebrar é se fragmentar, abrir-se para novas conexões e aprendizados com o outro. Se em um pequeno intervalo de tempo nomeado de recreio somos capazes de elaborar e desafiar ideias, o que podemos construir em uma sala de aula com sujeitos tão diversos?

O saber surge por meio de "encontros dos sujeitos que habitam esses espaços, tensionando, assimilando, criando, recriando, construindo, destruindo, inventando, significando e ressignificando os espaços e os conhecimentos geográficos ali produzidos" (Giordani, 2020, p. 269). É por meio desses encontros que a escola também se define como um lugar que desenvolve ciência e não deve ser considerada apenas como um receptáculo de ideias vindo de outras instituições (Girotto, 2023). Se nossos corpos e mentes fossem menos disciplinados e comprimidos pelo tempo, poderíamos partilhar novas teorias, visto que a produção do conhecimento extrapola a sala de aula e é também elaborada no escasso momento de descanso, o recreio.

A conversa é interrompida com o alerta ao retorno às salas de aula. Ao me distanciar dos colegas, adentro outros espaços da escola, vou experimentando sensações entre a plenitude e a tensão geradas pela aventura de estar em uma sala de aula. Nessa ebulição de emoções me permito questionar: "Como vim parar aqui?". As memórias sobressaltam em perspectiva...

1.1. DE ONDE VIM? ONDE ESTOU?

Nasci em uma família já formada, fui a sexta e última dos filhos. Como filha caçula e saúde um pouco frágil, passei minha infância sendo protegida pelos meus irmãos e pela minha mãe. A família do meu pai era muito conhecida na pequena cidade ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Tragicamente, o álcool atormentava a vida do meu pai, fazendo-o tornar-se violento com certa frequência. Os raros momentos de abstinência eram nutridos de amor.

Nesse sentido, "apesar da pressão massacrante para nos conformarmos à cultura do desamor, nós ainda buscamos conhecer o amor" (hooks, 2021, p. 115) e estar próxima ao meu pai em seus momentos de lucidez trazia tamanha ternura, capaz de romper com qualquer ideia de desapego ou indiferença.

Num desses lampejos minha história acadêmica é tecida. Meu pai gostava de estar em contato com o rio, os animais e a floresta e de animadamente debater, de modo questionador, a situação política do estado e do país, não obstante a sua simplicidade.

Aos domingos, os piqueniques eram realizados nos gramados que bordeavam os cursos dos rios e as brincadeiras se diversificavam, sendo a mais frequente a captura de borboletas. Havia uma infinidade delas, muito coloridas e de diversos tamanhos, tingindo não só ambiente como também a minha existência. Gostava de apanhá-las para, em seguida, soltá-las todas de uma só vez, sentindo a liberdade ao vê-las saírem voando floresta adentro. Momentos como esse coexistiam com a vida em uma pequena cidade que ainda se mantinha entrelaçada à floresta, ao rio, às ruas, às casas, à escola e ao mercado. Essa minha coesão foi interrompida com a mudança familiar para o estado vizinho em razão dos tempos difíceis da ditadura civil militar, período em que o país atravessava uma crise econômica sem precedentes, causada pelo fim do "milagre econômico[2]", fato que gerou fortes desigualdades sociais, pobreza aguda, arrocho salarial e outras medidas de contenção que tinham, entre outras justificativas, o pagamento da dívida externa.

Além da crise econômica, havia uma atmosfera de tensão, medo e, sendo eu uma criança, não compreendia muito bem o que se passava no país, mas de algum modo era atingida. As filas na entrada e saída da escola com o canto do hino nacional, o silêncio forçado em sala de aula, a prisão do meu pai por difamar o governo em praça pública e tantos outros momentos sutis me faziam pensar que estávamos vivendo um período obscuro da história, fato nitidamente esclarecido com o passar dos anos por meio dos conhecimentos adquiridos na escola, difundidos pelos professores nas aulas de História e Geografia.

A ausência de sucesso familiar, para não dizer o fracasso, resultou em mais um deslocamento. Assim, migramos para a robusta Londrina, cidade localizada ao norte do Paraná. O contato com a "natureza" foi gradativamente deixado de lado pelo enfrentamento das demandas familiares, como se a vida sofresse uma ruptura, deixando-me desacoplada daquilo que me constituía.

Minha juventude foi marcada por inflação, desemprego e forte desigualdade social, a conhecida "década perdida"[3] dos anos 1980, além da morte de meu pai. Ainda jovem,

---

[2]Segundo Guedes e Rangel (2017), nos anos de 1964 a 1974 o Brasil viveu um período de expansão econômica com taxas médias de 11% de crescimento, denominado de milagre econômico. Porém, a renda não foi distribuída para a maioria da população, concentrando-se ainda mais e agravando os problemas sociais.

[3]Período pós-milagre econômico em que o Brasil mergulhou em uma profunda crise com aumento de juros, inflação, desemprego, baixo crescimento econômico e agudização da pobreza. Como experiência vivida, me via, assim como a maioria da juventude brasileira, sem perspectivas e sendo salva da hecatombe pela música, o rock

moradora da periferia, dividia o tempo entre o emprego e a escola, o que não me impedia de ter o desejo latente de ingressar em uma universidade. Entre as incertezas que permeavam a juventude, tive dificuldades em encontrar um curso que me descrevesse e motivasse. Algumas tentativas de acesso foram fracassadas.

Certa vez, desolada, fui parar num bar. Este se chamava Clube da Esquina e era frequentado por estudantes e professores universitários, o lugar "cheirava a cérebro". Entre parcos goles de cerveja e conversas múltiplas entrecruzadas em torno da mesa, uma ecoou e penetrou pelas diversas camadas do meu corpo e profundamente fez aflorar o que estava eclipsado no subterrâneo: o amor pela floresta, pelo rio, pela borboleta e por tantos outros seres não humanos. Toda a história contada ali por uma estudante de Geografia, cheia de acontecimentos inesperados, estava relacionada com um trabalho de campo realizado em uma das disciplinas do curso. Não havia mais o que titubear, o desejo de ingressar em uma universidade havia sido inexoravelmente transmutado em realidade.

Nessa nova realidade, as saídas para conhecer diferentes espaços, muitos deles em ambientes de florestas, tornaram-se cada vez mais frequentes graças aos estímulos provocados pelas leituras e as práticas de campo realizadas ao longo do curso. Na estrada sinuosa da Geografia encontrei o que estava desconexo com a parte de mim experimentada na infância e silenciada no tempo, a afeição pela natureza travestida em amor pelo meu pai. Não havia percebido a ligação "pai-natureza" até o momento em que escrevi essas linhas. Assim, a vida se descortinou em meio a uma catarse gerada por uma escrita-tese.

Entre trabalho, estudo e incursões pela natureza, concluí a graduação. Aprovada em concurso público para ministrar aulas de Geografia, me tornei professora da educação básica. Em sala de aula percebi rapidamente uma lacuna em minha formação acadêmica; a busca por novos conhecimentos resultou em dois anos de especialização em Geografia Física, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Conforme lecionava, as reflexões provocadas pelos estudantes aliada ao desejo de aprofundar os conhecimentos geográficos motivaram em mim uma inquietação irreprimível.

Além das reflexões afloradas pela prática em sala de aula, os ingressos frequentes em Unidades de Conservação me causavam extremo desconforto pelo modo como eram administradas. A repulsão pelos humanos nesses ambientes me remetia à ideia do mito da natureza intocável em que a proibição fazia o papel da educação e forçava ainda mais a

---

nacional agiu como refúgio para nossas angústias e dores. Em meio às palavras de protestos conseguíamos expressar nossas insatisfações com a situação do país.

separação entre humanos e não humanos. Essas experiências foram decisivas para regressar à universidade.

Retornei o contato com os professores de graduação, Airton Nozawa, José Paulo Pinese e Rosely Sampaio Archela, que prontamente abriram as portas da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para o meu ingresso no curso de pós-graduação, em nível de mestrado. Sem licença do trabalho para estudar fui ajustando os horários entre ministrar aulas de Geografia e estar presente nas aulas na universidade. Nessa época era proibido concorrer a uma bolsa de estudos com vinte horas/aula de trabalho e não havia licença remuneratória caso o professor quisesse se dedicar aos estudos. De modo que para um professor sair da engrenagem que o mantinha preso à escola, necessitava de uma força descomunal da vontade e enormes justificativas frente à Secretaria de Educação.

Isso ainda permanece nas escolas públicas do país, a ponto do governo federal sancionar uma lei[4] em favor dos professores. O imbróglio, agora, é saber se os estados irão implementá-la. Reforço a importância genuína da concessão de bolsas de estudo para professores da educação básica, bem como da garantia de licença para que possam se dedicar à sua formação. Ainda hoje, um professor que pensa é visto como uma ameaça, afinal, estudar não é bem visto na escola, um paradoxo, já que ela é, por excelência, o berço do conhecimento.

No mais, a rotina escolar transcorreu sem muitos contratempos e os encontros com profissionais da área de ensino, em especial, a professora Ivaine Maria Tonini, resultaram em um convite para atuar como avaliadora de livro didático de Geografia, pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)[5], a partir do ano de 2017. Na sequência, outros processos avaliativos sucederam e as trocas de experiências entre os profissionais e pesquisadores da área de ensino em Geografia fizeram aspirar a novos ares. Assim, retornei à academia para cursar uma disciplina na área de Educação (UEL) como estudante especial. Entre conversas com a professora Ivaine Maria Tonini, hoje minha orientadora, recebi mais um convite, o mais desafiador, para participar do processo de seleção ao doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Após aprovada, ingressei como estudante em 2021, em plena pandemia de Covid-19. As aulas foram realizadas em formato remoto, o que possibilitou minha permanência em Londrina ao mesmo tempo em que privou dos deliciosos encontros regados a troca de conversas e dos debates inerentes aos espaços acadêmicos.

---

[4] Lei 15.462/26. Artigo 67, inciso II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, compreendendo, entre outras atividades, cursos de qualificação, cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e período para realização de pesquisa na área da educação.

[5] Atualmente denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Como não bastasse todo o feito, a gigante-professora solicitou que todos os seus orientandos concorressem à bolsa de estudos pela CAPES. Para mim, como uma professora da educação básica, era inimaginável romper com a engrenagem tempo-trabalho. Mas disso já sabia, como bell hooks[6] (2021) pontuava: é preciso ter fé para vencer o medo, coragem e força para agir em favor daquilo em que acreditamos. Em outubro de 2022, para meu deleite e recompensa, tornei-me bolsista. Ser bolsista para mim ressoava como algo distante, meio que inconcebível. Confesso que nos meus sonhos mais profundos havia ali um desejo enorme de ter o direito de somente estudar, mas isso não era para mim, uma professora da educação básica. Eis que o sonho se concretiza, quase inacreditável! Passei por longos períodos de estudos em que as leituras e discussões provocadas pelo curso de pós-graduação, em nível de doutorado, ainda estão reverberando em mim e na minha prática docente. Decididamente minhas aulas não são mais as mesmas.

1.2. EM SALA DE AULA

Essas reminiscências afloraram em meio ao trajeto até a sala de aula. Desperto da distração com a aproximação de Pedro, estudante do segundo ano do ensino médio e, juntos, adentramos para o universo da sala de aula, pela qual o sol incide, permeando as frestas das cortinas que se encontram fechadas para evitar que o calor se torne ainda mais insuportável. Os ventiladores pouco resolvem, pela lentidão de suas hélices. A mesa retangular próxima ao quadro indica o meu lugar, assim como os estudantes possuem o seu. A definição dos "lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos" (Foucault, 1987, p. 173). Com uma rápida observação é possível identificar as ações e comportamento de cada sujeito, assim como a dinâmica da aula, condição fortalecida por meio de câmeras suspensas fixadas em pontos específicos na sala.

Sinto a gota d'água que percorre o meu corpo e constato que não há ventiladores próximos de mim. As carteiras em fileiras ainda não foram preenchidas por aqueles estudantes que estão em movimento. O espaço ali, em sala de aula, se dá pela esfera de relações que se configuram em trajetórias múltiplas e de histórias múltiplas (Massey, 2008).

Estudantes chegam de diversos bairros da cidade e de diferentes etnias para estudar na escola, ainda escolhida por eles. Alguns seguem a tradição familiar, são gerações inteiras frequentando o mesmo ambiente escolar, outros optam pela localização, por estar próxima ao

---

[6] Escrevo o nome da autora com letras minúsculas ao longo do texto, em respeito à sua preferência, pois ela desejava que os leitores deslocassem a atenção de seu nome para suas palavras.

centro comercial da cidade e poder usufruir das diversas oportunidades de estágio, lazer e cultura. As conversas são atravessadas pela diversidade de interesses e nesses momentos de interação se constitui o início de uma aula.

Aos poucos os estudantes vão se direcionando para seus respectivos lugares, não há imposição, estão obedientes, sujeitos a hábitos, regras e ordens (Foucault, 1987), sendo que a posição da carteira delimita seus espaços em sala de aula. O poder disciplinar atua na rigidez dos corpos, condicionando-os às normas estabelecidas. Para Foucault, (1987, p. 163), esse poder adestra "pois, um corpo dócil pode ser submetido, pode ser utilizado, pode ser transformado e aperfeiçoado". Há um misto de docilidade e rigidez no disciplinamento que, talvez, por ser impositivo e ao mesmo sutil, não consegue exercer seu total controle, os "indisciplinados" se movimentam, suas vozes agudizam, perturbam a ordem, fogem do controle, o espaço da sala de aula não consegue delimitá-los.

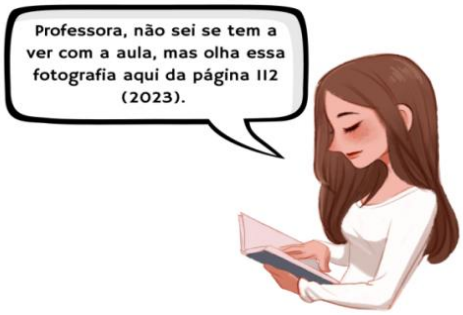
Em cena atuo como personagem fundamental para a manutenção da ordem. Como professora, sou instrumentalizada para exercer o papel efetivo de controle no poder disciplinar. É considerada "eficiente" aquela que consegue colocar todos em seus lugares e manter o silêncio em sala de aula. De certo modo, o papel que me atribuem está alinhado com as forças de poder antagônicas aos interesses dos estudantes. Há um campo de influência em sala de aula: de um lado está a ampla diversidade dos estudantes, com diferentes histórias e trajetórias; do outro, a estrutura de encarceramento e homogeneização curricular, que procura manter a ordem por meio do disciplinamento de corpos e mentes. Como soltar as amarras que me condicionam a esse lugar de manutenção da ordem e controle?

Talvez o caminho seja adotar uma postura mais transgressora e solidária aos interesses dos estudantes, esta sustentada pelo respeito mútuo, pela partilha, escuta e pelo movimento leve e espontâneo dos corpos e mentes, elementos essenciais para que uma aula seja constituída de fluidez, capaz de tornar o ensino-aprendizagem mais significativo e menos opressor. Os professores, em grande parte, conseguem permear por esse campo de controle e rigidez e abrir espaço para o diálogo e reflexão, sendo capazes de aprimorar o conhecimento produzido em sala de aula, atribuindo significado na vida dos estudantes. Entretanto, a constância no esforço desse movimento é dilacerante.

Diante de todas as assimetrias existentes em uma sala de aula, atravessadas pelos campos de forças que nela atuam, a aula tem seu início. Em seus devidos lugares, os estudantes vão aos poucos retirando os objetos da mochila e organizando no espaço da mesa escolar. Entre os materiais, o livro didático sobressai na carteira estudantil. As páginas são folheadas rapidamente, a fim de encontrar o capítulo relacionado com o tema da aula: os

problemas ambientais urbanos. Entre aparatos tecnológicos, os *slides* acompanham a explanação. Ao alinhavar a problemática ambiental com possíveis ações da sociedade no intuito de frear o avanço da dilapidação ambiental, sou atravessada por uma fala que ecoa, vinda do fundo da sala. O tom questionador e firme de Raíssa, que se posiciona na última carteira da fila da janela, me causa espanto.

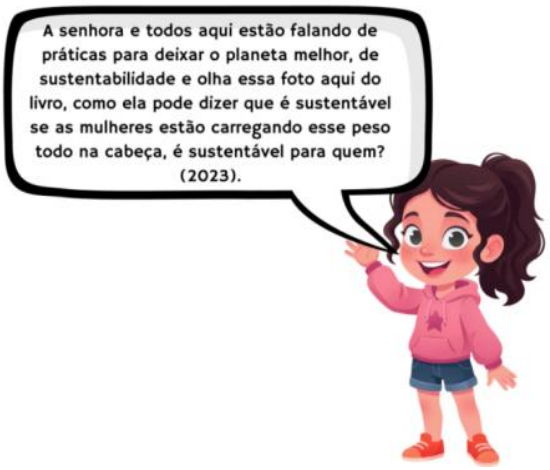
Figura 5 – Observação da estudante



Fonte: Elaborada por Rosângela Melatti (2026), com auxilio do Canva.

À mente me vem a interpretação de Deleuze (1995), no sentido de que "uma aula é tanto emoção quanto inteligência. Sem emoção não há nada, não há interesse algum. Não é uma questão de entender e ouvir tudo, mas de acordar em tempo de captar o que lhe convém pessoalmente". Raíssa capturou da aula o que era importante e seguiu em sua fala:

Figura 6 – Questionamento de Raíssa



Fonte: Elaborada por Rosângela Melatti (2026), com auxilio do Canva.

A fotografia (Figura 7) se referia às quebradeiras de coco-babaçu do estado do Maranhão, imagem comum nos livros didáticos de Geografia.

Figura 7 – Quebradeiras de coco-babaçu



Fonte: Diálogo Ciências Humanas. Consciência Ambiental, p. 112, 2020.
Créditos: Ricardo Azoury/Pulsar Imagens.

Deleuze (1995) me conforta ao afirmar a importância de ter um público variado, que permita sentir o deslocamento dos centros de interesse nos quais estes pulam de um lugar para outro, formando um tecido esplêndido, uma espécie de textura. A aula toma outro rumo e em meio às distintas argumentações dos estudantes o sinal-sirene alerta para o esgotamento do tempo. As reflexões são suspendidas e quiçá seja possível retomá-las no próximo encontro. Ancoro-me em Foucault (1987, p. 185) quando considera que "o poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização", pois a divisão do período escolar em blocos curtos de cinquenta minutos facilita o controle dos conteúdos e dificulta uma análise mais profunda ao romper com o processo de formação de um pensamento.

Ao sair da sala tenho mais perguntas do que respostas e, enquanto percorro o corredor em direção à próxima aula, os questionamentos borbulham na mente provocada pela indagação da estudante. Que educação para a sustentabilidade é abordada nessas imagens fotográficas presentes nos livros didáticos de Geografia? Qual é o discurso e o objetivo econômico por detrás da preocupação ambiental? Será a preservação da natureza uma função destinada aos países ditos menos desenvolvidos? A dominação territorial do Sul Global se

encontra disfarçada pela sustentabilidade? A Educação voltada para o desenvolvimento sustentável, com cunho econômico, é emancipadora?

Meu pensamento vai tomando outras proporções e, enquanto caminho pelo corredor, tento compreender o significado da palavra sustentabilidade. Deparo-me diante da biblioteca e de imediato adentro pelo espaço. Em uma pesquisa rápida (Universidade de São Paulo, 2021) descubro que a palavra sustentabilidade deriva do latim *sustentare*, que significa sustentar, defender, conservar e cuidar. Nas entrelinhas do texto observo que o conceito de sustentabilidade vigente teve sua origem na Conferência de Estocolmo em 1972, a primeira a ser realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) voltada às questões ambientais. E, a partir dessa conferência, outras se sucederam abordando a mesma temática.

Percorro ainda o olhar por entre as informações contidas no texto e entendo que a palavra sustentável foi sendo instrumentalizada pelas conferências mundiais, dando início à formulação de um novo modelo de desenvolvimento: o sustentável. Esse modelo permanece alicerçado na economia e na lógica da lucratividade, ainda que acrescido de uma preocupação em preservar a natureza, leia-se as riquezas naturais, para as gerações futuras.

Ambos os termos, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram moldados nas conferências mundiais e estão intrinsecamente relacionados. Enquanto o desenvolvimento sustentável organiza a gestão das riquezas naturais, funcionando como um reservatório para garantir a continuidade do sistema às futuras gerações, a sustentabilidade se manifesta nas ações que legitimam e operacionalizam esse modelo.

Diante do espanto de Raíssa ao ver a fotografia das quebradeiras de coco-babaçu, percebo que esse modelo de desenvolvimento pouco colabora para a dignidade dos humanos e quiçá dos não humanos, considerando o colapso ambiental em curso. Inquieta pelos questionamentos aflorados em sala de aula, decido imergir nas fotografias que ilustram o Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade nos livros didáticos das Ciências Humanas.

Essas constatações fazem com que me movimente para procurar mostrar com as fotografias naturalizam a exploração capitalista através de um dispositivo de sustentabilidade, para subalternar sujeitos humanos e não humanos, reforçando as estruturas de poder responsáveis pelo acúmulo de capital, tanto em nível local quanto global.

Com tal motivação, decido estudar a questão e intencionar alguns objetivos específicos, com o propósito de provocar outras aberturas diante do problema:

a) Inventariar e selecionar as imagens fotográficas nos livros didáticos de Ciências Humanas, vinculadas ao desenvolvimento sustentável e sustentabilidade;

b) Compreender as imagens fotográficas como dispositivos para produção do discurso da Colonialidade;
c) Analisar as estratégias operadas nas imagens fotográficas de Desenvolvimento Sustentável e de Sustentabilidade nos livros didáticos de Ciências Humanas para espacialidade territorial;
d) Desconstruir as imagens fotográficas como inscrições para criação de outros modos de ver, de tecer outros mundos que permitam movimentá-las como outros sentidos.

Tais objetivos que proponho alcançar neste trabalho são como mergulhos entre as fissuras existentes no mar glacial das imagens fotográficas. Busco nessas imersões adentrar por um solo mais profundo e assim, talvez, fazer emergir outros modos de ler a temática do Desenvolvimento Sustentável e da Sustentabilidade nos livros didáticos de Ciências Humanas. Desse modo, sem desconsiderar as outras ciências que compõem os volumes das coleções, estarei com o meu olhar mais absorto para a ciência geográfica, que se encontra diluída nas Ciências Humanas.

Para situar a Geografia no âmbito desta pesquisa, adoto a concepção de espaço proposta por Doreen Massey (2008), compreendendo-o como o objeto central de estudo da Geografia. Nessa perspectiva, o espaço não é concebido como um cenário estático ou um simples suporte para a ação humana, mas como produto das relações sociais, constituído na esfera das multiplicidades e permanentemente em construção. Assim, sociedade e natureza não são concebidas como esferas separadas, mas como dimensões que se coproduzem no espaço, configurando-o como um conjunto de devires coetâneos.

Na tentativa de organizar as ideias que vão se costurando com esta escrita, defini separá-las em seções, dispostas a seguir:

Seção 1– *Da professora à escola*: partidas e curvas – Esta seção marca a minha relação com a escola. Nela, descrevo minhas observações entre trajeto de casa ao trabalho, as percepções sobre o ambiente escolar e a trajetória pessoal. Trato-a como uma parte introdutória da escrita.

Seção 2 – *Pelos caminhos da imaginação, memórias e ficção* – Nesta seção, demonstro os caminhos percorridos pela pesquisa, a descrição dos materiais e a busca por uma escrita ética e ativista, delicadamente atravessada pela emoção, pela imaginação e pelas memórias que vão e vêm de uma mente e de um corpo de uma professora da educação básica, que tem a escola como seu trajeto de vida ao longo dos anos.

Seção 3– *O livro didático e a sustentabilidade* – Destaco o livro didático, sua importância e suas potencialidades, propondo um transitar entre um saber sedentário e

nômade, no qual o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade são abordados na seção a partir dessa relação com o livro didático.

Seção 4 – *Atravessando ressonâncias em sala de aula* – Nesta seção a discussão se ancora nas questões ambientais, na colonialidade e nas fotografias como registros discursivos.

Seção 5 – *Outros modos de ver e movimentar as fotografias* – Trato das leituras das fotografias de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade selecionadas nos livros didáticos.

Seção 6 – *Da escola para a vida*– Nesta seção, teço considerações que se aproximam de uma conclusão, ciente de que uma tese se prolonga para além de seus limites acadêmicos.

Tenho a intenção de que minha ação investigativa propicie a abertura de um novo olhar para as fotografias que ilustram o Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade nos livros didáticos. A partir das leituras das e com as imagens fotográficas, desejo que surjam questionamentos e reflexões capazes de se converterem em potência para a criação de outros modos de perceber essas fotografias e possivelmente uma outra forma de se relacionar com o ambiente, constituindo aquilo que denomino, nesta pesquisa, de pensamento ambiental.

Adentro o universo fotográfico nutrida pela emoção e pela imaginação que me servem de suporte para um olhar mais sensível diante daquilo que desejo compreender.

2. PELOS CAMINHOS DA IMAGINAÇÃO, MEMÓRIAS E FICÇÃO

Desde a infância, minha imaginação foi fortemente estimulada por minha irmã, que desempenhou um papel fundamental nesse processo. Por meio de leituras compartilhadas, criação de histórias e brincadeiras simbólicas, ela proporcionou experiências que favoreceram o desenvolvimento da minha capacidade imaginativa. Aquilo antes considerado por mim como um defeito transforma-se em qualidade quando compreendido pelo pensamento de Walter Benjamin (2024), ao conceber a imaginação como um modo de captar as imagens do pensamento e transformá-las em escrita.

Assim, a imaginação também colore os meus pensamentos e, conforme vou adentrando mais profundamente nas memórias, essas vividas em um espaço-tempo escolar enquanto professora de Geografia, vou construindo cenários a partir das imagens e, seguindo Benjamin (2024), busco transformá-las em registro escrito. As imagens de pensamento se propagam feito bolhas e vou fazendo reflexões da minha prática docente e da proximidade com o livro didático.

Nesse caleidoscópio de experiências, o ambiente da sala de aula, a disposição das carteiras, os corredores, as expressões dos estudantes e os materiais escolares se mesclam à minha escrita. As lembranças que sobressaem em meu pensamento vão sendo costuradas com a teoria e, nesse entremeio, recorro à imaginação, à emoção e a uma pitada de ficção, na intenção de que os momentos vividos se tornem histórias que se entrelaçam em minha memória.

Proponho-me um modo de escrever comprometido com a ética da pesquisa, com o respeito às diferentes formas de vida e, principalmente, com aqueles mais vulneráveis que sofrem rotineiramente violações de suas existências.

2.1. PERGUNTAR, DESLOCAR, PESQUISAR...

Fazer pesquisa é também lembrar que sou cidadã. Estar nessa posição de pesquisadora-cidadã é direcionar o olhar para os seres humanos e não humanos que coabitam este planeta chamado Terra. Desejo que a impulsão oriunda das investigações desta pesquisa possa também ser transformada em ações focadas na existência dos seres humanos que foram vulnerabilizados, para possibilitar que suas vozes sejam ecoadas, saiam do apagamento e retomem as rédeas de suas vidas com autonomia e integridade, assim como todos os outros seres que compõem essa cosmologia da qual fazemos parte.

Combater com as nossas pesquisas as injustiças sociais é um princípio ético, uma vez que “o centro do conceito de ética deve estar necessariamente comprometido com a manutenção da vida com dignidade” (Neto; La Fare; Silva, 2020, p. 7). Afinal, a dignidade da pessoa humana é princípio fundamental fixado na Constituição Federal vigente, devendo se tornar realidade na prática cotidiana, em todas as áreas do conhecimento. Precisamos ser responsáveis por nossas pesquisas a ponto de contribuir para transformação social.

Para além do combate às injustiças sociais, minha ética nesta pesquisa se afina com o comprometimento de trazer para reflexão os direitos da natureza, tão bem situados na Constituição de Equador em seu artigo 71, “A Natureza, ou Pacha Mama, onde a vida se reproduz e ocorre, tem o direito integral pela sua existência e pela manutenção e regeneração dos seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos” (Equador, 2021). Composta por uma diversidade de seres não humanos, não obstante à proteção constitucional, inclusive no art. 225 da Constituição Brasileira de 1988, o meio ambiente, a Natureza se encontra em contínuo processo de exploração e dilapidação. Por tratar todos os seres não humanos como coisas, os humanos se apropriam da Pacha Mama para satisfazerem-se e ignoram a dança cósmica da vida, onde todas as interconexões são cambiáveis e passíveis de extinção, inclusive a existência humana.

Na busca por ser uma agente combativa com as causas sociais cujos direitos da Pacha Mama sejam também contemplados, parto do caminho de pesquisa que leve em consideração um Posicionamento Ativista Transformador (PAT), abordagem teórica desenvolvida por Vianna e Stetsenko “que sugere que uma posição ativista comprometida com base em um objetivo ou um destino claro serve como ponto de partida de qualquer atividade, incluindo atividades de pesquisa educacional e produção de conhecimento” (Viana; Stetsenko, 2021, p. 33). O PAT propõe, a partir de uma agenda ativista, inclusive em pesquisa, tornar realidade o futuro coletivamente imaginado. Ancoro-me nos princípios contidos nas Constituição Brasileira (1988) e do Equador (2021) para conduzir a investigação de maneira ética, ativista e transformadora.

O que mais conta em ser uma ativista é o compromisso ético com os outros e consigo mesmo, isso implica em uma atitude de verdade e coerência e nas relações que mantemos com os outros (Veiga-Neto, 2012). Sustento-me no autor (2012) ao perceber o ativista como alguém que está em permanente reflexão, reajustando continuamente pensamentos e ações, sempre tentando mudar a si mesmo e, ao mesmo tempo, tentando promover a mudança nos outros. O ativismo é da ordem da liberdade, da contraconduta e da diferença. Não há limites para um ou uma ativista.

O ativismo está intimamente conectado com a ética, por isso partilho do pensamento de Viana e Stetsenko (2021) no sentido de que quando realizamos uma pesquisa com ética, permitimos que o processo de conhecimento seja imaginativo, criativo, apaixonado e posicionado, porque esse processo envolve o trabalho autoral, pessoal e social. Assim, um saber produzido firmado na principiologia da ética ultrapassa os protocolos acadêmicos, caracteriza uma pesquisa que busca transformar vidas, inclusive a de quem pesquisa.

2.2. ENTRE DESVIOS, MEMÓRIAS E TROPAS: CAMINHOS METODOLÓGICOS

Impulsionada por uma Postura Ativista Transformadora (PAT), esta pesquisa me convida a experimentar uma escrita mais livre e autêntica de expressão. Compor um texto distanciado de minha mente colonizada requer astúcia, por isso vou titubeando pelos entremeios da investigação, tentando legitimar outras maneiras de intuir as palavras, reajustando o pensamento de modo a dissolver um pouco as amarras da Colonialidade e me deslocar a outros traçados.

Busco com esta escrita uma maneira de dilatar o estreitamento mental a que fui submetida e me permito deixar fluir outras nuances, entre elas a imaginação e a emoção. Para tanto, reafirmo trilhar o caminho percorrido por Walter Benjamin (2024) em seu método de análise, as *Imagens de pensamento* (*Denkbild*), constituído por relatos em que suas visões e percepções afloravam em meio aos passeios pelos espaços citadinos. Ademais, expressava em sua escrita temas inerentes ao humano como a gula, o amor, os sonhos e as recordações soterradas que submergiam em meio ao tom nostálgico de suas frases.

Empregar na escrita as imagens que sobressaltam no pensamento é tentar resgatar as memórias que, muitas vezes, se encontram soterradas pelo tempo. Halbwachs (1990) comentava que as memórias sobressaltam em forma de lembranças, sejam elas individuais ou coletivas e, embora pareça que tenhamos uma vida solitária, estamos sempre acompanhadas de lembranças construídas com os outros. Percebo que as interações genuínas em sala de aula constroem memórias coletivas, onde as imagens se fixam não apenas na minha, mas também na memória daqueles que ali convivem e dos que vivenciaram experiências semelhantes.

Vejo-me constituída de uma infinidade de lembranças de um tempo histórico em sala de aula, as quais se mesclam com o tempo presente. Percebo que a lembrança é em grande parte a reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, como já afirmava Halbwachs (1990). Ao resgatar as lembranças de um tempo em sala de aula e

transformá-las em escrita, partilho experiências já vividas por e com os outros, constituindo um misto de ficção e realidade, tipicamente humano.

Aproximar as lembranças em uma escrita é arriscar-se, por isso compartilho da expressão de Foucault (2016, p. 49) quando "começo a escrever um estudo, um livro, qualquer coisa, não sei realmente onde isso vai, nem em que vai dar, nem o que demonstrarei". Dessa forma, o filósofo reconhece que o pensamento e todos os sentidos que nos movem na escrita são atos de criação, acrescentando ainda que apenas descobre o que precisa demostrar no próprio movimento da escrita. Nessa percepção, uma tese de doutorado é mais que um título, ela é uma descoberta gerada entre a composição teórica e os fragmentos de uma memória abastecida, no meu caso, por momentos partilhados em uma escola.

Desse modo me arrisco a seguir um caminho "como quem não deseja saber o destino, tendo em vista que o destino é abertura de possibilidades" (Queiroz Filho, 2022, p. 77). Abrir-se a novas possibilidades exige mais do que seguir somente linhas retas. Uma mente habituada a traçados previsíveis anseia por percursos sinuosos, repletos de curvas, ascensões, descidas e até abismos. Ao me aventurar por esse desconhecido, busco expandir os horizontes e encontrar novas formas de expressão, mais alinhadas à complexidade da vida. A escrita é constituída de fragmentos de pensamento que vão aos poucos bordando ideias, formando palavras, tecendo um texto...

Para seguir esse caminho, escolho o ensaio como maneira de alinhavar a escrita-tese, porque ele se conecta com o universo desafiador e libertário, em que se manifesta a liberdade criativa, a sensibilidade, as particularidades e as emoções (Queiroz Filho, 2022). Para o autor, o ensaio também é resistência ao possibilitar uma escrita que não seja neutra, caracterizando-a também como um ato político, por meio do qual é possível ser crítico e, ao mesmo tempo, sensível. Para tanto, há de ser uma escrita partilhada.

Entre a composição das frases que se delineiam pelos diferentes percursos do pensamento, vou sendo acompanhada por um grupo substancial de autores, por meio de suas pesquisas, trazendo-me sustentação e, ao mesmo tempo, acolhimento.

No campo da Filosofia compartilho das ideias de Michel Foucault, Walter Benjamin e Didi-Huberman. Na esfera da colonialidade e ambiente, me aproximo de Eliane Brum, Ailton Krenak, David Kopenawa, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Malcon Ferdinand. Na Geografia, sou acompanhada por Doreen Massey, Rogério Haesbaert, Ivaine Maria Tonini, Aldo Goncalves, Wenceslau Oliveira Jr., Nestor André Kaercher, Antônio Carlos de Queiroz, e Leandro Oliveira, havendo ainda muitas outras autoras e autores que fazem parte dessa

composição, todos com valor incalculável para mim, porque conseguem exprimir em palavras o que muitas vezes só consigo sentir.

Partilhar é um ato que soma e se multiplica, por isso acrescento outros personagens a me acompanhar nesta escrita-tese, os professores e os estudantes da educação básica (Figura 8) que, esquecidos nos porões da escola, têm suas histórias reavivadas através das memórias coletivas e manifestadas no instante em que singram a discussão teórica desta investigação.

Figura 8 – Professores e estudantes da educação básica



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Talvez esses atores possam se identificar como parte deste processo de escrita e compreender a Geografia como auxílio na maneira como concebem o mundo, a ponto de atuar no espaço em que vivem. Esse espaço que "é aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir" (Massey, 2008, p. 95), o que faz com que a pesquisa nesse campo do conhecimento seja "coletiva, partilhada, crítica e criativa, ao mesmo tempo em que pode se configurar enquanto lugar de construção de projetos comuns e de esperança" (Girotto, 2023, p. 47). Pensar no coletivo, na partilha e em diferentes formas de ver o mundo, como a Geografia nos convida, é tentar transformar a maneira de entender e interagir com o espaço vivido, isto é, com a própria realidade. Nesse sentido, Massey (2008), ao conceber o espaço como um tecido complexo de trajetórias múltiplas, no qual coexistem diversas imaginações, teorias e significados, faz da Geografia uma ciência também diversa, capaz de analisar os eventos que

atravessam por este espaço, sendo este um produto das relações sociais, sempre aberto e repleto de possibilidades.

Desse modo, fazer pesquisa nos tempos atuais requer um olhar distinto, um caminho mais amplo em que um único método para direcionar a investigação não se sustenta (Paraíso, 2012). E escolho conduzir a pesquisa no campo das teorias pós-críticas, afinal, elas não possuem um método recomendado para realização das investigações (Paraíso, 2012). Para a autora (Paraíso, 2012, p 33; 42), "Aceitamos trabalhar com o que sentimos, vemos, tocamos, manuseamos e escutamos em nosso fazer investigativo", ou seja, a educação é aberta na pesquisa pós-crítica e aceita diferentes traçados.

Inspirada nas teorias pós-críticas, esta pesquisa adota uma abordagem metodológica diversificada, seguindo os percursos propostos por Paraíso (2012): articular, bricolar, ler, compor, interrogar, descrever, analisar, multiplicar, poetizar e espreitar.

Na proposição de Paraíso (2012), ao "articular e bricolar" os saberes e metodologias, assumo que não há apenas um método ou uma só teoria para subsidiar a pesquisa. Desse modo vou escolhendo entre teorias e métodos aqueles que se ajustam no processo da investigação. A escrita é uma mistura do que somos com aquilo que lemos, logo, a "leitura" e a escrita é o "montar, desmontar e remontar" possibilita um alinhavar constante e se torna uma ferramenta importante para descrição e análise do estudo.

E assim, vou permeando o "compor, decompor e recompor" fundamental para o aprofundamento do conhecimento teórico, buscando na leitura demorada a criação de imagens de pensamento, a fim de elaborar novas perspectivas de interrogar o objeto de estudo. Por isso estou em um contínuo movimento de "perguntar e interrogar", para tentar compreender a produção do discurso que estou investigando, na tentativa de mostrar com quais discursos ele se articula e com quais entra em conflito. Para tanto, realizo o ato de "descrever", por ser um mecanismo que me permite fazer relações com os textos, discursos e enunciados em suas várias ramificações, de modo a "analisar" e buscar explicar a existência e a transformação dos saberes que foram sendo entremeados com o desenvolvimento da investigação. Permito-me "multiplicar", ampliar as diversas análises e perspectivas dos textos, linguagens e discursos, sem esquecer de "poetizar", estimulando os sentidos em todo o trabalho da pesquisa, para tentar escrever de um modo diferente. E, por fim, "estar à espreita" para não deixar de me impulsionar pela criação.

Ao seguir pelos trajetos propostos por Paraíso (2012) reconheço que tudo pode ser mutável, flexível, descoberto e refeito durante o processo de minha investigação. Entre os desvios, curvas, retas e abismos que me conduzem aos métodos de fazer pesquisa, os campos

da Geografia, livro didático, fotografias e sustentabilidade se entrelaçam e tensionam minha imaginação a ponto de me guiar em uma relação de proximidade entre fotografia e imagem. É para as imagens acionadas a partir das fotografias que cintilam por entre as páginas dos livros didáticos que minha atenção se curva. Porque "toda imagem encontra o imaginário, provocando redes identificadoras e acionando a identificação do espectador consigo mesmo como espectador que olha" (Aumont, 2012, p. 122). A imagem se conecta comigo a partir do que vejo, mostrando-se como um reflexo da minha própria experiência.

O conhecimento prévio do mundo se faz a partir das imagens que, ao serem apreendidas, constituem um trabalho de reconhecimento apoiado em uma reserva de formas de objetos e de arranjos espaciais memorizados, em que comparamos incessantemente o que fazemos com o que vemos e o que já vimos (Aumont, 2012). Nessa direção o autor argumenta que o olhar fortuito é então um mito, uma vez que ver não é um ato neutro ou casual, mas um processo de confronto entre aquilo que esperamos encontrar e as informações recebidas por nosso aparelho visual.

Com frequência nosso olhar captura objetos e cenas que anteriormente já foram absorvidos pelo pensamento e se encontram dispostos na memória, por isso, as imagens construídas a partir do que vemos não são neutras, elas estão entrelaçadas com o que absorvemos ao longo do tempo.

Ao observar as fotografias exibidas nos livros didáticos, relativas ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade, conecto com as possíveis imagens acionadas a partir da captura do olhar. Há uma infinidade de fotografias nas páginas do livro, que disparam com grande rapidez uma propagação de imagens. Oliveira Jr. (2020) percebe que a lógica da eficiência e da rapidez contida nas imagens dos livros didáticos estanca os processos de desdobramentos que cada imagem quer representar, fazendo com que o pensamento seja paralisado, restrito. Quando olhamos para uma fotografia o nosso pensamento identifica na memória o cenário visto tornando-o comum, por isso passamos um olhar rápido por ela e assim perdemos a capacidade de ver outros horizontes e nuances na fotografia.

Desse modo, quando visualizamos rapidamente uma fotografia, as imagens se desdobram com velocidade e por "serem olhadas rapidamente, perdem a sua potência de voo e também de nos fazer voar" (Oliveira Jr., 2020, p.15). Propor-se a ter um olhar mais demorado na fotografia pode fazer com que o pensamento se expanda a ponto de se abrir à novidade ao se interconectar com outras imagens abastecidas na memória, criando cenários até então impensáveis. Apoiado nos estudos de Fernand Deligny (2009; 2015), o autor compreende que as imagens, domesticadas e aprisionadas, nos levam à base do controle do

pensamento, por meio de imagens restritas e de tropas visíveis e controladas (Oliveira Jr., 2020). É a partir desse entendimento que encaminho a investigação.

Adoto como procedimento de pesquisa o conceito de tropas, desenvolvido na obra de Deligny (2009), para pensar as imagens. Oliveira Jr., (2020) assim nos mostra:

> Para Fernand Deligny, as imagens funcionam em tropa, ou seja, nunca andam sozinhas. Sua possibilidade de leitura ou entendimento e seu poder de afetação estão justamente em acionar outras e outras e outras imagens que, ao se conectarem, ao trombarem com ela, promovem rasuras, desvios, vazamentos... Enfim, têm o poder de desterritorializar aquele território inicial onde uma imagem, ou conjunto de imagens, se situa. Por exemplo, podem desterritorializar o território de poder em que as imagens aparecem como provas visuais da realidade, território esse gestado e configurado nos livros didáticos de muitas disciplinas escolares – entre elas, certamente, a geografia [...] (Oliveira Jr., 2020, p.7).

Dessa maneira, a compreensão daquela fotografia estampada no livro didático está inteiramente conectada com as tropas de imagens que ela aciona. Ao mesmo tempo em que é a partir desse "funcionamento em tropa que uma imagem agencia poder para configurar um certo território, pois um ela não aciona qualquer outra. Ao contrário, uma imagem aciona exclusiva ou principalmente aquelas que fazem tropas com ela e com recorte de nossa cultura" (Oliveira Jr., 2020, p.7). Quando lançamos o olhar para uma fotografia, as imagens formadas no pensamento se desencadeiam em uma sequência abastecida na memória através dos registros capturados ao longo do tempo. Desse modo, não é apenas a cena vista que está domesticada, mas as outras que seguem no pensamento a partir dela.

Para Aumont (2012), a imagem é arbitrária, inventada e plenamente cultural e, conforme recebemos as imagens que nos são dadas, construímos modos de perceber o mundo. A geometria das imagens, ao moldar nossa percepção, limita o que vemos e concebemos. A pausa no olhar pode fraturar o modo como vemos a imagem nos deslocando para outros sentidos que estão para além da superfície. Deligny (2009) e Oliveira Jr. (2020) questionam como essas imagens, muitas vezes domesticadas e sem potência, podem romper com os condicionamentos impostos e alcançar novos voos.

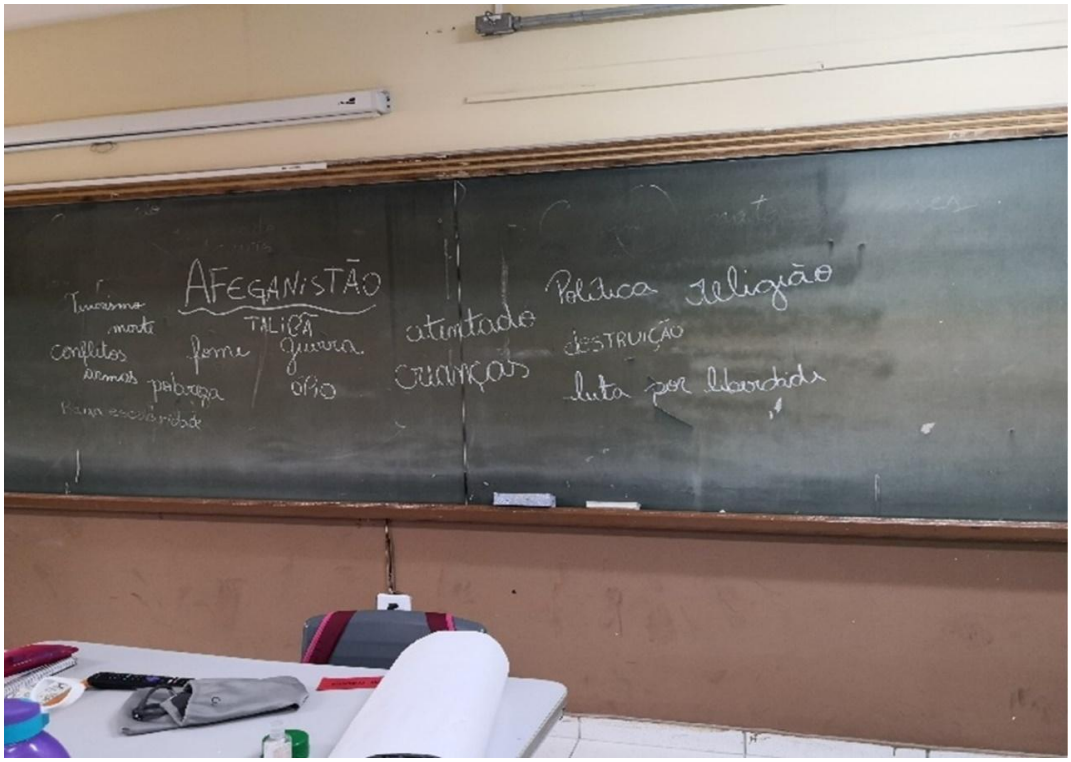
Pelos entremeios da dúvida, o desejo de compreender como as tropas de imagens se manifestam no pensamento levou-me a realizar um exercício com os estudantes do terceiro ano do ensino médio, pelo desenvolvimento do tema "O Afeganistão no contexto da Geopolítica". A partir do pressuposto de que as imagens sobre esse país já haviam se estabelecido em suas memórias, solicitei que registrassem em seus cadernos o que vinha à mente ao pensar no Afeganistão. Na sequência, estimulei o registro das palavras no quadro

escolar. Alguns mais desenvoltos, expuseram o que sobressaía em suas mentes: pobreza, fome, guerra, armas, destruição, entre outras.

Por meio do exercício de pensamento foi possível verificar as tropas de imagens desencadeadas a partir da palavra Afeganistão (Figura 9).

A ideia de pobreza e guerra está arraigada nas mentes juvenis quando associadas a esse país. Assim, tentando escapar dos domínios dessas imagens congeladas e estereotipadas, busquei encontrar outros meios de movimentar diferentes tropas no pensamento, no intuito de fazê-los compreender que o Afeganistão vive apesar da guerra.

Figura 9 – Exercício com tropas de imagens



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Para isso, optei por vídeos, imagens em movimento, cenas do cotidiano sem qualquer relação com as imagens domesticadas fixadas na memória. Oportunizar outros cenários em que novas imagens se sobrepõem às existentes possibilita a criação de um mosaico mais aberto e menos estereotipado, capaz de ampliar o pensamento e oferecer outras perspectivas.

O exercício realizado com os estudantes intensificou a minha curiosidade em conhecer quais tropas de imagens eram ativadas em nossas memórias quando observamos as fotografias de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nos livros didáticos. A experiência me fez optar pela seleção das fotografias presentes nos livros didáticos na modalidade do Ensino

Médio que, após a reforma curricular, agrupou Geografia, Sociologia, Filosofia e História nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, cujos livros didáticos são um emaranhado dessas ciências, tornando complexo delimitá-las nos livros. Cada ciência possui suas especificidades e ao adensá-las provoca-se o seu esvaziamento teórico. Diante disso, escolho nomear a Geografia dentro do meu objeto de investigação, com o intuito de valorizar e também de resistir às mudanças decorrentes da implantação do Novo Ensino Médio.

O material didático escolhido para a investigação são as coleções que passaram pelo processo avaliativo do PNLD 2021, cujos livros didáticos aprovados foram distribuídos para as escolas da educação básica no ano de 2022 até 2025.

A seguir, exponho no Quadro 1 as coleções aprovadas, com seus respectivos autores e editora.

Quadro 1 – Coleções Aprovadas PNLD 2021 – Ensino Médio

Coleções	Autor(es)	Editora
Prisma–Ciências Humanas	Reinaldo Seriacopi; Leandro CalbenteCamara; Isabela Gorgatti Cruz; Gislane Campos Azevedo Seriacopi; Maria Angela Gomez Rama.	FTD AS
Humanitas.doc	Felipe Vinicius dos Santos; André Albert; Sheila Siqueira de Castro Faria; Jorge Luiz Ferreira; Ronaldo Vainfas.	Saraiva Educação S.A.
Multiversos-Ciências Humanas	Laercio Furquim Junior; Edilson Adão Candido da Silva; Alfredo Boulos Junior.	FTD AS
Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Cosme Freire Marins; Candido Domingues Grangeiro; Arno Aloisio Goettems; AntonioLuis Joia.	Palavras Projetos Editoriais Ltda.
Conexão Mundo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Angelica Natalia PizzuttoPozzani; Leandro Alves Gomes; Natalia SalanMarpica; Sabina Maura Silva; Priscila Almeida Manfrinati.	Editora do Brasil AS
Diálogo- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Maria Raquel Apolinario; Julieta Ferreira Romeiro; Silas Martins Junqueira; Ricardo Augusto HaltenhoffMelani.	Editora Ática S.A.
InteraçãoHumanas	Pedro Maciel da Costa Ferreira; Judith NuriaMaida; Amarildo Diniz; Paulo Crispim Alves de Souza; Silvia Panazzo; Flávio Costa Berutti; Adhemar Martins Marques; Julia Galli O Donnell; Mauricio Barreto Alvarez Parada; Paulo Edison de Oliveira; Vitor HirschbruchSchvartz.	Editora Brasil AS
Conexões – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Alexandre Alves; Letícia Fagundes de Oliveira; Angela Corrêa da Silva; Jose Ruy Lozano Rubino Junior; Gilberto Vieira Cotrim; Marilia Barbara Fernandes Garcia Moschkovich.	Editora Moderna Ltda.
Módulos para o Novo Ensino Médio – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Robson Edgar Rocha; Paulo Tadeu da Silva; Michele Escoura Bueno; Ana Paula Gomes Seferian; AndreLuis La Salvia; Roberto Catelli Junior.	Editora AJS Ltda.
Ser Protagonista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Janaina Tiosse de Oliveira Correa Cilli; Bianca BarbagalloZucchi; Valeria Aparecida Vaz da Silva; Flavio Manzatto de Souza.	Edições S/M Ltda.

Identidade em Ação – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Felipe de Paula Gois Vieira; Lucila Lang Patriani de Carvalho; Ana Cláudia Fernandes; Lucas Nascimento Machado; Maria Cristina Castilho Costa; Eliano de Souza Martins Freitas; Alice de Martini; Rogata Soares Del Gaudio; Isabela Soraia BackxSanabria; Marcelo Santos de Abreu; Luiz Estevam de Oliveira Fernandes; Leandro Karnal.	Editora Moderna Ltda.
Contexto e Ação	Fabiana Sanches Grecco; Igor Jose de Reno Machado; Glaydson Jose da Silva; Leandro de Oliveira Galastri; Cassiano Terra Rodrigues; Henrique Jose Domiciano Amorim.	Editora Scipione S/A
Diálogos em Ciências Humanas	Eduardo Campos; José Eustáquio de Sene; Claudio Roberto Vicentino.	Editora Moderna Ltda.
Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Afranio de Oliveira Silva; Patricia do Carmo Ramos Braick; Myriam Becho Mota; Raul Borges Guimaraes; Maria Lucia de Arruda Aranha; Fatima Ivone de Oliveira Ferreira; Raphael MilletCamarda Correa; Rogerio Mendes de Lima; Marcela Marques Serrano; Lier Pires Ferreira Junior; Vinicius Mayo Pires; Thiago de Jesus Esteves; Tatiana Bukowitz; Rodrigo de Souza Pain; Paula Cristina Santos Menezes; Otair Fernandes de Oliveira; Martha Carvalho Nogueira; Marcelo Costa da Silva; Marcelo da Silva Araujo; Cassia Cardoso de Miranda; Bruno Ribeiro Bastos Loureiro Rodrigues; Regina Celia Correa de Araujo; Lygia Maria Terra.	Editora Moderna Ltda.

ORG.: A autora, 2023.

Foram aprovadas 14 coleções no PNLD 2021, cada obra é composta por seis volumes, divido por eixos temáticos. Apesar de haver algumas diferenciações nos títulos entre as coleções, há certa coerência nos conteúdos tratados. De modo geral, os volumes das coleções abordam os seguintes tópicos: 1) Mundo do trabalho; 2) Diversidade e Cultura; 3) Desigualdades Sociais e Conflitos; 4) Mundo Globalizado; 5) Natureza e Sociedade; 6) Política, Ética e Território.

Para esta pesquisa selecionei o volume referente à temática de "Natureza e Sociedade" porque é nele que se desenvolve a temática do Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. Foram inventariados 14 exemplares, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Livros temáticos - "Natureza e Sociedade"

Título do Livro	Coleção
Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza	Prisma Ciências Humanas
Indivíduo, sociedade e natureza	Humanitas.doc
Sociedade, Natureza e Sustentabilidade	Multiversos
Estado, população e meio ambiente: discussões necessárias	Palavras Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Sociedade e Natureza	Conexão Mundo Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Trabalho, tecnologia e natureza	Diálogo, Ciências Humanas Sociais e Aplicadas
As sociedades humanas seus desafios e percursos	InteraçãoHumanas
Sociedade e meio ambiente	Conexões – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Indivíduo, natureza e sociedade	Módulos para o Novo Ensino Médio–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Economia e trabalho	Ser Protagonista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Transformações da natureza e impactos socioambientais	Identidade em Ação – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Sociedade e natureza	Contexto e Ação
Consciência ambiental	Diálogos em Ciências Humanas
Natureza em transformação	Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

ORG.: A autora, 2024.

Nota-se que alguns exemplares já apresentam no título o termo Sustentabilidade, demonstrando a importância que esse assunto adquiriu nos últimos anos, inclusive no contexto educacional. Com base nos volumes sobre "Natureza e Sociedade", realizei uma seleção das fotografias que se mantinham vinculadas aos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Para facilitar e organizar a pesquisa, separei as fotografias em categorias: Trabalho, Exploração da Natureza, Natureza, Conferências, Protestos, Poluição, Ações Educativas e Outros, totalizando 283 fotografias (Quadro 3).

Quadro 3 – Categorias de análise

Categorias	Número de fotografias
Trabalho	57
Exploração Natureza	37
Natureza	29
Conferências	22
Protestos	53
Poluição	32
Ações Educativas	34
Outros	19
Total	283

ORG.: A autora, 2024.

Diante do número expressivo de fotografias, foi necessário realizar uma nova reorganização, agrupando algumas categorias em um mesmo bloco: Conferências e Protestos, com 75 fotografias; Trabalho, com 57 fotografias; Natureza, com 98 fotografias; Ações

Educativas, com 34 fotografias; e Outros, com 19 fotografias. Para a análise, foram consideradas as categorias que apresentavam o maior número de fotografias, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Categorias selecionadas para análise

Categorias	Número de fotografias
Natureza	98
Conferências e Protestos	75
Trabalho	57
Total	230

ORG.: A autora, 2024.

A partir desta seleção foi possível definir os blocos para análise. Escolhi três grandes eixos para compor a investigação:

Bloco I – Sustentabilidade e trabalho

Bloco II – Sustentabilidade, conferências e ativismos

Bloco III – Sustentabilidade e natureza

Apesar do montante de fotografias selecionadas para cada bloco, escolhi apenas seis fotografias de cada um, totalizando 18 fotografias. Optei por cenas fotográficas que me despertaram algum tipo de emoção e que pudessem estimular minha imaginação. Busquei, ainda, selecionar fotografias que despertassem em mim curiosidade ou dúvida diante daquilo que se apresentava como uma certeza plasmada na fotografia.

A partir da escolha dos blocos, foi possível adentrar o mundo das imagens fotográficas, cujo questionamento da estudante Raíssa a respeito da sustentabilidade foi fundamental para os caminhos desta investigação. O exercício com as tropas de imagens realizado com os estudantes e as leituras do referencial teórico trouxeram sustentação para os percursos desta pesquisa que, por entre curvas, retas, declives e abismos, foi sendo abastecida pelos encontros e desencontros que se delineavam por um trajeto em constante transformação.

Busco, por meio das leituras das imagens fotográficas, provocar um efeito de estranhamento, de modo a produzir algum tipo de desconforto, já que estas, em sua maioria, são vistas, aceitas e pouco questionadas. Observar as fotografias para além de sua camada

superficial e ampliar a reflexão crítica pode, quem sabe, direcionar-nos para a construção de outro modo de vê-las, mais alinhado à crítica das imagens de sustentabilidade do que à pactuação com elas.

Os questionamentos propiciados a partir de uma aula de Geografia vão aos poucos tomando contorno e, conforme vou recolhendo os materiais didáticos esparramados pela mesa, verifico alguns estudantes à minha espera junto à porta. Maria Eduarda recolhe os gizes que ainda se mantêm próximos ao quadro e os acondiciona no meu estojo. Ela olha para minhas mãos e percebe o ressecamento causado pela química contida neste instrumento tão antigo e ainda bastante útil. Ao perceber a quantidade de materiais que carrego, Luís Otávio se aproxima, acomodando os materiais em seus braços e expressa sorridente “deixa que eu levo, professora”.

Assim, saio da sala de aula conduzida pelos estudantes que se misturam com os que me aguardam e juntos caminhamos pelo corredor estreito. Minha mente se mantém borbulhando, ainda está sob o efeito do espanto de Raíssa ao ver a fotografia das quebradeiras de coco-babaçu. Fico a pensar nas fotografias alusivas à sustentabilidade nos livros didáticos de Geografia e nas possíveis intenções de suas escolhas. Estariam elas contribuindo para a constituição de outro tipo de sujeito, propiciando que a educação para o desenvolvimento sustentável seja um dos caminhos para a formação de um novo consumidor? Entre reflexões e passos sigo em direção aos próximos cinquenta minutos de aula...

3. O LIVRO DIDÁTICO EM PAUTA

As múltiplas vozes ecoam em meus ouvidos enquanto atravesso o corredor em direção à próxima sala de aula. Suspendo a abstração dos pensamentos investigativos em razão do contato corpóreo que se dá com o trânsito dos estudantes no estreito espaço. Quase impedida de prosseguir pela intensidade do fluxo, sou acometida por um sentimento de impotência e raiva. Por que eles saem da sala de aula toda vez que toca o sinal-sirene? A dificuldade de me movimentar causa desconforto, mas ao mesmo tempo sou tocada pela intensidade de vida que se manifesta em meio ao estreitamento. À medida que avanço, os estudantes se identificam como parte e me acompanham agrupados, tal um bloco de matéria viva, para iniciar a aula.

Ao cruzar o espaço da sala de aula, me direciono até a mesa retangular posicionada em frente às carteiras dos estudantes. No instante em que me desloco até a porta, com a intenção de fechá-la, encontro Robert[7], frequentador assíduo da biblioteca e apaixonado por Geografia que, ao esbarrar levemente em mim, deixa cair um livro, rapidamente agarrado pelas suas mãos trêmulas, em razão do vacilo de ter descuidado do material espatifado no chão. Não pude conter a curiosidade de perguntar o motivo que o fez carregar um livro didático (LD) antigo de Geografia. De um jeito meio desapontado, explicou que ao ver uma pilha de livros que seriam transportados para o depósito solicitou à bibliotecária se poderia ficar com aquele exemplar (Figura 8). Robert lamentou o fato do lugar dos livros estar sendo substituído por computadores.

Sobressalta em minha mente a concepção de Larossa (2017) a respeito das bibliotecas, em que as vê como lugar de estudo e de leitura silenciosa, uma espécie de arquivo universal de tudo que a humanidade tem decidido transmitir e conservar. Assim como o estudante, o autor exprime que a biblioteca como local de estudo está desaparecendo e se transformando em ponto de conexão e informação, onde as pessoas fazem tudo, menos ler.

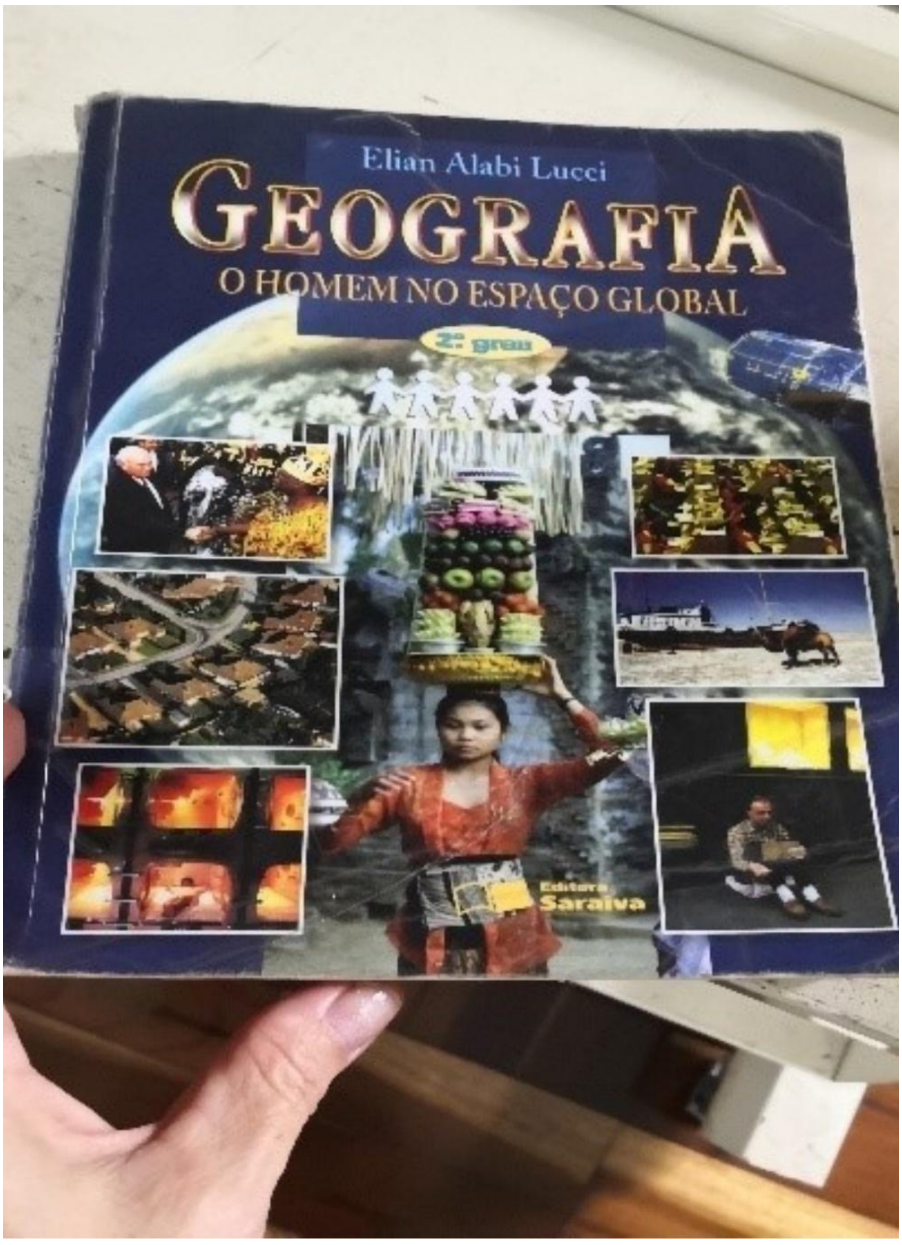
No Brasil, a situação fica um pouco mais complexa com a implementação do Novo Ensino Médio. Muitas escolas públicas não possuem estrutura para abrigar laboratórios de informática e estes acabam tomando outros espaços, entre eles o da biblioteca. É nela, na biblioteca, que o estudante se depara com um maior número de livros dos mais diversos temas. Quando esse espaço de leitura se torna restrito ou inexistente, há um prejuízo para os estudantes ao dificultar o acesso e apreço pela leitura. Diante dessa condição, me pergunto se

---

[7]Robert possui o diagnóstico de Síndrome do Espectro Autista. Em maio de 2023, foi aprovado para o curso de graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

com os ambientes escolares sendo realinhados, estaria o livro didático também assumindo outras feições?

Figura 10 – Livro didático em uma biblioteca



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Há uma crescente valorização da tecnologia na educação, visto que os computadores são priorizados em detrimento dos livros. Desse modo, forma-se uma cultura que considera o livro arcaico e obsoleto, desvalorizando-o e incentivando a sua substituição por computadores, esquecendo-se de que o conhecimento transcende a mera informação. É fato, os livros, entre eles os didáticos, vêm sendo relegados nas escolas e na sociedade brasileira em geral. Vale

lembrar que o livro didático nunca ocupou um lugar de destaque na cultura educacional, é pouco valorizado, mesmo tratando-se de uma excelente ferramenta de ensino e aprendizagem.

Sene (2014) movimenta meu pensamento ao questionar "se a depreciação do livro didático como produto específico da escola básica não seria simétrica à desvalorização do trabalho do professor desse nível de ensino e, portanto, da própria cultura escolar?" (p. 41). Penso que o LD é uma obra relevante para o trabalho do professor e se ele for incorporado como um produto verdadeiramente genuíno da escola, também estar-se-á valorizando o seu trabalho e, por conseguinte, a educação básica.

Retorno o olhar para Robert que, agarrado ao livro, se dirige até sua carteira escolar e, meio que de ímpeto, comunica aos colegas o seu apreço por livros e pela Geografia. Os sorrisos nos rostos dos estudantes não evidenciaram surpresa, demonstrando que todos conheciam suas paixões...

As conversas em torno do LD causam curiosidade a ponto de Vitória, posicionada na primeira carteira próxima à porta, questionar se o LD é muito antigo, porque se vê acompanhada dele desde criança. Logo, os estudantes percebem que esse material tem uma longa história e mesmo que haja outros artefatos tecnológicos na escola, o LD continua sendo fundamental para o trabalho pedagógico (Tonini, 2002).

Para Kaercher (2014), a escolha do LD deve ser feita pelo professor, considerando a sua própria perspectiva sobre a ciência geográfica, sendo estes livros úteis por apresentar de forma organizada uma série de informações. O professor, em sua prática, pode se abastecer de diversos recursos, seja uma tabela, gráfico, mapas e fotografias, além dos textos que vão recheando as páginas em meio às imagens e exercícios.

O livro didático é a bússola que inspira o professor a criar diferentes rotas, conduzindo os estudantes a descobertas valiosas. Ele é um recurso que potencializa o conhecimento geográfico e amplia a leitura do mundo (Foppa;Tonini, 2020). Por ser distribuído gratuitamente, o livro se torna mais uma das ferramentas disponíveis para o professor (Tonini; Goulart, 2017) e também para os estudantes em suas pesquisas. E por estarem os LDs sendo reduzidos nas bibliotecas escolares, a posse de um exemplar faz toda a diferença!

Compartilho do pensamento de Sene (2014), quando considera o livro didático um representante legítimo das disciplinas escolares, que busca dar conta das necessidades surgidas na relação ensino-aprendizagem da educação básica. Sua produção tem como referência a cultura escolar e por se constituir em um produto original deveria ser reconhecido e valorizado, mesmo que alguns intelectuais o considerem uma obra "menor" (Bittencourt,

2004; Sene, 2014). Desse modo, potencializar o livro didático nas aulas de Geografia também é uma maneira de valorizá-lo.

Seguindo o pensamento de Oliveira (2019), o LD permanece como um dos recursos de aprendizagem mais presentes nas práticas escolares, seja para o uso de texto em sala de aula ou para consulta pelos professores. Mesmo com o avanço das tecnologias digitais, o LD permanece como um material de referência comum, especialmente nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

A curiosidade dos estudantes a respeito do LD fez com que o pensamento me transportasse para o século XIX, período em que o livro didático foi considerado uma obra que, além de atender os professores, poderia também se estender a crianças e adolescentes (Bittencourt, 1993). Nesse período havia "uma preocupação com a disseminação da alfabetização e com o saber a ser vinculado pela escola, a nova instituição que se impunha como necessidade da vida civilizada" (Bittencourt, 1993, p. 28). A relação entre escola e vida civilizada me faz questionar qual tipo de ser humano a escola deveria formar. Seria próximo ao perfil europeu moderno?

Tornar a massa trabalhadora em seres letrados a partir da circulação dos LDs e os saberes ali difundidos causava algum temor para a elite do país, como relatado por Visconde de Cayru em 1827, que via com preocupação a propagação dos livros didáticos para a população, pois poderia haver a difusão das "luzes" para as classes menos abastadas, além do risco de perda pela classe dominante de sua mão de obra subserviente, que poderia ser inspirada ao desejo de mudanças na sua condição de trabalhadora (Bittencourt, 1993; 2004).

Dessa maneira, "A política do livro escolar representou um dos traços característicos da produção cultural feita por uma elite que procura se inserir no mundo 'civilizado', preservando paradoxalmente, de maneira intransigente, privilégios de uma sociedade hierarquizada e aristocrática" (Bittencourt, 1993, p.75). Complementa a autora (1993) que ao disseminar o LD para as populações menos abastadas, a elite brasileira teve apoio do Estado no controle do saber a ser divulgado nas escolas. A ideia então seria conquistar o marco de um país que caminha para a "civilidade" sem perder as benesses de uma massa trabalhadora subjugada.

De algum modo o que foi pensado no século XIX se consolidou. É nítida a relação entre o Estado e a classe dominante na organização dos saberes a serem difundidos nas escolas públicas. Ademais, a crescente influência na educação pelo setor privado contribui para o alinhamento da estrutura curricular vinculada ao perfil de humano trabalhador o qual se deseja formar. Assim, o livro didático continua sendo um instrumento importante nessa teia

de relações de poder, ao mesmo tempo em que organiza os conteúdos a serem desenvolvidos nas diferentes disciplinas escolares, pode também ser a ferramenta que permite subverter o que está posto quando consegue promover uma análise crítica desses mesmos conteúdos.

3.1. CUIDADO COM O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é um meio de reprodução de saberes, pois nele estão elencados os conteúdos a serem desenvolvidos em cada etapa do ensino. Desse modo, o cuidado do Estado com a escolha desses conteúdos nas escolas públicas se reflete nas políticas educacionais. Essa condição se justifica pelas conclusões de Oliveira (2019) em que percebe "crescente a preocupação do Estado com os saberes difundidos nesses livros, o que levou ao estabelecimento de mecanismos voltados a abordagens dos conteúdos nesses manuais para os objetivos colocados para educação escolar pelas políticas de Estado" (p.71). Entre as diversas políticas públicas na educação, destaco duas que interferem diretamente na educação básica: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD, 2021). A primeira padroniza os conteúdos a serem desenvolvidos nas escolas em todo o território nacional e a segunda se alinha com a primeira ao disponibilizar por meio do livro didático esses conteúdos.

Essas políticas públicas podem contribuir para uma homogeneização do saber ao promover a padronização de determinados conteúdos e, consequentemente, limitar a autonomia docente na construção de suas práticas pedagógicas. Embora a BNCC se apresente como uma linha condutora para a organização do currículo nacional, é possível questionar em que medida, atualmente, ela atua também como um mecanismo de controle sobre aquilo que o professor deve ensinar, restringindo sua autonomia, seu saber docente e sua liberdade de cátedra.

Para que estas políticas públicas engendradas pelo Estado sejam implementadas de fato nas escolas é necessário, segundo Carvalho e Gallo (2022), o uso de práticas autoritárias em todas dimensões escolares, desde a escolha dos conteúdos em séries, a posição dos estudantes em suas carteiras e todo afunilamento presenciado na escola, os quais colaboram para uma monocultura de saber dependente do Estado.

Diante disso, é possível que o LD seja configurado como uma das tecnologias de poder empregada pelo Estado para o controle dos saberes no espaço escolar. Nas palavras de Oliveira (2019):

> O espaço escolar tornou-se, na lógica de um Estado governamentalizado, instrumento de disciplinarização dos corpos, dos saberes, dos comportamentos, das condutas. Microterritorializando essas relações de poder para a materialidade do livro, ou seja, para os saberes e as práticas que os constituem, é possível identificar uma ação direta de controle dos saberes que o constituem (Oliveira, 2019, p. 85).

A partir da premissa de que o espaço escolar, além de disciplinar os corpos, se constitui em um ambiente que disciplina as mentes, estaria o livro didático condicionando as mentes assim como o corredor da escola condiciona os corpos? Seria, como afirma Tonini (2013), um território governado? Pergunto: para quem?[8]

Se o livro didático é capaz de conduzir ao disciplinamento, talvez seja possível deslocá-lo para outros sentidos em que seja tirado dessa condição de controle. Para pensar nessa possibilidade, me permito imaginar o livro didático sob um movimento de um pêndulo que se desloca entre um saber sedentário e um saber nômade. E aqui me aproprio das ideias de Carvalho e Gallo (2022) que trazem à reflexão a abordagem de uma educação nas perspectivas nômade e sedentária. Para os autores (2022), a educação nômade é aquela que acolhe as diferenças e as multiplicidades, promove ações contra os padrões e as formas de pensar e o estímulo à criação. Por outro lado, a educação sedentária se mantém amalgamada aos movimentos padronizados nos quais o pensamento opera pelo automatismo, com tendência ao controle e a homogeneização dos saberes.

A partir da ideia do pêndulo, ao direcionar o movimento para o eixo sedentário, o livro didático se entrelaça com as estruturas de poder ancoradas pelo Estado e amparadas pelas políticas públicas, entre elas, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, o PNLD. Assim:

> Exercendo uma função enunciativa, o PNLD territorializa-se na política educacional brasileira a partir da incitação, produção e ambientação de saberes, mediados por um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas. Elas se articulam e se influenciam mutuamente, mas atuam por mecanismos específicos na mecânica das relações de poder que as constituem (Oliveira, 2019, p. 69).

Por meio do PNLD se produz certa organização dos conteúdos dos componentes curriculares, entre eles, o componente de Geografia, de modo a originar uma planificação desses saberes e fazer com que o material produzido seja estendido a todas as regiões do país (Oliveira, 2019).

---

[8]Essa minha pergunta parte das reflexões realizadas através de algumas participações como avaliadora de livro didático submetidos nos PNLDs.

Tal organização do conhecimento, estruturada pelo programa (PNLD), tem como referência um edital, ou seja, “um aglomerado de normas, princípios, objetivos, diretrizes, formatos, conteúdos e toda uma série de regramentos que, não apenas disciplinam ou controlam os saberes, mas ambientam sua produção (Oliveira, 2019, p. 91). E mais:

> O edital não apenas disciplina os saberes ou dá uma coerência populacional à política pública de livros didáticos, mas territorializa um dispositivo de saber. Que atua a partir de discursividades e visibilidades espaciais e que atravessa cotidianamente a vida de diferentes sujeitos e populações escolares no Brasil” (Oliveira, 2019, p. 100).

O edital orienta a produção dos livros didáticos, baseando-se nas diretrizes nele estabelecidas. Os processos avaliativos do PNLD, ao privilegiarem a padronização, dificultam a construção de um saber nômade. Dessa forma, os livros didáticos estão condicionados a um saber sedentário. Embora frequentemente utilizado como um instrumento de controle, o LD também pode ser potência se o deslocamos para outros sentidos, direcionando a um saber nômade.

3.2. O LIVRO DIDÁTICO EM SEU MOVIMENTO PENDULAR

O pêndulo se movimenta em direções opostas fazendo o LD oscilar entre os saberes nômade e sedentário. Por ser um saber construído a partir de normas estabelecidas, o LD se movimenta para o sentido sedentário do pêndulo. O planejamento das aulas segue as instruções contidas nos documentos oficiais e estes se alinham ao livro didático. Assim, é comum professores, inclusive eu, utilizarem os conteúdos do LD para planejar suas aulas, seja em ciclos semestrais, bimestrais ou semanais. O LD se torna um fio condutor dos saberes que serão veiculados em sala de aula, estritamente alinhados com os referenciais curriculares, BNCC e com as plataformas digitais.

Não descarto a importância do LD nas escolas e muito menos em sala de aula; ele é uma das ferramentas que o professor pode sempre recorrer em suas aulas. O que pode ser pernicioso é a reprodução automática desses conteúdos, o que ocorre com frequência devido às longas jornadas de trabalho e às condições precárias a que os professores estão submetidos, como a necessidade de lecionar em múltiplas escolas e turmas.

Com número insuficiente de horas-atividade o professor se vê recorrendo à reprodução dos conteúdos do livro didático. Ainda assim é preferível ao uso intensivo das plataformas

digitais, as quais tratam os conteúdos de modo superficial e reduzem a autonomia do professor.

Estreitado pelas condições de trabalho, o professor segue as normas estabelecidas nas escolas que o submetem a desenvolver conteúdos prescritos nos documentos oficiais. No caso do estado do Paraná, além da BNCC, é necessário seguir também os referencias curriculares estaduais.

O planejamento elaborado pelo Estado está inserido na pauta eletrônica, definindo o que se deve ensinar em cada aula, inclusive com o número de aulas para cada conteúdo, ou seja, as aulas estão prontas, compostas de *slides*, indicações de vídeos e exercícios. Quando se questiona tal formato, a resposta é no sentido de se tratar apenas de uma sugestão e de que o professor tem liberdade de movimentar o formatado. Porém, na prática torna-se complexo efetuar a mudança, já que as avaliações externas aplicadas nas escolas cobram o conteúdo disponibilizado pelo Estado, o que para Girotto (2018) promove, juntamente com o currículo padronizado e a precarização do trabalho docente, um estado contínuo de vigilância nas escolas. Assim, quase que mecanicamente, o professor se molda na reprodução dos conhecimentos contidos nas plataformas digitais e no livro didático.

O ingresso massivo da tecnologia em sala de aula tem colocado o LD em *stand by* (pausa). No entanto, insisto em trazê-lo para as aulas quando possível. A inteligência artificial (IA) nos buscadores da internet, leia-se basicamente o *Google*, já faz parte da rotina dos estudantes e quando estes se deparam com um LD apresentam dificuldades de leitura e de síntese dos temas abordados em aula. Em um dos momentos de uma aula de Geografia, Yasmim, após finalizar o tempo da aula, ao me entregar o LD, expressa:

Figura 11 – Livro didático



Fonte: Elaborada por Rosângela Melatti (2026), com auxilio do Canva.

Sim, o livro por meio dos textos e imagens constitui uma potente fonte de análise, além do mais promove um exercício imprescindível para a Geografia, a educação do olhar (Kaercher, 2014). Estar atenta aos diferentes formatos, sejam textos, imagens ou exercícios

que compõem a página de um livro, é um ótimo exercício de observação. É possível perceber que alguns conteúdos são tratados com maior relevância do que outros, por exemplo, os temas relacionados aos ditos países desenvolvidos, cujas fotografias exaltam esses lugares, evidenciando-os como os melhores para se viver e colocando o restante do mundo em condições desfavoráveis, qualificando, salvo raras exceções, como perigosos, violentos, sujos e pobres. Qual estudante terá interesse em conhecer tais lugares?

É possível verificar uma exaltação ao continente europeu, por exemplo, grande parte do conteúdo do LD do 9° ano do ensino fundamental de Geografia é direcionado a ele. Ainda, todo o seu teor está posicionado nos primeiros capítulos do livro, deixando para os últimos a África e a Oceania. Há também, com certa frequência imagens comparativas entre os países europeus e os "outros", o que submete a um saber hegemônico voltado ao Norte Global.

Os professores, em sua maioria, têm consciência da condição a que estão sujeitos e cotidianamente buscam brechas em meio ao disciplinamento dos saberes difundidos pelos documentos oficiais e o LD. Essa sujeição não se dá somente em relação aos saberes neles contidos, há toda uma estrutura na escola, que restringe a autonomia do professor.

É inaceitável que um docente seja mal visto por atender suas necessidades básicas durante a aula, como ir ao banheiro ou se hidratar, por exemplo. A participação em eventos científicos e o aprofundamento dos estudos se tornam desafios quase insuperáveis. Mesmo nos grupos de estudos promovidos pelo Estado, dificilmente são oportunizados textos que estimulem a criticidade no ensino de Geografia. As leituras e discussões geralmente estão focadas em metodologias, avaliação, disciplina e dados estatísticos comparativos de *ranking* das avaliações externas.

Assim, é possível compreender que "a partir das estratégias de utilização do espaço, do tempo e do corpo da disciplina, bem como de suas operações, procura-se caracterizar as estratégias e as operações do controle" (Moraes; Veiga-Neto, 2008, p. 3). Partindo dessa perspectiva, o espaço escolar, além de adestrar os corpos e as mentes, também vigia. Todo esse bloco de controle e vigilância pode, a princípio, fazer com que seja entendido como facilitador do trabalho docente em sala de aula, no entanto, é uma forma de alienação, que engessa e não liberta. Tanto quanto os estudantes, o professor está também preso nesse *looping* que adestra sua mente[9], ou seja, os currículos oficiais, a "grade" curricular, o livro didático, as plataformas digitais e toda essa estrutura de engessamento que, para Federici

[9]Destaco aqui a importância dos professores da Linha de Pesquisa em Ensino e Geografia do POSGEA/ UFRGS, entre eles o professor Nestor André Kaercher, que realizava com frequência o exercício de descondicionar as mentes, inclusive a minha.

(2023), requer igualmente a mecanização do corpo, destruindo a autonomia e a criatividade, tão importantes na elaboração dos saberes em sala de aula.

Para além do corpo, o pensamento é condicionado pelos programas curriculares e por toda a normatização estabelecida para desenvolver os conteúdos programáticos. São eles: os planos de aula, a "grade" curricular, a disposição linear de uma sala de aula, os fetiches teóricos, os engessamentos políticos, os gestos e o discurso de autoridade. Todos esses elementos se sobrepõem às mobilidades microfísicas de uma sala de aula e operam de maneira oposta às potencialidades aleatórias (Carvalho; Gallo, 2022). Essa normatização, em suma, resulta em um saber sedentário.

Ao movimentar o pêndulo para o sentido inverso, desloco o livro didático para o eixo do nomadismo e, nessa perspectiva, ele se estabelece como potência, porque dele é possível extrair outras possibilidades de ensino-aprendizagem ao oportunizar a abertura de ramificações do saber e mudar a maneira de como ensinar e aprender. Trata-se de fazer a curva para o encontro de um aprender e ensinar com e em "rizomas".

Quando penso em ensinar e aprender recorro aos currículos, não os maiores, aqueles oficiais que impõe ordenações, que controlam, que são prescritivos e reproduzem a herança capitalista. Mas os menores, os que são criados pelos professores e estudantes no cotidiano escolar e que se abrem à novidade (Paraíso, 2021), fazem da escola um espaço de resistência e também de transformação, um lugar das possibilidades.

Ao fazer o exercício do pensar nos currículos sendo produzidos ali no chão da escola, talvez seja possível pensar nas condições que possibilitem desamarrar as estruturas condicionantes dos currículos maiores, permitindo que a potência do caos criativo se instale, nem que para isso precisamos apelar para as gambiarras, estas presentes em sala de aula e que para Tonetto (2022, p. 33) "são tanto coisas quanto situações comuns para quem nela circula [...]", desde a ausência de livros para todos, colocando os estudantes a realizar as tarefas em grupos, quanto a intermitência na rede de internet, apelando para usar o próprio *Wi-Fi* do professor. O improviso, seja pela escassez de materiais ou pela precariedade da instituição escolar, conforme a autora (Tonetto, 2022), faz com que o uso de gambiarras seja comum ao trabalho docente. O desvio de uma aula planejada encontra na gambiarra um modo alternativo de conduzir a aula, é o caos criativo. Como afirma Carvalho; Gallo (2022, p. 31), "o caos é uma mudança de registro nas concepções de possibilidades de relação com o conhecimento, com o saber, com o ensino, com as formas que se ensina".

Associo o caos a uma desestabilização que, de algum modo, direciona para outro estado de situação, ele "não é uma desordem, um emaranhado de relações sem propósitos e

distantes das possibilidades criativas de se extrair dele conhecimento e de, sobretudo, com ele produzir conhecimento" (Carvalho; Gallo, 2022, p. 31), ele é a própria contraposição ao saber sedentário. O caos aceita que o pensamento saia da condição de adestramento e seja "compatível com o mundo do microfísico e da aleatoriedade" (p. 32), porque caos e criação andam juntos e também podem exercer pressão no enfrentamento da ordem, conforme reviso a seguir:

> Caos e criação se emparelham na tentativa responsável de gerar novos circuitos de possibilidades educativas ou de trânsito nos eixos que tornam exequíveis um tipo de educação aberta à singularização, à diferença, à produção de multiplicidades. Ao mesmo tempo, são elementos de afrontamento sem descanso ao policromatismo disciplinar, ordenador e autoritário, instalados nas mais variáveis formas da Escola (Carvalho; Gallo, 2022, p. 33-34).

Nesse sentido, restabelecer o contato com a dinâmica da sala de aula significa reconhecê-la como um espaço vivo e múltiplo, no qual cada acontecimento pode ser percebido como algo significativo. O caos e a criação alimentam esse emaranhado de manifestações que se tornam potentes no ato educativo. Captar os pequenos movimentos que acontecem no chão da escola é perceber, como sugere Giordani (2019, p. 7), essas "coisinhas do chão, do cotidiano, da vivência, do afeto, da contradição, do dissenso, da diferença, do outro, do encontro, do estar juntos, do profano que provocam e nutrem outras imaginações espaciais".

Adentrar em uma sala de aula consciente das fugas possíveis a um controle absoluto do processo de ensino-aprendizagem é estar atento às brechas que emergem nesse ambiente dinâmico. Tais movimentos podem desacomodar a ordem instituída fazendo o pensamento se deslocar para outros universos e a aula pode tomar outros rumos que também podem ser sentidos nos corpos estudantis. As falas se cruzam por entre a sala, os corpos se deslocam, a "ordem" se esvai...perdemos o controle.

Muitas vezes, a perda do controle, seja por não alcançar as metas de conteúdo, seja pela inquietude dos corpos que gesticulam e se movimentam pelo espaço da sala de aula, nos leva a pensar em derrota na atuação docente, uma vez que o neoliberalismo opera no fracasso contínuo do sujeito. A programação da aula escapa, a sensação de impotência se instala e, quase que meio fora do controle, o professor tenta retomar a "ordem" do planejado, contudo, isso é "uma fantasia megalomaníaca calcada na ideia de que é possível ter domínio sobre os instrumentos e os agentes envolvidos em uma experiência educativa que nos cria a ilusão de ordem" (Carvalho; Gallo, 2022, p. 32). Além do mais, nas palavras de Kaercher, "perder o

controle pode não ser tão ruim, até porque o controle é uma ilusão" (Batista, 2022, p. 153). Há uma linha de fuga no saber nômade, a qual se direciona para o acolhimento do caos e, desse modo, há no saber nômade, um espaço fecundo para criação e transformação.

Quando considero a relação do LD com o movimento de um pêndulo, percebo que ele tende a se inclinar mais para o saber sedentário ao se posicionar como "um lugar de produção de significados, como um artefato cultural no qual as verdades são fabricadas e postas em circulação" (Tonini, 2002, p. 32). São essas verdades fabricadas que o professor, e aí me identifico como parte, acolhe e compartilha em suas aulas.

Alinho-me com Foucault (1999) ao expressar que "somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade" (Foucault, 1999, p. 29). O livro didático, para nós, professores, constitui-se como um mecanismo de verdade, que exerce poder sobre nossa atuação em sala de aula. Acolhemos como verdade o que está posto entre suas páginas e o reproduzimos perante os estudantes, o poder portanto circula, afinal, como sustenta Foucault (1999), o poder se dá na relação.

Diante disso, compartilho do seguinte pensamento do autor:

> O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou bem. O poder funciona. O poder exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também exercê-lo (Foucault, 1999, p. 35).

Assim, ao mesmo tempo em que sou submetida ao regime de verdades contidas em um livro didático, também exerço poder ao disseminá-las. Para os estudantes, esse material igualmente opera dentro de um regime de verdades. Se o poder se manifesta nas relações, talvez haja maneiras de desconstruir as verdades fabricadas nesses materiais e, acredito, por minha experiência, que um dos caminhos possíveis seja por meio da leitura e do acesso ao conhecimento produzido nas universidades. Vejo esses centros de produção do conhecimento como foco de resistência por meio de sua produção acadêmica. Ainda, quando elas se aproximam das escolas podem colaborar no desmonte dessas verdades, fazendo com que o professor consiga realizar um contraponto entre esses saberes e eventualmente fazer o pêndulo seguir no sentido de um saber nômade.

Uma vez mais observo Robert que, em meio a conversas e abstrações em torno dos livros didáticos, se movimenta pela sala de aula e se aproxima da carteira de Pedro Augusto, de quem pega um pequeno embrulho. Ao unir o pote transparente em sua mochila, Pedro

Augusto é interpelado por Pablo que em alto e bom tom, de um jeito meio zombeteiro e amigável, expressa: “Olha só, Pedrão vendendo doce[10] em plena aula de Geografia!”

É nesses instantes aparentemente inoportunos que me permito aproximar os estudantes dos conhecimentos geográficos e trazê-los para o tema a ser desenvolvido em sala de aula. A captura do doce de Pedro Augusto é o ponto de partida para o assunto da aula, aquela definida nos currículos oficiais: o desenvolvimento e ordenamento dos países segundo os critérios socioeconômicos. Deixo o planejamento organizado pela rede de ensino, com seus *slides,* vídeos e exercícios e foco na captura do doce de Pedro Augusto como início para tratar do tema “o desenvolvimento”.

E quando penso na temática do desenvolvimento, compartilho das ideias de Girotto e Bagoly-Simó (2023), cuja concepção de desenvolvimento, presente nos documentos normativos dos currículos maiores para a educação básica, está concentrada no conceito de desenvolvimento desigual, seja entre países, cidades ou regiões. Isso vale também para “o entendimento das relações de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entendidas no currículo como expressão das desigualdades, em múltiplas escalas, resultantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista” (Girotto;Bagoly-Simó, 2023, p. 6).

Salientam os autores que, mesmo com a atualização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), permanece a ideia de tratar desenvolvimento por meio da desigualdade, apesar de suscitar uma preocupação em apresentar leituras que se distanciam do predomínio ocidental de cunho econômico, reconhecendo outras formas de arranjos de organização espacial e de desenvolvimento, entre elas, as realizadas pelas comunidades tradicionais (Girotto;Bagolly-Simó, 2023).

No que tange ao conceito de desenvolvimento relacionado às questões ambientais, Girotto e Bagoly-Simó (2023) consideram que o desenvolvimento sustentável não aparece no currículo de Geografia e indicam que com o advento da BNCC (2018) houve um esvaziamento do debate sobre a dinâmica ambiental global atrelada a suas dimensões geopolíticas e geoeconômicas, recaindo a responsabilidade pelos problemas ambientais sobre os indivíduos, diante de uma visão limitada de cidadania. Talvez o enfraquecimento no debate esteja associado à condicionante da temática ambiental estar inserida nos temas transversais contemporâneos, em que todos os componentes curriculares deverão abordar o assunto,

[10]É comum em sala de aula os estudantes venderem bombons, paçocas e outros doces caseiros para reforçar o orçamento familiar. A paçoquinha feita pela mãe de Pedro Augusto é uma das mais saborosas que já experimentei.

inclusive a Geografia. Ademais, Girotto e Bagoly-Simó (2023) atestam que a ausência do tema do desenvolvimento sustentável no currículo pode ser em razão da própria crítica da Geografia, por este não ser compatível com o modo de produção capitalista, o que repercute em seu esvaziamento.

3.3. O LIVRO DIDÁTICO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Motivada pelos estudos de Girotto e Bagoly-Simó (2023), busquei os livros didáticos de Geografia com o intuito de observar como o desenvolvimento sustentável neles se apresentava. De pronto, verifiquei que o tema é discutido em todas as quatorze coleções objeto de pesquisa desta tese. Na tentativa de verificar se o conteúdo se mostrava diferente dos livros didáticos anteriores, fiz um breve comparativo entre dois exemplares, um publicado antes da reforma do ensino médio e outro mais recente. Apesar das poucas diferenças entre eles, o tema sustentabilidade aparece na edição atual.

No livro didático que antecede a reforma do ensino médio (Figura 12) o conteúdo sobre desenvolvimento sustentável se manifesta por meio da justificativa de proteger o planeta Terra frente às ações humanas, entre elas, os efeitos do processo de industrialização e das guerras mundiais.

Figura 12 – Livro didático de Geografia anterior à reforma do ensino médio



4 Estocolmo-72

Como vimos, os impactos ambientais são decorrência de modelos de desenvolvimento que encaram a natureza e seus complexos e frágeis ecossistemas apenas como inesgotáveis fontes de energia e de matérias-primas, além de receptáculo dos resíduos poluentes produzidos pelas cidades, indústrias e atividades agrícolas. Todos esses impactos foram provocados porque a natureza era vista apenas como fonte de lucros.

A humanidade progrediu tanto em termos tecnológicos que passou a ver a natureza como algo separado dela mesma. Já nos séculos XVIII e XIX, os impactos ambientais provocados pela crescente industrialização eram muito grandes. Entretanto, ainda eram localizados e atingiam basicamente os trabalhadores, as camadas mais pobres da população. Os proprietários das fábricas moravam distante das regiões fabris e tinham como se refugiar das diversas formas de poluição. Com o passar do tempo, em virtude da crescente expansão do processo de industrialização e urbanização, os impactos ambientais foram aumentando, até que, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), passaram a ter consequências globais.

Para debater tais problemas, foi realizada, de 5 a 16 de junho de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia). Nesse encontro, foram rediscutidas as polêmicas sobre o antagonismo entre desenvolvimento e meio ambiente apresentadas em 1971 pelo Clube de Roma.

Como vimos, a política do "crescimento zero" propunha o controle da natalidade e o congelamento do crescimento econômico como única solução para evitar que o aumento dos impactos ambientais levasse a uma tragédia ecológica mundial. Obviamente, essa era uma péssima solução para os países em desenvolvimento, os que mais necessitavam de crescimento econômico para promover as melhorias da qualidade de vida da população.

A Declaração de Estocolmo, documento elaborado ao final do encontro, composto por uma lista de 26 princípios, estipulou ações para que os países buscassem resolver os conflitos inerentes entre as práticas de preservação ambiental e o crescimento econômico. Ficou estabelecido o respeito à soberania das nações, isto é, a liberdade de os países em desenvolvimento buscarem o crescimento econômico e a justiça social explorando de forma sustentável seus recursos naturais.

Outras decisões importantes desse encontro foram a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a instituição do dia 5 de junho, data do seu início, como Dia Internacional do Meio Ambiente.

Ao longo da década de 1970, após a Conferência, vários países passaram a criar órgãos de defesa do meio ambiente e legislações de controle contra a poluição ambiental – em vários países, poluir passou a ser crime.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, os Estados Unidos foram representados pela artista de cinema Shirley Temple, Estocolmo, 1972.

Plenário da Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente na cidade de Estocolmo em 1972.

254 Capítulo 12

5 O desenvolvimento sustentável

Em 1983, a Assembleia Geral da ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para presidir uma comissão encarregada de estudar o tema ambiental. Em 1987, foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU um estudo denominado *Nosso futuro comum*, mais conhecido como *Relatório Brundtland*. Esse estudo, que defendia o desenvolvimento para todos, buscava um equilíbrio entre as posições antagônicas surgidas na Estocolmo-72 e criou a noção de desenvolvimento sustentável, "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades". Já as sociedades sustentáveis estariam baseadas em igualdade econômica, justiça social, preservação da diversidade cultural, da autodeterminação dos povos e da integridade ecológica. Isso obrigaria pessoas e países a mudanças não apenas econômicas, mas sociais, morais e éticas. A Constituição Federal brasileira de 1988 foi promulgada um ano após a publicação desse relatório e incorporou em seu texto o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo a primeira da história brasileira a dedicar um capítulo ao meio ambiente.

O estabelecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável envolve ações individuais e coletivas nas escalas local, regional, nacional e mundial. Na foto, de 2013, pessoas protestam em Berlim (Alemanha) contra o armazenamento de lixo nuclear.

Para saber mais

Educação ambiental

Como vimos, o desenvolvimento sustentável envolve a participação do Estado e das empresas, mas também a conscientização de todas as pessoas para que se evite o consumo excessivo de energia e matérias-primas, que gera desperdício.

Um passo importante para a busca de um novo modelo de conscientização foi dado em 1999, com a promulgação da Lei n. 9795, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

A partir daquele ano, o tema meio ambiente foi fortalecido, tanto por seu tratamento particular dado pelas disciplinas escolares quanto por sua presença nos projetos interdisciplinares desenvolvidos nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Leia seus artigos iniciais:

Artigo 1º – Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Artigo 2º – A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

[...]

Artigo 5º – São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I. o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II. a garantia de democratização das informações ambientais;

III. o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV. o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

[...]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 18 jan. 2016.

As conferências em defesa do meio ambiente 255

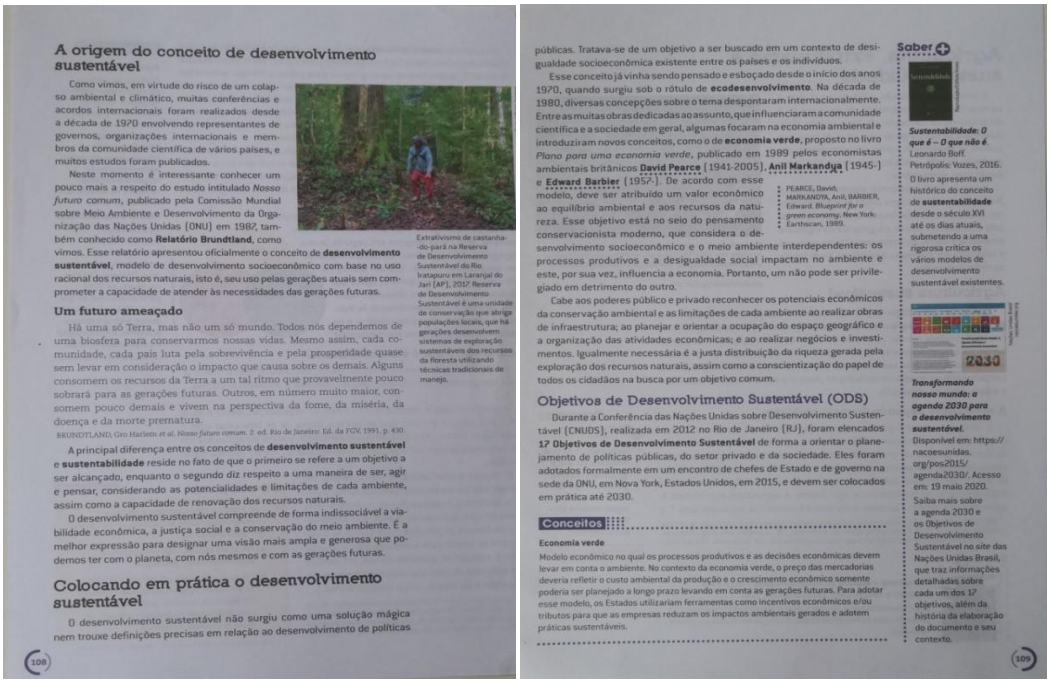
Fonte: Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização, p. 254/255, 2017.

Constatei, ainda, que o material apresenta o histórico das conferências mundiais e que o conceito de desenvolvimento sustentável se limita a um breve texto, sem avançar para a

discussão do termo sustentabilidade. A temática da educação ambiental é abordada em formato de box no livro.

Com a edição atual (Figura 13) o conteúdo do desenvolvimento sustentável se situa no volume que trata da consciência ambiental. A Geografia, a Sociologia, a História e a Filosofia disputam ou compartilham a grande área das Ciências Humanas e Sociais, sendo a temática ambiental posicionada como tema transversal contemporâneo. A abordagem é muito similar, situando a gravidade dos efeitos ambientais na sociedade e propondo ações em torno da problemática, a partir das conferências mundiais. Nesse contexto, o LD relata o período em que o termo desenvolvimento sustentável foi empregado pela primeira vez.

Figura 13– Livro didático das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas



A origem do conceito de desenvolvimento sustentável

Como vimos, em virtude do risco de um colapso ambiental e climático, muitas conferências e acordos internacionais foram realizados desde a década de 1970 envolvendo representantes de governos, organizações internacionais e membros da comunidade científica de vários países, e muitos estudos foram publicados.

Neste momento é interessante conhecer um pouco mais a respeito do estudo intitulado *Nosso futuro comum*, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, também conhecido como **Relatório Brundtland**, como vimos. Esse relatório apresentou oficialmente o conceito de **desenvolvimento sustentável**, modelo de desenvolvimento socioeconômico com base no uso racional dos recursos naturais, isto é, seu uso pelas gerações atuais sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras.

Extrativismo de castanha-do-pará na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru em Laranjal do Jari (AP), 2017. Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma unidade de conservação que abriga populações locais, que há gerações desenvolvem sistemas de exploração sustentáveis dos recursos da floresta utilizando técnicas tradicionais de manejo.

Um futuro ameaçado

Há uma só Terra, mas não um só mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservarmos nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais. Alguns consomem os recursos da Terra a um tal ritmo que provavelmente pouco sobrará para as gerações futuras. Outros, em número muito maior, consomem pouco demais e vivem na perspectiva da fome, da miséria, da doença e da morte prematura.

BRUNDTLAND, Gro Harlem *et al. Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1991. p. 430.

A principal diferença entre os conceitos de **desenvolvimento sustentável** e **sustentabilidade** reside no fato de que o primeiro se refere a um objetivo a ser alcançado, enquanto o segundo diz respeito a uma maneira de ser, agir e pensar, considerando as potencialidades e limitações de cada ambiente, assim como a capacidade de renovação dos recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável compreende de forma indissociável a viabilidade econômica, a justiça social e a conservação do meio ambiente. É a melhor expressão para designar uma visão mais ampla e generosa que podemos ter com o planeta, com nós mesmos e com as gerações futuras.

Colocando em prática o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável não surgiu como uma solução mágica nem trouxe definições precisas em relação ao desenvolvimento de políticas

108

públicas. Tratava-se de um objetivo a ser buscado em um contexto de desigualdade socioeconômica existente entre os países e os indivíduos.

Esse conceito já vinha sendo pensado e esboçado desde o início dos anos 1970, quando surgiu sob o rótulo de **ecodesenvolvimento**. Na década de 1980, diversas concepções sobre o tema despontaram internacionalmente. Entre as muitas obras dedicadas ao assunto, que influenciaram a comunidade científica e a sociedade em geral, algumas focaram na economia ambiental e introduziram novos conceitos, como o de **economia verde**, proposto no livro *Plano para uma economia verde*, publicado em 1989 pelos economistas ambientais britânicos **David Pearce** (1941-2005), **Anil Markandya** (1945-) e **Edward Barbier** (1952-). De acordo com esse modelo, deve ser atribuído um valor econômico ao equilíbrio ambiental e aos recursos da natureza. Esse objetivo está no seio do pensamento conservacionista moderno, que considera o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente interdependentes: os processos produtivos e a desigualdade social impactam no ambiente e este, por sua vez, influencia a economia. Portanto, um não pode ser privilegiado em detrimento do outro.

PEARCE, David; MARKANDYA, Anil; BARBIER, Edward. *Blueprint for a green economy*. New York: Earthscan, 1989.

Cabe aos poderes público e privado reconhecer os potenciais econômicos da conservação ambiental e as limitações de cada ambiente ao realizar obras de infraestrutura; ao planejar e orientar a ocupação do espaço geográfico e a organização das atividades econômicas; e ao realizar negócios e investimentos. Igualmente necessária é a justa distribuição da riqueza gerada pela exploração dos recursos naturais, assim como a conscientização do papel de todos os cidadãos na busca por um objetivo comum.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada em 2012 no Rio de Janeiro (RJ), foram elencados **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** de forma a orientar o planejamento de políticas públicas, do setor privado e da sociedade. Eles foram adotados formalmente em um encontro de chefes de Estado e de governo na sede da ONU, em Nova York, Estados Unidos, em 2015, e devem ser colocados em prática até 2030.

Conceitos

Economia verde

Modelo econômico no qual os processos produtivos e as decisões econômicas devem levar em conta o ambiente. No contexto da economia verde, o preço das mercadorias deveria refletir o custo ambiental da produção e o crescimento econômico somente poderia ser planejado a longo prazo levando em conta as gerações futuras. Para adotar esse modelo, os Estados utilizariam ferramentas como incentivos econômicos e/ou tributos para que as empresas reduzam os impactos ambientais gerados e adotem práticas sustentáveis.

Saber

Sustentabilidade: O que é – O que não é. Leonardo Boff. Petrópolis: Vozes, 2016. O livro apresenta um histórico do conceito de **sustentabilidade** desde o século XVI até os dias atuais, submetendo a uma rigorosa crítica os vários modelos de desenvolvimento sustentável existentes.

2030

Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 19 maio 2020. Saiba mais sobre a agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no site das Nações Unidas Brasil, que traz informações detalhadas sobre cada um dos 17 objetivos, além da história da elaboração do documento e seu contexto.

109

Fonte: Diálogos em Ciências Humanas.Consciência ambiental, p. 108/109, 2020.

A partir daí, o LD faz uma diferenciação quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: "[...] o primeiro se refere a um objetivo a ser alcançado, enquanto o segundo diz respeito à maneira de ser, agir e pensar, considerando as potencialidades e limitações de cada ambiente, assim como a capacidade de renovação dos recursos naturais" (Vicentino; Campos; Sene, 2020, p.108). Esses conceitos estão interligados, pois ambos envolvem a conservação das riquezas naturais do planeta para as gerações futuras, sendo que um se refere à garantia desses recursos e o outro à formação do sujeito para sua manutenção. Então, de certo modo, a sustentabilidade está mais vinculada à prática, ou seja, como agir para alcançar um desenvolvimento que seja sustentável.

Uma das maneiras de alcançar o desenvolvimento sustentável, segundo o LD analisado, seria por meio da economia verde, na qual a aquisição de produtos considerados sustentáveis estaria contribuindo para a conservação ambiental. Leandro Oliveira (2019) considera a economia verde como a consolidação do binômio economia – ecologia, em que "as empresas dessa natureza cada vez mais adotarão o meio ambiente como forma de obter lucros" (Oliveira, 2019, p. 279). Relacionar sustentabilidade com conservação da natureza significa manter a natureza como recurso, algo a ser consumido pelos seres humanos, ou melhor, por alguns humanos.

Para compreender essa conexão entre a natureza e economia é necessário alargar um pouco a discussão sobre desenvolvimento sustentável. Nas palavras de Leandro Oliveira (2019), esse conceito foi cunhado no século XX, período em que a preocupação com o futuro do planeta e das próximas gerações tomou maiores proporções. Foi em 1988, com o *Relatório de Brundtland* (Nosso Futuro Comum), que o desenvolvimento sustentável foi oficialmente apresentado para a sociedade, sendo definido como "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (Oliveira, L. 2019, p. 40).

Ao interpretar o *Relatório de Brundtland*, Harvey (2020) problematiza a concepção de desenvolvimento sustentável, segundo o qual:

> [...] as ações do presente não devem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas necessidades, argumentando que o montante do valor tanto dos ativos produzidos por mão humana (por exemplo, estradas, plantações e fábricas) quanto aqueles fornecidos pela 'natureza' (por exemplo, minerais, bacias hídricas) precisa permanecer constante de geração para geração (Harvey, 2020, p. 186).

Pela compreensão de Harvey (2020), o desenvolvimento sustentável é inviável nesse atual modelo porque tanto os ativos produzidos pelos humanos quanto aqueles fornecidos pelos não humanos precisam permanecer inalteráveis pelas gerações. No entanto, o que se presencia é a destruição permanente desses ativos ainda no presente.

Para além da questão conceitual, o desenvolvimento sustentável é considerado "um projeto político de dominação territorial com base no controle das riquezas naturais, articulado de maneira estratégica através de mecanismos diplomático-protocolares, em particular por meio das grandes conferências" (Oliveira, L., 2019, p. 101).

Acompanhar as conferências mundiais em torno das questões ambientais, entre elas, as mudanças climáticas com a Conferência das Partes (COP), também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, permite perceber os avanços

limitados na redução das emissões de gases do efeito estufa e os rearranjos políticos pelas disputas de poder, no que se refere ao controle e dominação de territórios, principalmente os situados no Sul Global. A escolha do Azerbaijão como país-sede da COP29 em 2024 foi alvo de críticas, por se tratar de uma economia fortemente baseada em combustíveis fósseis, com grandes reservas de petróleo, o que mostra os interesses para além da questão climática.

O Brasil foi o país-sede da Conferência das Partes, a COP30, em novembro de 2025. A cidade de Belém, no estado do Pará, foi a escolhida para receber o evento, um local estratégico, já que está situada em meio à maior floresta tropical do mundo, a Amazônica. Diante do colapso ambiental em curso, a escolha pelo Brasil ressoava como um desejo de mudança, um indicativo de que sem a floresta não haveria futuro, inclusive para os humanos, o que tornou a Amazônia ainda mais significativa no centro do debate sobre as mudanças climáticas.

Apesar das expectativas em torno da COP30, os avanços na esfera da questão climática ficaram aquém do esperado. A Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas (2025), um dos documentos resultantes da Conferência, trouxe uma preocupação para a população cuja condição se apresenta mais vulnerável aos efeitos climáticos. Apesar de o documento expor um olhar mais aguçado para as pessoas e o cuidado com elas, percebe-se um direcionamento para a adaptação e responsabilização diante dos efeitos das mudanças climáticas, como pode ser notado no trecho a seguir:

> Ampliar soluções que permitam que famílias em situação de vulnerabilidade climática e pequenos produtores em áreas rurais gerenciem riscos climáticos, aumentem sua resiliência e reduzem vulnerabilidades — incluindo seguros, garantias, mecanismos de redução de riscos, proteção social vinculada à produção e financiamento para evitar, minimizar e enfrentar perdas e danos (Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas, 2025, p.2-3).

O documento não detalha como serão realizadas essas soluções ampliadas e nem o tipo de financiamento, bem como quais seriam as garantias possíveis para minimizar os efeitos dos riscos climáticos. Percebo que a Declaração se aproxima mais de uma preparação para caos climático, com destaque para a palavra “resiliência”, nomeada dezoito vezes em um material de oito páginas, do que de uma busca por soluções palpáveis. Endossada por 43 países, a maioria situados no Sul Global, a Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática (2025) desperta dúvidas sobre se as nações mais ricas irão se comprometer com medidas mais mensuráveis que vão além do discurso e dos documentos protocolares.

O olhar para as pessoas é um avanço. O desafio é saber se essas vozes poderão ecoar para além das Conferências. Para os Povos Indígenas da Amazônia ela ficou a desejar. A

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB (2025) em sua Declaração em resposta aos resultados da COP30 afirma:

> Esta COP, a COP amazônica, representava um momento histórico para que os direitos, as prioridades e as propostas de solução dos Povos Indígenas se refletissem em decisões vinculantes e ambiciosas. Mas a COP termina com os governos do mundo, que tanto insistem em defender que este é um processo conduzido pelas Partes da Convenção, demonstrando falta de ambição e até mesmo de interesse diante do chamado urgente à ação (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, 2025).

Apesar do aceno às populações indígenas e sua participação na COP30, segundo a Declaração da COIAB (2025), os resultados são insuficientes e não condizem com suas expectativas e necessidades, entre elas, a proteção da floresta.

Outro desdobramento da COP30 é a criação do Mutirão COP30, o grande mutirão global pela ação climática, para o qual todos são convocados a fazer parte das mobilizações em defesa do clima, seja no plantio de árvores, limpeza de rios, hortas urbanas, entre outros (COP30, Brasil, 2025). Esse movimento, por ser constituído de mobilizações coordenadas, pode abafar os movimentos de resistência já existentes e direcioná-los para condutas alinhadas com as propostas do Desenvolvimento Sustentável.

A COP30 não se apartou dessa dinâmica de regulações de comportamento, pois a partir da instauração de um Mutirão convocatório, com propostas já estabelecidas, limitam-se os movimentos de resistência para ampliação de espaços para outras ações distintas dessas já estabelecidas pelas convenções. Essas condutas se situam na superfície, limitando-se às questões do clima e ao futuro do planeta, mantendo-se alicerçadas nas ecopolíticas que, em nome de uma governamentalidade planetária, regulam e instauram novos padrões de comportamento.

"Questões como consciência ecológica, preservação do planeta, minimização dos partidarismos, segurança, respeito às diferenças etnoculturais, atenção às necessidades locais, sustentabilidade e antiutilitarismo constam nas agendas da ecopolítica" (Veiga-Neto 2014, p.216). Diante dessas agendas ecopolíticas, estaríamos sendo conduzidos por esses novos padrões de comportamento sem que estejamos conscientes dos fundamentos que regulam essas condutas.

Na compreensão de Passetti (2013), a ecopolítica constitui uma prática de governo do planeta em um tempo marcado por profundas transformações, seja de si, dos outros, da política, das relações de poder e do próprio planeta no universo. Para Passetti (2013), trata-se de uma forma de gestão que ultrapassa fronteiras e assume uma dimensão global, fazendo

com que o controle se exerça para além do corpo, estendendo-se também ao ambiente e ao planeta.

Sigo com as palavras de Veiga-Neto (2014):

> Além disso, quase sempre é explícito o acento ético dos discursos ecopolíticos, com defesas candentes a favor de uma nova ética planetária que submeta os interesses econômicos (do capitalismo) aos interesses sociais. Pode-se dizer que a ecopolítica não apenas desloca a importância até agora conferida à biopolítica como, também e principalmente, amplia, do humano para o planetário, o papel conferido à vida (Veiga-Neto, 2014, p. 216).

Daí a importância de estarmos atentos aos discursos que, em nome da defesa do planeta, diante da crise ambiental global, podem, sob o amparo de uma ética ambiental, regular nosso modo de vida e nossas condutas em prol da preservação da vida na Terra. Essas regulações de conduta encontram respaldo nas conferências mundiais, por meio de agendas, a Agenda 21 e a Agenda 2030, as quais estão diretamente alinhadas ao novo modelo de desenvolvimento, o sustentável e são base para as atuais conferências, inclusive a COP30.

Foi na Eco-92, ou Rio-92, também conhecida como a Cúpula da Terra, no Brasil, que o desenvolvimento sustentável se institucionalizou e foi difundido. Para Leandro Oliveira, (2019), a promulgação do desenvolvimento sustentável "foi uma estratégia encontrada para legitimar a inserção das ações ambientais na articulação econômica dominante [...]" (Oliveira, 2019, p.170). Essa convenção resultou na elaboração de um documento de caráter institucional, denominado Agenda 21, a qual pode ser entendida como um instrumento de planejamento voltado à construção de sociedades sustentáveis, articulando proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (Brasil, 2016).

A Agenda 21 se tornou um documento oficial que a sociedade deveria seguir caso quisesse ter um ambiente saudável para as futuras gerações. Por meio dos seus quarenta capítulos essa Agenda assegura:

> [...] a necessidade de abertura de mercados, acrescenta o termo sustentável na agricultura, dinâmica demográfica, assentamentos humanos, produção industrial, ciência, educação, infância, juventude, ação e mulheres, tratamento de resíduos e rejeitos, entre tanto outros - o que, de fato, se tornou uma tônica mundial, uma vez que o sustentável teve seu uso multiplicado nas esferas política, privada, acadêmica, midiática etc. – e ainda se inscreve como uma estratégia universal de construção de um modelo de desenvolvimento promulgado como redentor não somente dos males ambientais, mas também de todos os graves problemas da humanidade (Oliveira, L., 2019, p. 232-233).

Foi a partir da Agenda 21 que o termo sustentável se amalgamou com a economia, sendo colocado como a grande solução para as mazelas do capitalismo, reconfigurando o

sistema em outro modelo, o desenvolvimento sustentável, que nada mais é do que o próprio capitalismo reconfigurado. Ademais, os acordos da Eco-92 evidenciaram um campo de disputas entre os países do Norte e do Sul, em que os primeiros disputavam o controle das florestas situadas nos países do sul.

Relembra Leandro Oliveira (2019) que a escolha do local da conferência em Estocolmo na Suécia em 1972 e depois a do Rio de Janeiro em 1992 "tem um caráter profundamente simbólico: a natureza a ser protegida está na periferia do sistema mundial e esta proteção deve ser realizada com tecnologia e recursos dos 'desenvolvidos'" (Oliveira, L., 2019, p.160-161). De outro lado, o que se percebe é o estabelecimento de uma diplomacia ambiental (conjunto de leis que regulam o uso das riquezas naturais em âmbito global) que funciona como base de controle dos territórios nos países pobres e ainda sob um verniz de politicamente correto, o de "salvar o planeta" (Ladeira, 2023).

Ainda nessa lógica, há um seletivo controle protocolar do uso dos territórios por meio da geopolítica do desenvolvimento sustentável, que controla os territórios e suas riquezas naturais a partir de um uso supostamente racional (Oliveira, L. 2019). A COP30, com a Declaração de Belém para a Industrialização Verde Global, atesta os interesses econômicos ancorados do Desenvolvimento Sustentável, inseridos no seguinte contexto:

> [...] significa manutenção e não transformação, pois mantém a exploração da natureza, aplicando-lhe uma indumentária verde chamado "uso racional" que implica em utilização mais criteriosa e que demande maiores lucros e também mantém a exploração Norte-Sul, com exploração das riquezas naturais dos países periféricos pelo Norte desenvolvido (Oliveira, L., 2019, p. 257).

Manter a exploração da natureza por meio de um novo modelo de desenvolvimento, o sustentável, é preservar a engrenagem do capital por outro viés. Para Schmidt e Paixão (2021), trata-se de uma nova roupagem do capitalismo: o denominado capitalismo verde. Essa vestimenta "verde" que permeia a exploração das riquezas do Sul Global já havia sido denunciada por Evo Morales (ex-presidente da Bolívia) na Rio+20 ao criticar a inclusão da "economia verde" no texto final da conferência. Para Morales (France Presse, 2012), "os países do norte se enriquecem em meio a uma orgia depredadora e obrigam aos países do sul a ser seus guardas florestais pobres", concluindo que o ambientalismo do capitalismo é um colonialismo da natureza, um novo colonialismo dos países do sul, ou seja, por detrás de uma política sustentável se esconde mais uma forma de exploração e acumulação do capital. Sim, o desenvolvimento sustentável disfarça a colonialidade por meio da questão ambiental, o que nada mais é do que uma dominação de territórios disfarçada.

Para Ferdinand (2022), o desenvolvimento sustentável trabalha sob a esfera de uma ecologia colonial em que a crise ecológica apaga o fato colonial. Nesse sentido, pensar a crise ecológica sem levar em conta a exploração histórica dos povos considerados mais vulneráveis é ignorar que ela está enraizada no próprio fato colonial.

No campo da política, o desenvolvimento sustentável "[...] representa, principalmente, dois objetivos centrais: (1) a manutenção da reprodução do capitalismo e sua consolidação global no controle da natureza enquanto recurso e (2) a manutenção da pressão Centro/Periferia através da gestão dos recursos naturais dos 'países dependentes'" (Oliveira; Ramão; Melo, 2014, p.59). Esse gerenciamento faz com que tanto a natureza quanto os trabalhadores sejam subjugados pelas necessidades do capital, cujo destino é a busca constante de lucro, mesmo que para isso seja necessário realizar injustiças ambientais e sociais (Oliveira, L., 2019). Sendo assim, o desenvolvimento sustentável se torna sinônimo de exploração e espoliação dos seres humanos e da natureza.

Para manter a condição de um planeta em exploração, mesmo com a natureza agonizando, a sustentabilidade se mostra como a verdade mais conectada com a nova maneira de produzir (Passetti, 2013), transformando-se na única possibilidade de manter a vida na Terra, apagando outros modos de conexão que poderiam oferecer caminhos menos agressivos e mais harmônicos entre os seres viventes.

3.4. SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA ECOPOLÍTICA

Atualmente, a palavra sustentável atravessa nosso cotidiano e molda nossa postura, regulando nossa conduta com o imperativo de salvar o planeta fazendo crer que, ao adotar determinadas atitudes, estaremos contribuindo para um mundo mais saudável. Ideias, produtos e serviços se manifestam em nosso dia a dia sob o rótulo de "sustentável" e muitas vezes acolhemos como correto por acreditar ser a saída para um consumo menos agressivo. Como consumidores conscientes, deixamos de adquirir um produto por não possuir o selo de "sustentável" e, em outras situações, compramos justamente por exibir essa identificação.

Assim, o capitalismo consegue se remodelar a partir dessa propositiva, fazendo com que esse sistema realize de maneira adequada, adaptável e consensual sua utopia de um futuro melhor desde o presente (Passetti, 2013). Trata-se de uma reconfiguração do capitalismo ancorado pelas conferências mundiais, governos e empresas, remodelando a forma de pensar e agir no mundo. Nesse sentido, conjugo do pensamento de Passetti (2013) ao explicitar:

> As intervenções na natureza por meio de regulamentações internacionais repercutem em regulações nacionais, as empresas aderem à responsabilidade social, cresce o investimento em redutores de vulnerabilidades, aplica-se com rigor o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), convoca-se à participação para medidas pacificadoras e missões de paz, amplia-se o leque de seguranças, incluindo alimentação, clima, securitizações e leva-se adiante as Metas do Milênio, para a qual a Rio +20 apresentou-se como fórum de tendências e espaço para implementações da economia verde e de institucionalização da cultura de paz (Passetti, 2013, p.23).

Esse novo modo de pensar e agir tem amparo nas *Metas do Milênio*, documento oficializado na Cúpula do Milênio, realizada em setembro de 2000, em Nova York, quando 191 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Essa promessa se transformou nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que deveriam ser alcançados até 2015 (PNUD Brasil, 2016). Os oito objetivos (Figura 14) foram precursores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 14 – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio



Fonte: Brasil, 2015.

Ao observar cada um dos objetivos percebe-se que, em sua maioria, condizem com os anseios da sociedade. Quem, racionalmente, iria se opor a melhorar a educação, em acabar com a fome e melhorar a qualidade de vida?

Juliana, atenta aos detalhes contidos nos objetivos do milênio, expressa de modo interrogativo para os colegas:

> - Será que não precisamos sair da superfície? Olhem atentamente para o objetivo 8: "todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento". Isso significa que para atingir

> todos os sete objetivos anteriores é preciso esforço de todos.

Fernando concluiu:

> - Nesse sentido as condutas ecopolíticas agem na convocação de todos, para um bem maior, planetário, produzindo sujeitos responsáveis em um mundo no qual somos mais governados do que agentes de transformações.

Os estudantes continuam a correr os olhos diante das imagens que surgem sobre o tema no LD e vão tecendo suas percepções com as informações que lhes chegam.

Em uma sequência de regulações, os Objetivos do Milênio (ODM) deram lugar para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que têm sua base inscrita na Agenda 2030. Esta, por sua vez, trata de um plano de ação destinado às pessoas, ao planeta e à prosperidade, buscando fortalecer a cultura de paz, tendo como maior desafio global a erradicação da pobreza em todas as suas formas, condição essencial para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Como perspectiva para que o plano de ação se concretize consta que não haverá contenção de esforços, medidas ousadas e transformadoras necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente (ONU, 2015). Diante do desafio de erradicar a pobreza e as demais mazelas inerentes à sociedade contemporânea, os agentes do capital (governos, corporações etc.) não medirão esforços em resolvê-las. É irônico imaginar que o destino da humanidade e o combate à pobreza possam ser entregues às forças do capital.

> - É isso, né, professora, expressa Juliana. Enquanto isso, sejamos resilientes, empreguemos a cultura de paz e pratiquemos a sustentabilidade.

Fernando, envolvido pelas palavras de Juliana, partilha com os colegas:

> - É preciso resistir no enfrentamento, caso contrário, permaneceremos presos a uma trajetória linear de resiliência, passividade e consumo verde, em que outros continuam decidindo por nós.

Os estudantes, imersos no livro didático, procuram compreender os temas que envolvem essa regulação de condutas aproximando os olhares diante do plano de ação que constitui a Agenda 2030. Esta agenda estabelece formas de concretizar seus propósitos, através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos quais seus 17 objetivos (Figura 15) trazem questões ligadas à fome, educação, saúde, gênero, energia, água, cidades, energia, empresas, consumo, clima, entre outros temas, compondo um conjunto de metas a

serem alcançadas em benefício de um futuro planetário.

Figura 15 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU), 2015.

Para que esses Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam incorporados pela população, a educação desempenha um papel importante. Através dos programas curriculares as escolas atuam como multiplicadoras na formação de um estudante alinhado com essas condutas. Henning (2023) afirma que essa educação voltada para o desenvolvimento sustentável é uma potente ferramenta neoliberal, imprimindo novas maneiras de dirigir o mundo; é uma educação que se apropria da escola para a elaboração de um novo sujeito, empregando para isso o dispositivo da sustentabilidade ambiental.

Acrescenta- se ainda que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) tem como objetivo oferecer um modelo de sustentabilidade mundialmente consumido, que atenda aos interesses dos grandes grupos econômicos e seja atrelado a um desejo de governamento global do modo de vida da população (Henning; Ferraro, 2022). É uma sustentabilidade aliada ao capital, em que consumir agora produtos “verdes” é uma necessidade e uma diretriz governamental. Sendo assim, a sustentabilidade se alinha ao capital, deixando de ser um valor e passa a ser assumida como um produto a ser consumido (Henning; Ferraro, 2022). No neoliberalismo o sujeito, para existir, precisa consumir e para que isso ocorra em um tempo de colapso ambiental a sustentabilidade surge como a fórmula perfeita para manter a engrenagem do capital em funcionamento.

A escola se mostra como representante legítima dessas novas condutas ao presenciar uma educação para normatização de práticas sustentáveis, conduzidas a partir do olhar do

sistema capitalista, tendo como amparo uma educação voltada ao empreendedorismo (Henning; Ferraro, 2022). O empreendedorismo já faz parte do currículo escolar e se constitui em um dos componentes curriculares nas escolas públicas do país. Ademais, é um modo de desenvolver nos estudantes a responsabilização pelo seu sucesso ou fracasso, eximindo o sistema capitalista, leia-se empresas e governos, de qualquer responsabilidade.

De acordo com Byung-Chul Han (2015), o empreendedorismo insere-se na sociedade do desempenho, na qual os sujeitos deixam de ser obedientes para se tornarem sujeitos de desempenho e produção, verdadeiros empresários de si mesmos. Para estimular a formação desse novo sujeito, o Estado, através da Secretaria de Educação, promove competições entre as escolas para que o empreendedorismo esteja presente na vida dos estudantes, fazendo com que aceite a precarização do trabalho, a exclusão de seus direitos trabalhistas e deslumbre um mundo empresarial que muitas vezes não passará de entrega de bombons em semáforos.

Por meio de competições entre os estabelecimentos escolares (Figura 16), o empreendedorismo vai tomando forma e sendo colocado para os estudantes como a alternativa viável para tirá-los da condição de vulnerabilidade social.

Para empreender, o estudante precisa se tornar protagonista, isto é, assumir os riscos e benefícios de suas ações, recaindo sobre si a culpa de um possível fracasso. E as escolas vêm contribuindo massivamente para a construção desse novo sujeito, de modo que empreendedorismo e protagonismo são palavras usuais no dia a dia escolar.

Figura 16 – Maratona do Empreendedorismo

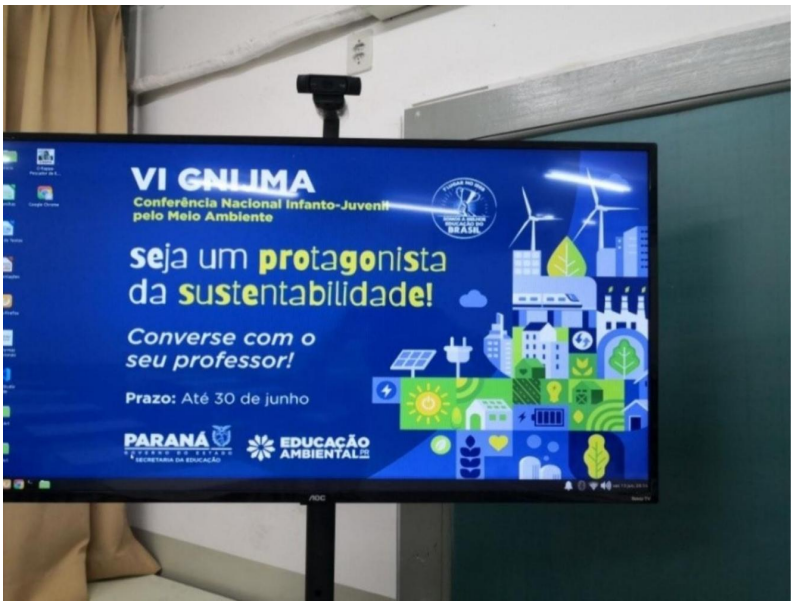


Fonte: Secretaria de Educação do Paraná (SEED/PR), 2025.

É nessa condição de empreendedor de si e de protagonismo que a sustentabilidade ganha campo (Figura 17), como aponta Passetti (2013, p.34): “em função da sustentabilidade

faz-se agora, sim, com o grande poder da racionalidade neoliberal, a partir da ênfase na continuidade da desigualdade pela eficiência da competitividade como forma de implementar o capital humano, pelo empreendedorismo". O neoliberalismo opera por meio da desigualdade, competitividade e responsabilização individual, impondo aos estudantes o ônus pelas mazelas ambientais.

Figura 17 – Protagonismo sustentável



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

O modo como é tratada a sustentabilidade no ambiente escolar, inserida nos currículos, faz com que o estudante sinta "culpa em deixar a água da torneira correndo uns minutinhos quando esquece de desligá-la, mas não sente culpa em comer um bife"(Henning;Ferraro, 2022, p.5). Questões de produção e reprodução de animais, no caso específico do gado de corte, e suas consequências ambientais, entre elas, o desmatamento promovido pelo agronegócio, são frequentemente ignoradas. E assim, vai se moldando no estudante práticas "sustentáveis" que nada mais são do que condutas ecopolíticas reguladoras do modo de ser e agir, desvinculando-se de uma análise mais profunda das relações entre capital, trabalho, espoliação e ambiente, por exemplo.

Ao trazer a temática da sustentabilidade para os livros didáticos percebo que as imagens, entre elas, as fotografias, colaboram para a formação desse novo sujeito: protagonista, empreendedor e resiliente. São ideias que ao serem colocadas nos livros didáticos se assumem como verdades, capturando a escola para a disseminação de uma sustentabilidade voltada para o capital, distanciando-se de uma conexão mais profunda entre um meio de existir baseado na coexistência e no respeito por todas as formas de vida.

Os estudantes, após terem analisado os programas de educação para o desenvolvimento sustentável, conseguem perceber o papel que a sustentabilidade assume em suas vidas. As discussões entre os temas de empreendedorismo, neoliberalismo, protagonismo e ambiente agora se mostram nas fotografias de sustentabilidade nos livros didáticos e afloram o debate. As carteiras enfileiradas dificultam a atenção e o entrosamento. Permito que o momento seja praticado em formato circular, de forma que todos possam se olhar, perceber e se identificar como parte de um grupo, de uma sociedade.

Círculo Formado, as discussões calorosas em sala de aula em torno da sustentabilidade animam até os mais dorminhocos. O debate toma corpo entre os estudantes, motivados pelas falas entrecruzadas e pelas reflexões em torno do tema. O caos se instala e o controle de um pensamento condicionado pela reprodução de uma sustentabilidade empresarial, se esvai.

Assisto silenciada...Isabela, que frequentemente se mantém alheia à aula de Geografia, pede a palavra. Os estudantes se curvam em sua direção, num misto de descrédito e espanto:

> -Vocês ficam aí discutindo e não são capazes de tomar uma atitude. Essa sustentabilidade de fachada não vai resolver a fome que se instalou perto da minha casa, tem um punhado de famílias que não têm o que pôr na mesa para seus filhos. Para mim sustentabilidade é comida, acho que a gente deve juntar alimento e dar para essas famílias...

Estaria Isabela tendo um ato de transgressão diante do que é formatado para ser sustentável?

O que Isabela propõe deixa todos afoitos e ao mesmo tempo indignados. Sim, algo tão simples e ao mesmo tempo tão difícil, uma ação, isso mesmo, agir!!! Ariadne compactua com a fala de Isabela e acrescenta:

> -Essa ideia de deixar um ambiente saudável para futuras gerações sem se importar com o que acontece agora, no presente, é uma falácia.

Fernando salta da cadeira e em pé compactua com a fala de Ariadne:

> -Como ter um ambiente saudável para as futuras gerações se hoje as pessoas não têm o mínimo para viver, estão na linha da pobreza, passando fome?

Sustentabilidade sem humanos saudáveis não é sustentabilidade, é lucro! Além do mais, essa sustentabilidade capitaneada nas escolas se esquece de todos os seres que formam essa conexão imensa que faz com que a vida na Terra se perpetue. Por isso, é preciso “confiar em si mesmo como potência e, sobremaneira, no outro como partilha e conjunção de

agenciamentos, sobretudo criativos. Encontrar com o outro: encontrar no outro" (Queiroz Filho, 2023, p. 389).

Felizes, os estudantes olharam para mim, esperando meu consentimento. Eu, ainda curvada nos ditos currículos maiores e pela inércia. Talvez eles tenham percebido o meu cansaço, a minha ausência de força para lutar... Safatle (2022) me lembra que o poder age em nós pela lógica da melancolia, alimenta nossas dinâmicas de ressentimento e a crença da nossa própria impotência, fazendo com que desconfiemos da nossa própria força. Miro profundamente os olhos dos estudantes e vejo uma luz que, de tanto brilho, ofusca. Solto o controle e me permito ouvi-los...

Em poucos minutos a turma já estava organizada para dar início à campanha de arrecadação de alimentos (Figura 18).

Sabemos que "não é inventando o mito da sustentabilidade que vamos avançar" (Krenak, 2020, p. 103), nem achando que economizar água, andar de bicicleta e consumir alimentos orgânicos vai diminuir a velocidade com que estamos devorando o mundo (Krenak, 2020), mas ter a possibilidade de aliviar a fome de algumas pessoas, nem que seja por algumas horas, talvez nos faça dignos de habitar essa nossa tão generosa morada que é a Terra.

Figura 18 – Arrecadação e distribuição de alimentos



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

É também por essa Geografia arrancada dos currículos maiores e dos livros didáticos que se faz o movimento do pêndulo se direcionar para o outro sentido, o nomadismo. Por

mais que se tente adestrar os corpos e mentes, há uma potência presente em sala de aula capaz de transcender e transbordar toda uma estrutura de condicionamento.

O caos provoca espanto quando nos atravessa, ao mesmo tempo em que permite a dissolução das teias do sedentarismo. É o caos criativo que rompe e desmonta a “ordem” estabelecida. E transpor o livro didático para um saber nômade vai além de se desprender das amarras do saber sedentário. Ele traz sentido para as existências que se potencializam, se libertam e se solidarizam. Para além de uma sociedade mais justa e igualitária, o nomadismo atua na transformação de mundos...

4. ATRAVESSANDO RESSONÂNCIAS EM SALA DE AULA

O sinal-sirene alerta para o fim dos cinquenta minutos do tempo-aula. “É o ritmo imposto por meio de sinais, apitos e comandos que impõe a todos normas temporais, para ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude” (Foucault, 1987, p. 180). No entanto é na pausa, no ócio, que processo criativo se manifesta.

Em movimentos circulares, os estudantes tentam, de maneira fugaz, organizar a sala colocando as carteiras nas devidas fileiras. Não há mais tempo, outros tantos espreitam na porta. Observo a quantidade expressiva deles, que se deslocam e dialogam simultaneamente no espaço-tempo entre uma aula e outra. Partilho deste momento loquaz ao ser literalmente conduzida para a próxima sala de aula.

Sinto-me oprimida pelo desconforto físico da sala seguinte, que possui uma ventilação limitada. Observo as janelas fechadas e, em vão, tento abri-las. Vinícius vem a meu encontro e com um pouco de esforço consegue desemperrá-las para possibilitar que o ar consiga se expandir pelas pequenas aberturas. Fico a pensar sobre a razão de existir dessas janelas basculantes, muito empregadas em banheiros, cozinhas e lavanderias, como parte da arquitetura das escolas. Serão melhores para concentrar ou enclausurar? Ou para baratear o custo da obra? Ou será pela insignificância da Educação e das escolas públicas no país, de modo que qualquer janela serve? Recordo que no período pandêmico da Covid-19 havia muita preocupação com a ventilação e esse tipo de janela era um problema nas escolas públicas porque dificultava o arejamento das salas de aula.

De relance o olhar se curva por entre as frestas e se projeta para além da janela, em um misto de ver e sentir. “Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito. Ver é sempre uma operação de sujeito, portanto uma operação fendida, inquieta, agitada, aberta” (Didi-Huberman, 2010, p.77). São poucos metros que distanciam a parede da sala do muro divisor do espaço escolar. A ausência de vida me entristece, o concreto impede a presença de árvores e arbustos que poderiam suavizar o calor dilacerante existente na sala de aula. A poluição se manifesta por meio de papéis e outros resíduos escolares que alguns estudantes preferem descartar por entre o vão da basculante a acondicionar no recipiente próprio, a lata de lixo.

O velho *slogan* “agir localmente e pensar globalmente” parece estar fora de moda. Krenak (UNBTV, 2019), em uma entrevista, comenta que a frase ainda está valendo e alerta que se transformarmos o lugar em que vivemos, seja o nosso quintal, a nossa casa, a nossa escola e o nosso corpo, em uma lixeira, iremos converter o planeta em verdadeiro depósito de

entulhos. E acredito que a sociedade parece estar obtendo sucesso nesse feito de transformar o mundo em um receptáculo de lixo, de vez que o rastro de poluição emerge, salvo algumas exceções, de todos os lugares. Talvez como parte da ilusão de que os humanos sejam seres superiores e por isso vivam distantes dos outros seres que os cercam. Daí a ideia do descolamento dos outros elementos que constituem o ser humano, vivendo assim em uma abstração civilizatória (Krenak, 2020). Essa atitude de superioridade em relação aos não humanos estabelece uma associação falsa de dependência, como se os outros seres não conseguissem sobreviver sem essa presença superior, o que de fato é exatamente o contrário, sem os ecossistemas equilibrados a raça humana é que estaria extinta.

Quando se aborda esse distanciamento da humanidade em relação aos outros elementos que constituem o mesmo espaço-terra, não há como se esquivar das mazelas do sistema capitalista. Para Krenak (2020), há uma falsa ideia produzida pelo capitalismo de que os humanos podem reproduzir a vida. Nas palavras do autor, "a gente acaba com tudo e depois faz outro, a gente acaba com a água doce e depois ganha um dinheirão dessalinizando o mar, e, se não for suficiente para todo mundo, a gente elimina uma parte da humanidade e deixa só os consumidores" (Krenak, 2020, p. 66). Ora, o que interessa para o capitalismo são os humanos-consumidores, peças fundamentais para manter a engrenagem do capital em movimento.

Para se tornar humano-consumidor o capitalismo faz com que sejamos ininterruptamente "bombardeados por mensagens que nos dizem que todas as nossas necessidades podem ser satisfeitas pelo acúmulo material" (hooks, 2021, p. 110). É a farsa da felicidade travestida em trabalho, conforme complementa Berardi (2019):

> Se quiserem fazer parte desse mundo maquiado e reluzente, se quiserem fazer parte desse mundo smart e cool, têm que ficar felizes trabalhando ininterruptamente, mesmo em troca de um salário precário e insuficiente, têm que se sentir felizes por serem uma célula de força cognitiva integrada no ciclo ininterrupto da produção de valor (Berardi, 2019, p. 61-62).

O trabalho contínuo e extenuante molda a vida e então se deixa para depois o tempo para apreciar o mar, contemplar as montanhas, ouvir uma música ou o abraçar afetuosamente um amigo. O que impera é a transformação do tempo em trabalho para dele obter o máximo de mercadorias, pois são elas que trazem felicidade. Assim, o capitalismo é reproduzido. Não há problema em suprimir os afetos porque "podemos não ter amor o suficiente, mas podemos comprar" (hooks, 2021, p.110). E a dança frenética de adquirir mercadorias em troca de amor segue na velocidade máxima...

Kopenawa, líder e xamã Yanomami (2015), observa com preocupação o consumo de mercadorias pela humanidade. Para ele “as mercadorias deixam os brancos eufóricos e esfumaçam todo o resto em suas mentes” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 413). Em uma visita à cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, o líder xamã nos comparou com as formigas, “Andam para um lado, viram de repente e continuam para outro. Olham sempre para o chão e nunca veem o céu” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 422). O capitalismo direciona nossos corpos e nossas mentes para o consumo e muitas vezes não conseguimos perceber a própria engrenagem na qual estamos inseridos. Além do mais, “o capitalismo não é só produção de mercadorias, produz subjetividade, produz desejos” (Alburquerque Jr., 2020), isto é, modela a nossa forma de pensar a ponto de se tornar insignificante uma pausa para olhar o céu.

Nessa mesma lógica, “parece que a vontade do capital é empobrecer a existência, tornando o mundo triste e monótono”, conforme conclui Krenak (2022, p.38), levando à ideia de que a vida é movida pelas mercadorias e pela busca da posse de mais delas, deixamos para trás o que verdadeiramente interessa para a sobrevivência: o autorrespeito e a manutenção da existência dos outros seres que habitam esse organismo-terra.

Para Kopenawa (2015), as mercadorias no começo são atraentes, mas estragam depressa e passamos a sentir falta delas. “As facas gastam, os facões ficam desbeiçados, as panelas ficam pretas, as redes furam e as peles de papel do dinheiro derretem na chuva” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 418). Diferente da floresta que a considera como um bem maior, porque as folhas podem murchar e cair ao chão, mas sempre voltam a crescer bonitas e brilhantes como antes.

Se a humanidade pudesse acolher para si essa relação mercadorias-florestas talvez não enfrentasse essa atual crise ambiental sem precedentes na história, crise essa que, para a maioria dos cientistas é o resultado das ações humanas no planeta. Para Haraway (2015), os gases tóxicos, a mineração, a simplificação dos ecossistemas e os vastos genocídios são processos que ameaçam provocar o colapso sucessivo dos sistemas, podendo configurar um ponto de inflexão na vida na Terra. E mais: “investimentos colossais e tecnologias imensamente criativas e destrutivas podem adiar o acerto de contas, mas a era da natureza barata realmente acabou” (Haraway, 2015, p.160). Estamos assistindo a exaustão dos sistemas na Terra, em meio às mudanças climáticas, cujos efeitos recairão sobre a maioria dos seres que nela habitam, colocando os mais vulneráveis em condições de extrema fragilidade.

Escolho, ancorada em Haraway (2015), a nomeação Plantationoceno para designar este período crítico na Terra em que, devido ao processo de colonização e invasão europeia no Sul Global, as situações de precariedade vividas são desdobramentos do sistema *plantation*,

imposto pelos poderes colonialistas e ainda presente na reprodução do latifúndio, da monocultura e da produção de *commodities* (Souza Jr., 2022). Para o autor, essa denominação assim se caracteriza:

> Mais que uma transgressão de nomenclatura, o Plantationoceno é uma reconceituação que coloca no centro as desigualdades, mutações e contradições geradas pelo *plantation* no centro. Ele explora as precariedades emergentes dos processos e relações inerentes a massificação monocultora, economias extrativas de subordinação e a violência socioambiental que afeta a carne dos diferentes entes que habitam a Terra (Souza Jr., 2022, p.206).

Na relação centro-periferia do sistema capitalista persistem áreas articuladas ao processo de colonização, cujos territórios continuam a ser tratados como espaços de exploração e espoliação. Desse modo, *plantation* "designa as injustiças espaciais globais, as relações de poder e de dependência entre lugares situados em diferentes pontos da Terra" (Ferdinand, 2022, p.67). Enquanto estivermos sendo subordinados pelo modo *plantation* nosso entorno se tornará cada vez mais estéril. E a ideia de pensar globalmente se alinha com o centro e escamoteia algo mais próximo de nós como, por exemplo, a questão dos pesticidas e das injustiças sociais, bem como a crise alimentar.

Diante das inúmeras consequências do processo de colonização a que os países do Sul Global foram e ainda estão submetidos, a preocupação com as mudanças climáticas se intensifica. Nesse contexto, José Mujica, ex-presidente do Uruguai, em entrevista à *DeutscheWelle* (2023) expressou não apenas sua inquietação em relação à crise climática, mas também críticas à chamada *Agenda Verde*, na qual o protecionismo europeu impõe uma quantidade enorme de exigências aos produtos dos países periféricos, restringindo a sua comercialização. Segundo Mujica (DW Brasil, 2023), o discurso ambiental europeu não condiz com a prática: mais segrega do que acolhe. Por isso, defendeu que a política do futuro deve se pautar menos pela exploração e mais pela cooperação.

Talvez um futuro pautado na cooperação seja capaz de romper com a espiral felicidade-mercadoria-trabalho e assim, que sabe, seja possível evitar o sucumbimento das florestas e dos múltiplos seres que nelas habitam. Além do mais, as florestas não estão vazias e são os considerados quase-humanos (caiçaras, indígenas, aborígenes, quilombolas, ribeirinhos...) que habitam esses espaços e seguem salvando o planeta (Krenak, 2020). São esses grupos os mais ameaçados de extermínio. Sem dúvida, a ausência deles é condição imperativa ao capital global, para penetrar com mais facilidade pelos territórios, transformando os espaços-vida em lucro.

Em um suplício pelas vidas na floresta, Kopenawa (2015) anuncia que “queremos continuar vivendo nela sozinhos, com a mente calma, como nossos antepassados antigamente. Não queremos mais morrer antes de envelhecer. Não queremos mais que nossos filhos e nossas mulheres chorem de fome” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 331-332), mas as florestas seguem agonizando.

> Os brancos talvez não ouçam seus lamentos, mas ela sente dor, como os humanos. Suas grandes árvores gemem quando caem e ela chora de sofrimento quando é queimada. Ela só morre quando todas as suas árvores são derrubadas e queimadas. Então restam dela apenas troncos calcinados, desmoronados sobre uma terra ressecada, não cresce mais nada ali, a não ser um pouco de capim (Kopenawa; Albert, 2015, p. 468).

A luta permanece constante em defesa das florestas pelos povos yanomamis porque sentem cada vez mais a chegada da destruição próxima às suas casas. Para eles, a Natureza, palavra que os brancos tanto pronunciam e alegam defender, é em sua antiga língua denominada de *Urihia,* a terra-floresta[11] (Kopenawa; Albert, 2015). A floresta integra suas vidas, é dela que tiram seu sustento, é nela que habitam, então a floresta é a Terra, a Terra é a floresta, terra-floresta é natureza. Será esta a concepção dos demais habitantes desta terra-floresta?

Ao tomar como exemplo a relação dos Yanomamis com a terra-floresta talvez a ideia de meio ambiente passe a ter outro sentido. Para Kopenawa “a terra não deve ser recortada ao meio. Somos habitantes da floresta, e se a dividirmos assim, sabemos que morreremos com ela. Prefiro que os brancos falem de natureza ou de ecologia inteira. Se defendermos a floresta por inteiro, ela continuará viva”(Kopenawa; Albert, 2015, p. 484). Para os povos indígenas, a floresta é tudo, o visível e o invisível, eles não estão na floresta, eles são floresta (Brum, 2021).

Por isso, a degradação ambiental se torna sinônimo de fome e adoecimento. Além dos povos indígenas que sofrem com a destruição das florestas, as comunidades tradicionais de terreiro sentem o peso do desmatamento ao terem dificuldades para encontrar as plantas empregadas em suas práticas religiosas. “É com a natureza que nos conectamos com o sagrado, que é cura. Cada folha que se extingue leva consigo uma informação única de diversidade, vida e ancestralidade” (Belmont, 2023). É ilusão pensar que nós, urbanos,

---

[11]Nesta escrita, busco nomear a terra-floresta segundo o entendimento dos povos originários. Contudo, para garantir a compreensão do texto, faço uso tanto do termo “terra-floresta” quanto do termo “natureza”.

estamos imunes ao desmatamento, é a propositiva de um distanciamento que faz com que pensemos que a ausência das florestas não nos afeta, talvez porque não estamos diretamente conectados a ela, mas sem florestas também não teremos vida.

O sustento da humanidade está interligado com um ambiente sadio, com ecossistemas equilibrados, “não é desmatando e queimando a mata que se pode ficar de barriga cheia” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 485). Grupos que residem nas periferias das grandes cidades, em morros próximos de rios e vales, são os mais vulneráveis em razão dos problemas decorrentes de um ambiente degradado (Belmont, 2023). Sofrem também as comunidades tradicionais ao serem frequentemente ameaçadas por grileiros, mineradoras, madeireiros e tantos outros agressores que invadem seus territórios, deixando-as em situação de vulnerabilidade extrema.

Belmont (2023) alerta para a questão racial ao evidenciar que as maiores vítimas da degradação ambiental são as populações negras que convivem com a presença do esgoto a céu aberto, desmatamento, escassez de água, solo infértil, enchentes, entre outros efeitos. Fuentes (2021, p.1), com base nos estudos de Marcos Bernardino de Carvalho, esclarece que “o racismo ambiental é um termo utilizado para se referir ao processo de discriminação que populações periferizadas ou compostas de minorias étnicas sofrem através da degradação ambiental”. Complementa ainda que são as populações marginalizadas e historicamente invisibilizadas as mais afetadas pela poluição e pela degradação ambiental.

Silva e Miranda (2022) retomam a história e relembram que o termo racismo ambiental foi cunhado em movimentos de luta por Benjamin Chavez, militante dos direitos civis nos Estados Unidos em 1978. O ativista alertava para os danos ambientais ocasionados pelo Estado imperialista norte-americano, em meio a denúncias de que os lugares com contaminação química e lixões a céu aberto eram habitados pela população não branca e dessa maneira a problemática era associada ao fator racial.

É o racismo ambiental que afeta as populações mais pobres e negras, que além de suportar o desemprego, a fome, a violência e a falta de moradia, são forçadas a conviver em um ambiente degradado, fruto de ações de um sistema capitalista que visa ao lucro em troca de vida. Belmont (2023) aponta que as regiões consideradas “zonas de sacrifício global”, situadas em territórios que foram anteriormente colonizados, no Sul Global, se tornaram perigosas e até mesmo inabitáveis, sendo nessas áreas onde as populações negras estão concentradas.

Diante disso, o racismo ambiental tem se tornado uma pauta de luta para todos os que se sentem injustiçados com as ações cada vez mais golpeantes de um sistema que empurra para as bordas os grupos mais vulneráveis, retirando o direito de conviver em um ambiente

sadio e equilibrado. Para Pontes Jr. e Barros (2016, p.441-442) “o respeito mútuo entre os seres humanos deve se estender para abranger o respeito aos seres vivos em geral, ou seja, o respeito a todos habitantes do mesmo espaço”. Esse espaço, principalmente o Sul Global, há tempos vem sendo destituído de direitos. São populações inteiras violadas, massacradas e expropriadas em seus ambientes-vida.

O desejo de resgatar esses ambientes de modo a torná-los dignos de serem habitados me envolveu tão profundamente a ponto de não perceber que meu pensamento havia escapado por entre as frestas da janela. O ruído dos ventiladores me traz de volta para sala de aula. Relutante, não consigo desviar daquilo que me absorveu e constato que o ambiente escolar também se encontra deteriorado. São cadeiras que bambeiam, carteiras que não se ajustam aos corpos juvenis, lâmpadas mescladas que piscam intermitentemente em meio a ventiladores sucateados.

Os estudantes vão se moldando no ambiente que lhe és destinado. A condição é desoladora porque eles, em sua maioria, convivem em ambientes vulnerabilizados, principalmente os que residem na periferia. Suas moradias se localizam em bairros com pouca infraestrutura, passíveis de enchentes, além da poluição. Desse modo, são duplamente afetados quando frequentam um ambiente escolar degradado. Como ensinar esses estudantes o cuidado com o ambiente se eles próprios não recebem cuidados?

Flerto com a ideia de que a escola favorece a prática de racismo ambiental, ao dificultar para as populações pobres, muitas delas negras, o direito a um ambiente digno de estudo. Defende Belmont (2023) que direito violado é também considerado racismo ambiental. Para além dos estudantes, os professores integram essa máxima da violação, com condições de trabalho precárias, salários pífios e adoecimento contínuo, são alocados em salas insalubres, convivendo com um ambiente hostil, dificultando a sua prática no processo de ensino e aprendizagem. A violação também se manifesta nas outras formas de vida que, afuniladas pelo concreto, lutam para existir no espaço-vida do ambiente escolar.

Luana percebe meu olhar de descontentamento diante da aridez do ambiente físico, desprovido de outros seres não humanos que poderiam melhor harmonizar o ambiente escolar. A presença desses seres seria capaz de promover uma aproximação mais sensível com o ambiente, ampliando a relação dos estudantes com o espaço e contribuindo para melhor assimilação dos conteúdos programáticos. No entanto, o racismo ambiental no campo escolar, atrasa, dificulta e prejudica principalmente estudantes pobres, negros e de periferia.

4.1 COLONIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA

No Brasil sofrem os negros, pobres, indígenas, comunidades tradicionais, moradores das periferias das grandes cidades e tantos outros grupos em situações subalternas, destituídos de direitos, vítimas de um racismo ambiental que se estende ao longo da história, na qual os ancestrais viveram momentos de fortes tensões, numa luta constante em defesa de suas vidas-territórios.

Os enfrentamentos travados com os colonizadores europeus foram carregados de sangue e destruição, cuja dor e sofrimento se encontram refletidos na maioria dos povos que habitam as terras ao "sul". As marcas da colonização relutam em desaparecer. Talvez seja o momento de encará-las, permitindo conduzir o pensamento para outro lugar, onde outras possibilidades sejam mostradas a fim de arrancar da condição atual.

A Colonialidade[12], legado do colonialismo[13] europeu, se encontra amalgamada no estilo de vida dos povos do "sul" e se arrasta por décadas de diferentes maneiras, seja por meio das instituições políticas, acadêmicas, nas relações de dominação e opressão, nas práticas sociais, na memória, na linguagem, no imaginário social, nas subjetividades e na maneira de produzir conhecimentos (Cruz, 2017). É nítida a presença da Colonialidade nos livros didáticos de Geografia ao destacar e avolumar as páginas com o estudo do continente europeu. Talvez, pensar sobre as diferentes maneiras pelas quais a Colonialidade se manifesta seja uma possibilidade de afrouxar esse nó histórico, permitindo que outras linguagens e práticas sociais possam emergir, assim como outros modos de produzir conhecimento.

O passado se reveste no presente ao configurar um modo de vida que não condiz com o nosso verdadeiro modo de ser. Afinal, quem somos? Fomos submetidos a incorporar um único modo de cultura, a europeia, em detrimento das mais diversas e heterogêneas realidades aqui existentes, que possuíam outras cosmovisões, saberes, linguagem e imaginários (Quijano, 2005; Cruz, 2017). O que impede de conviver com outras culturas que não sejam

---

[12]Colonialidade é uma "estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece enraizado em nossa sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais" (Avila, 2023, s.p.). "Sua ideia-força refere-se à lógica que inviabiliza, desqualifica e elimina tudo que é assimétrico ao único e universal caminho da humanidade: o eurocêntrico" (Silva; Borda; Foppa, 2021, p. 153).

[13]"O colonialismo, especialmente o Europeu, iniciado com a conquista da América, pode ser definido como uma estrutura de poder, na qual um grupo social de outro território (metrópole) domina outras comunidades (colônias) pelo controle das autoridades política, econômica e militar, muitas vezes de forma violenta" (Silva; Borda; Foppa, 2021, p. 153).

exclusivamente a monocultura europeia? Há um padrão de poder baseado na Colonialidade que implica também em um padrão cognitivo, em que o saber não-europeu é considerado passado, inferior e primitivo (Quijano, 2005). Esse padrão de poder acaba por inviabilizar o outro, apagando, anulando e suprimindo suas simbologias, suas subjetivações, memórias e experiências, (Cruz, 2017). Esta submissão ao modo de vida europeu está ancorada com o advento da Modernidade que, para Mignolo (2017), é o lado mais perverso da Colonialidade.

Antes do advento da Modernidade, de acordo com Benjamin[14] (1987), a coletividade era um atributo das comunidades pelo qual saberes e costumes eram narrados e repassados por gerações. A Modernidade, juntamente com o capitalismo, criou outro modo de viver, o individual, que fez desaparecer as experiências que eram compartilhadas na vida coletiva. Pouco se cultiva o hábito de narrar e ouvir histórias porque o modo de viver se transformou em uma experiência individual, que não é mais possível de ser comunicada, ela é interiorizada. O indivíduo moderno é um indivíduo solitário.

Para Benjamin (1987), a cultura na Modernidade é refletida na pessoa culta, isto é, uma pessoa cultivada. Uma pessoa que vai ao cinema, vai ao concerto de música, a uma exposição de esculturas e produz uma interioridade, o cultivar dentro de si. São experiências tidas como difíceis de serem repassadas porque elas acontecem no interior do indivíduo. Contudo, essa vida interior e cultivada não é para todos, muito menos para trabalhadores.

Benjamin (1987) vai além e traz para reflexão a dialética sobre o indivíduo moderno. Esse indivíduo culto que entende de arte, ciência, amor, perdão e solidariedade é o mesmo que violenta, explora e dizima comunidades inteiras. Para o autor, o indivíduo moderno se diferencia entre as esferas pública e privada e, ao mesmo tempo em que age com compaixão no campo individual é capaz de realizar as mais possíveis atrocidades no campo público. Será o indivíduo moderno um ser solitário, romântico e atroz?

A superioridade europeia por meio do eurocentrismo impôs um modo de vida que afasta as pessoas da coletividade e dos costumes que herdavam dos antepassados. Ainda, transformou o cotidiano ao impor religião, saberes e ideias que não eram de sua cultura. Assim, tendo o apreço pela arte, quer seja a música, a fotografia e o teatro, como a única via para se chegar a ser um povo dito civilizado, tem-se a subjugação do modo de viver, como se

---

[14] Os trechos relativos a Walter Benjamin são fundados nas aulas e reflexões de André Araújo, que ministrou o curso - *Introdução ao pensamento de Walter Benjamin:* o tempo de agora, realizado pela Associação de Pesquisas e Práticas em Humanidades- APPH. Abril de 2023.

os povos considerados inferiores não possuíssem arte, pior, fossem desprovidos da capacidade de fazê-la.

Acrescenta Quijano (2005) que a civilização ocidental é um projeto que celebra a experiência particular da Europa ocidental como sendo algo universal, superior e exclusivo, de modo que as "relações com restante do mundo foram codificadas num jogo de novas categorias: Oriente-Ocidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno" (p. 122). Nas palavras do autor:

> Durante o século XVIII, esse novo dualismo radical foi amalgamado com as ideias mitificadas de "progresso" e de um estado de natureza na trajetória humana, os mitos fundacionais da versão eurocentrista da modernidade. Isto deu vazão à peculiar perspectiva histórica dualista/evolucionista. Assim todos os não-europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e ao mesmo tempo dispostos em certa sequência histórica e contínua do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, do não-europeu/pré-europeu a algo que com o tempo se europeizará ou "modernizará" (Quijano, 2005, p. 129).

Essa condição suscitou nos europeus ocidentais o predicado de serem os mais avançados e modernos da humanidade. Não haveria impasse em se sentirem os mais importantes da história se não tivessem "atribuído ao restante da espécie uma categorização de inferioridade, uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie", considerando serem os exclusivos portadores da modernidade (Quijano, 2005, p. 122).

Os demais povos, esses que habitam as terras ao Sul, são colocados em uma trajetória única em que os ditos mais civilizados, os europeus ocidentais, a eles impõem a sua maneira de viver. "Esta cosmologia de 'única alternativa' oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço. Reduz coexistências simultâneas a um lugar na fila da história" (Massey, 2008, p.24). Para esta autora, a trajetória europeia seria apenas uma das histórias, sendo que ao desconsiderar o espaço como uma superfície constante se reconhece que este nada mais é do que uma esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias.

Compreender o espaço como uma produção aberta e contínua é possibilitar a existência de múltiplas vozes (Massey, 2008). O espaço é a extensão do outro, é reconhecer outras histórias, um outro que não está atrás, mas coexiste (Haesbaert, 2021). Complementa Krenak (2020, p. 33) que "definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações".

Aplico o conceito das trajetórias múltiplas para minha prática docente e questiono como entender o outro no ato de ensinar, reconhecer-se e coexistir, se os planos curriculares nos arremessam na direção de um sujeito individual, moderno e solitário? A ideia de Modernidade insiste em considerar o espaço como uma superfície de trajetória única. Pensar em brechas que permitam vias múltiplas ainda é um desafio, seja no campo escolar ou na própria existência. Ademais, a Modernidade se apresenta como um muro espesso entre as fraturas ambientais e coloniais, dificultando a possibilidade de pensá-las em conjunto (Ferdinand, 2022). Esse distanciamento do homem em relação aos outros seres que constituem o espaço, bem como a degradação e o racismo ambientais, está intimamente ligado ao eurocentrismo, ao colonialismo e à concepção de espaço como superfície.

Pensar os efeitos da Modernidade sobre os outros seres que constituem essa cosmologia da vida é reconhecer que a natureza também foi colonizada e se manifesta também por meio de sua colonialidade que, para Silva, Borda e Foppa (2021), se mostra na visão dicotômica entre natureza e sociedade que, além de conceber a primeira como um objeto a ser explorado, também a inferioriza.

Quando se distancia os seres humanos da natureza, a facilidade com que se apropria dos elementos que a constituem é maior. Tal separação possibilitou sua maior exploração e subjugação. Complementam os autores (Silva; Borda; Foppa, 2021) que a colonialidade da natureza se manifesta como um objeto a ser dominado e explorado por parte de uma sociedade hierarquizada como superior: homem, branco, euro-americano e capitalista.

Há um elo entre a visão eurocêntrica e a chamada natureza, pelo qual Quijano (2005) percebe que o ser inferior é visto muito próximo do corpo e da natureza e que no processo civilizatório algumas raças (negros, índios, oliváceos, amarelos...) estão mais próximas da natureza que a dos brancos. A natureza é associada ao mundo selvagem e primitivo, por isso é vista com algo inferior, sem significado, assim como os corpos dos não brancos. A dominação colonial perpassa pela dominação da natureza e emancipar-se dessa condição, implica também transformar essa relação colonial com as paisagens e com os não humanos, Ferdinand (2022), por isso a decolonialidade da natureza se torna fundamental como um modo de agir constituído de resistência e coexistência diante dos seres que compõem a vida na Terra. A força existe no movimento de tirar a natureza dessa condição de inferioridade, de objeto que, ao mantê-la apartada dos seres humanos, coloca-a em condição de recurso.

Todo esse legado colonial se soma ao discurso ambiental moderno que tem contribuído para o processo exploratório ao tratar a natureza como selvagem e, diante disso, são criadas áreas de proteção ambiental, as *wilderness,* "isolar para preservar", modelo norte-

americano de proteção da natureza. Essa visão de natureza vazia fundamentou a expulsão de comunidades tradicionais desses territórios. Como afirma Ferdinand (2022, p.170), "o caminhante solitário do ambientalismo pintou de um branco virginal esses mesmos bosques ocupados pelos vermelhos ameríndios e pelas comunidades quilombolas, ocultando as buscas de mundo traçadas nas paisagens da chamada *wilderness*". Esse discurso ambiental expulsa o humano que convivia há séculos com a terra-floresta, colocando-o como intruso em um mundo selvagem, no entanto, fora das terras-florestas, este mesmo humano é visto como primitivo e inculto.

O ato de isolar para proteger promoveu o distanciamento entre os povos e as florestas, reforçando uma relação de superioridade do humano sobre o não humano. No entanto, para Mignolo (2017), estar próximo à natureza talvez seja o caminho para o autorreconhecimento como povos que possuem sua própria ancestralidade e seus costumes, conforme afirma o autor:

> [...] mais que 'nos modernizar', a orientação é para 'nos naturalizar'. Isto é, na medida em que o discurso construtivo da modernidade separou ser humano e natureza, cultura e natureza, e nos fez esquecer quem somos (nossos corpos necessitam de água e alimentos) natureza. Por isso, a tendência é de naturalizar-nos mais que nos modernizar (Mignolo, 2017, p. 26).

Essa dilatação entre o humano e terra-floresta (natureza) provoca uma visão embaçada sobre quem verdadeiramente somos como povo. Acolho-me na ideia do reflexo retratada por Quijano (2005) de que ao olhar para o espelho eurocêntrico é possível ver uma imagem distorcida, não se reconhecer. "Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos" (Quijano, 2005, p. 130).

Por entre os percursos, a decolonialidade se distingue como uma alternativa para fazer seguir rumo a uma condição menos europeia e moderna e mais arraigada com o modo diferente de ser e existir. Há necessidade de deslocar o pensamento para as margens, para os lugares menos hegemônicos e "isso não significa negar a importância cultural e intelectual europeia e sim negar o eurocentrismo" (Cruz, 2017, p. 28).

Acolher um pensamento descolonial[15] é se comprometer com a igualdade global e justiça econômica (Mignolo, 2017) para que assim possamos decolonizar a nossa prática.

---

[15] Os conceitos descolonial e decolonial estão interligados, pois ambos tratam da colonização e da colonialidade. No entanto, embora sejam usados com frequência pelos autores, muitas vezes, em contextos semelhantes, possuem distinções teóricas específicas.

Demoro a pensar...como descolonizar e decolonizar a minha prática docente em sala de aula? Estaria a Geografia comprometida com os lugares menos hegemônicos?

Acrescenta Haesbaert (2021, p.9) que "descolonizar é, na prática, um processo contínuo de resistência que acompanha, em diferentes níveis e escalas, toda a história do capitalismo. Para o autor, é necessário defender a própria existência contra qualquer tipo de dominação e opressão, é momento de re-existir. Há necessidade de tomarmos consciência de nossa situação e habitar as fronteiras, expressa Mingolo (2017), que investe no pensamento fronteiriço como uma condição para sair do estado de subalternização. Nas palavras do autor:

> [...] uma vez que percebe que sua inferioridade é uma ficção criada para dominá-lo, e se não quer ser assimilado nem aceitar com resignação 'a má sorte' de ter nascido onde nasceu, então, desprenda-se. Desprender-se significa não aceitar as opções que lhe brindam. Não pode evitá-las, mas ao mesmo tempo não quer obedecer. Habita a fronteira, sente na fronteira e pensa na fronteira no processo de desprender-se e re-subjetivar-se (Mignolo, 2017, p. 19).

Desprender-se...soltar as amarras impostas pela matriz colonial do poder, rejeitar a ficção da inferioridade e se lançar ao vazio criador da vida plena e harmônica, assim sugere Mignolo (2017), iluminando o caminho a partir do pensamento fronteiriço, das resistências e r-existências, de modo a agir no presente para acolher um futuro que respeita as coexistências.

Para além do presente e do futuro há de se reavivar o passado, insiste Benjamin (1987) sobre a necessidade de olhar para trás e rememorar as lutas travadas em defesa dos próprios territórios, nas quais colonizadores cobriram a terra-floresta de sangue. É preciso compreender que a luta deles não foi em vão. É na ancestralidade que está a potência para transformar subalternização em emancipação. E essa emancipação não pode ser apartada de uma decolonialidade da natureza em que o descontentamento diante do que se mantém dominado é a bússola que orienta as lutas e resistências a propor outro tipo de relação com a natureza, pautado na constituição da vida (Silva; Borba; Foppa, 2021). A coexistência e o respeito com os outros seres se tornam o elo rompido durante o processo colonizatório.

Em consonância com os momentos de lutas travadas pelos antepassados, alargo o olhar e contemplo profundamente os corpos estudantis presentes na sala de aula. Há uma diversidade étnica desviante do branqueamento imposto pelo colonizador. Será que, de alguma maneira, aqueles corpos resistiram à dominação eurocêntrica? Ou será porque eles estão tão próximos do primitivo pouco importa sua forma ou cor? Ou talvez seja intencional manter alguns grupos de humanos distantes do ideal eurocêntrico a fim de mantê-los, corpo e natureza (terra-floresta), em condição de exploração?

Estranhamente, os corpos diversos destoam de suas mentes homogeneizadas. Há um padrão estabelecido de saberes, o ideal europeu culto e moderno, que se sobrepõe aos outros existentes. A escola age na pavimentação desses saberes por meio dos instrumentos pedagógicos (documentos oficiais, currículos, livros didáticos...) que submetem os corpos a um poder que adestra e coloniza as mentes. Não há dúvida de que os componentes curriculares, entre eles a Geografia, se mantêm afinados com esse poder colonizador.

Por ser a Geografia uma ciência colonial, os conteúdos prescritos nos livros didáticos se utilizam da comunicação visual, entre elas, as fotografias, como meio de propagação desses saberes. Desse modo, cintila nas páginas dos livros uma infinidade de fotografias revestidas a serviço de um discurso colonial.

4.2. FOTOGRAFIAS COMO REGISTROS DISCURSIVOS

A atenção de Raíssa foi capturada pelas fotografias presentes no livro didático. Seu olhar me atinge como um suplício de alguém que, afetado pela fotografia da sustentabilidade, espera por respostas. Por serem elas, as fotografias, "capazes de criar verdades e realidades sobre os lugares, de participar da construção de nossa imaginação do mundo contemporâneo e, portanto, interferirem na maneira como pensamos o espaço" (Desiderio, 2018, p. 9), permito-me navegar pelos entremeios da dúvida, das suposições e questionamentos, sem intenção de entendê-los por completo, mas tão somente para alargar o pensamento em busca de outros horizontes. Nesse pensar, a fotografia me atrai e "se gosto de uma foto, se ela me perturba, demoro-me com ela, olho-a, escuto-a, como se quisesse saber mais sobre a coisa ou a pessoa que ela representa" (Barthes, 1984, p.147).

Espreito a fotografia que desviou Raíssa para outro campo de investigação e sou compelida a fechar os olhos e me silenciar um pouco mais, a ponto de sentir o que está além da superfície. Para Barthes (1984), a fotografia tem a capacidade de subverter, não porque aterroriza, mas porque se torna pensativa.

Para Aumont (2012), a foto é uma espécie de registro da realidade visível, ou seja, "antes de ser uma reprodução da realidade (que é o seu uso social mais difundido), a fotografia é um registro de tal situação luminosa em tal lugar e em tal momento" (Aumont, 2012, p. 172). Afinizada com o conceito do autor, ao me debruçar sobre uma fotografia e pensar a partir dela, sou conduzida ao momento de sua captura, como que para aquela realidade retratada, tal qual parece ser a percepção de Raíssa.

Barthes (1984) trata com mais detalhe o conceito de fotografia:

> Tecnicamente, a Fotografia está no entrecruzamento de dois processos inteiramente distintos: um é de ordem química: trata-se da ação da luz sobre certas substâncias; outro é de ordem física: trata-se da formação da imagem através de um dispositivo óptico. Parecia-me que a Fotografia do *Spectador* descendia essencialmente, se é possível, assim dizer, da revelação química do objeto (cujos raios recebo com atraso) e que a Fotografia do *Operator* estava ligada, ao contrário, à visão recortada pelo buraco de fechadura da câmara obscura (Barthes, 1984, p. 21).

A partir das definições dadas pelos autores, considero também a fotografia como um registro da realidade que se dá em um determinado lugar e momento, por meio de uma ação química que reflete luz sobre o objeto capturado através de um aparelho visual, uma máquina fotográfica. A captura desse objeto acontece por meio do olhar, que é a dimensão humana da visão, cuja busca visual para tomada do objeto se encadeia por meio de fixações sucessivas diante de uma cena visual (Aumont, 2012).

O olhar, fruto desse órgão da visão, que permite ver a realidade expressa por uma fotografia, possui uma das posições mais avançadas do encontro do cérebro com o mundo. De todos os nossos sentidos, a visão é o mais intelectual, o mais próximo do pensamento, o que faz dele um elemento ausente de neutralidade (Aumont, 2012,). Para o autor, "toda cena visual olhada durante certo tempo – se vê, não apenas no tempo, mas a custa de uma exploração que raramente é inocente; é a integração dessa multiplicidade de fixações particulares sucessivas que faz o que chamamos nossa visão de imagem" (Aumont, 2012, p. 59). Desse modo, a fotografia difere da imagem, apesar estarem ambas intimamente interligadas.

A fotografia é a realidade refletida através da ação da luminosidade, sendo a imagem atravessada pelos pensamentos, memórias e concepções de mundo de quem observou aquele objeto ou cena captada pelo reflexo da luz. Quem observa a fotografia e a transforma em imagem é o espectador e isso traz certa inquietude para o autor ao assim considerar:

> Esse sujeito não é de definição simples, e muitas determinações diferentes, até contraditórias, intervêm em sua relação com a imagem: além da capacidade perspectiva, entram em jogo o saber, os afetos, as crenças, que, por sua vez, são muito modeladas pela vinculação a uma região da história (a uma classe social, a uma religião, a uma cultura) (Aumont, 2012, p. 77).

O espectador é atravessado por suas rememorações e se torna um parceiro ativo da imagem, tanto no campo emocional quanto no cognitivo (Aumont, 2012). É "um sujeito com afetos, pulsões e emoções, que intervêm consideravelmente na sua relação com a imagem"

(p.116). Complementa o autor que a relação entre o espectador e a imagem repousa também no acúmulo de experiências anteriores, desde a infância.

É relevante salientar que para Aumont (2012) o modelo de espectador varia, podendo seu foco estar na leitura das imagens ou na produção delas. Desse modo, quem captura a imagem por meio de uma fotografia também é um espectador. Assim, "o espectador constrói a imagem, a imagem constrói o espectador" (Aumont, 2012, p. 81). Há de se pensar a imagem sem o espectador?

Imagem e espectador se fundem. Nesse sentido, Pernisa Junior e Landim (2008) retomam as ideias de Walter Benjamin sobre a relação espectador-imagem-pensamento mostrando que, ao dar visualidade à imagem, o espectador consegue dar movimento ao seu pensamento e criar diferentes formas de apresentação. Para Benjamin não apenas pensamos por meio das imagens, mas também com as imagens, isto é, pensamos com e a partir da imagem.

Torna-se complexo pensar na imagem sem imaginação. Para Didi-Huberman (2020) isso seria privá-la da sua atividade, da sua dinâmica. Nas palavras do autor:

> Uma imagem sem imaginação é pura e simplesmente uma imagem que ainda não nos dedicamos a trabalhar. Pois a imaginação é trabalho, esse *tempo de trabalho* das imagens agindo incessantemente umas sobre as outras por colisões ou fusões, por rupturas ou metamorfoses...Sendo que tudo isso age sobre a nossa própria atividade de saber e de pensar. Para saber, portanto, é realmente preciso imaginar-se: *a mesa de trabalho* especulativa é inseparável de uma mesa de montagem imaginativa (Didi-Huberman, 2020, p. 171).

A imaginação é o que faz deslocar para percursos outros que se aproximam do subterrâneo do pensamento, ou seja, mergulhar mais fundo no pensamento a ponto de permitir-se imaginar. Em meio à vastidão de imagens instantâneas que a contemporaneidade possibilita, permitir-se pausar e imaginar talvez seja considerado um ato de loucura, mas para Didi-Huberman (2020) provavelmente não. Para ele a imaginação é muito menos alucinação e mais aproximação. Envolver-se pelas imagens é se permitir a dúvida. É se permitir o olhar crítico e exigente que resulta em um pensar radicalmente, que se opõe ao visível e ao legível (Didi-Huberman, 2010). Para o autor, a imagem nunca é simples e nem sossegada, ela se rompe, se abre e se incorpora ao espectador.

Conduzir as imagens para os caminhos da incerteza é, sem dúvida, uma forma de fazer emergir outras tonalidades de uma mesma cena capturada pelo campo de visão. Essas outras nuances são valiosas para compreender o que está posto a partir da exibição de uma fotografia, por exemplo. Torna-se ainda mais significativo se esta estiver disponibilizada em um livro

didático, objeto intimamente conectado com o processo educativo de uma sociedade.

Percebe-se que as imagens estão sendo empregadas também no campo educacional de maneira bastante intensa. É expressivo o volume das imagens que constituem os materiais didáticos, sendo que os livros didáticos estão cada vez mais sendo organizados a partir da linguagem visual (Oliveira, 2019). As páginas são compostas por uma infinidade de imagens, desde gráficos, mapas, desenhos, fotografias e outras tantas formas complementares na intenção de ordenar os saberes. São diferentes os papéis que uma imagem, seja uma fotografia ou uma tabela, assumem no livro didático.

> Para compreender alguns dos papéis que a imagem desempenha no livro didático na Contemporaneidade, assumi que a multiplicidade de linguagens imagéticas que habitam suas páginas atua na materialização de um "regime de visibilidade espacial". Ele se constitui a partir das diferentes composições não discursivas que, juntamente com os textos, organizam os saberes geográficos que circulam nos livros didáticos do Ensino Médio (Oliveira, 2019, p. 115).

Esses saberes geográficos organizados a partir das imagens dispostas nos livros didáticos me desviam para o campo da dúvida, pois "o livro didático não é simplesmente uma transmissão de conhecimentos. Ele também é um local onde, ativamente, se produzem e se inventam significados culturais, que estão estreitamente ligados a relações de poder" (Tonini, 2002, p. 120). Acrescenta Oliveira (2019) que, por meio de um conjunto de enunciados, o livro didático assume um caráter de verdade para os sujeitos que usam esse material.

Esses enunciados que circulam por entre as páginas do livro didático se ajustam às imagens em que não apenas atuam complementando a função enunciativa, mas articulam outras estratégias de subjetivação de saberes (Oliveira, 2019). O mesmo autor prossegue afirmando que "as imagens que constituem os livros didáticos estão amarradas aos textos, aos discursos que vão colando as palavras nas coisas" (Oliveira, 2019, p.126). Isto evidencia o quanto a imagem opera estrategicamente como dispositivo para gerar a engrenagem discursiva, no caso desta pesquisa, sobre sustentabilidade. Sendo assim, "a imagem parece funcionar nesse sentido como prova da verdade, algo já dado, não questionável e efetivamente útil na produção dos saberes" (Oliveira, 2019, p. 129). O que torna perigoso é quando não é possível questionar o que se expõe por meio das imagens.

Tonini (2002, p.23) mostra que os discursos existentes nos livros didáticos de Geografia empregam maneiras de descrever o mundo por modelos que padronizam os países, seja o econômico, social ou ambiental. É notável o avanço do tema sustentabilidade nos livros

didáticos nos últimos anos, com a inserção de volumes inteiramente dedicados ao assunto, além de capítulos, subcapítulos e títulos específicos.

Observa-se também um expressivo aumento no uso de imagens que ilustram questões ambientais. Quais saberes são produzidos a partir delas? Que verdades são ditas e que levam a congelar o pensamento? O que se obtém a partir das ditas verdades que, entrelaçadas pelas imagens, produzem saberes?

Para Oliveira (2019), a produção das ditas verdades amalgamadas pelas imagens atinge "o homem econômico, empreendedor de si, portador de um capital humano, eixo mobilizador de competências, se constitui, se quer e se faz sujeito a partir de um amplo leque de gêneros imagéticos que o alcançam e o posicionam no traçado das relações de poder" (p.157). E vai além ao afirmar:

> [...] funcionam como visibilidades de captura, fixam o corpo numa espacialidade que se propõe totalizante, que se posiciona os lugares numa espécie de "catálogo heterotópico". Um cardápio visual dos saberes geográficos, um incentivo ao consumo frenético e apressado de práticas espaciais a partir de um incrementado regime de visibilidade (Oliveira, 2019, p. 157).

Os saberes produzidos a partir das verdades apresentadas pelas práticas não discursivas produzem um tipo de sujeito e de sociedade que compactua com as relações de poder. Nessa lógica, as imagens que nos chegam são carregadas de intenções tendentes à construção de uma visão de mundo muitas vezes distorcida da realidade. São imagens colonizadas, domesticadas, que adestram o pensamento. Talvez seja possível, no campo educacional, dilatar essas imagens para permitir enxergar outras coisas capazes de nos libertar desse amortecimento, como na intenção de Cruz (2017):

> [...] não é possível pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica, mas também pedagógica, que esteja expressa nos currículos, nas metodologias de ensino, nas avaliações, etc. A universidade e a escola precisam se descolonizar, nós professores precisamos pensar em pedagogias outras, em pedagogias descoloniais (Cruz, 2017, p.32).

Diante disso, objetivar as imagens que nos chegam a partir das fotografias que se conectam com os textos nos livros didáticos pode tornar possível compreender a dinâmica que se estabelece por meio do colonialismo, da destruição ambiental, da escravização e do racismo, cujas fotografias tem o poder de escamoteá-los pelos regimes de verdades.

5. OUTROS MODOS DE VER E MOVIMENTAR AS FOTOGRAFIAS

O olhar de Raíssa me inquieta na mesma intensidade com que as fotografias de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade se manifestam pelo livro didático. O momento de encará-las se aproxima na iminência de se fazer desdobrar outros sentidos e aparições. Nessa lógica, não há como escolher entre o que se vê e o que nos olha, há apenas o que se inquietar, pois o que se vê começa a ser atingido pelo que nos olha (Didi-Huberman, 2010).

As fotografias exibidas no livro didático fazem com que as imagens cheguem como "em constelações ou em nuvens, que se impõem a nós como outras tantas figuras associadas, que surgem, se aproximam e se afastam para poetizar, trabalhar, abrir tanto seu aspecto quanto sua significação, para fazer delas uma obra do inconsciente" (Didi-Hubermam, 2010, p. 149). Essas imagens que emergem são frutos do condicionamento de histórias e visão de mundo, as quais, ao longo do tempo, foram sendo capturadas pelo olhar e se acomodando no subconsciente.

Didi-Huberman (2010), com base nos conceitos de Walter Benjamin, sugere que para compreender as imagens que nos chegam, fruto do que olhamos e que ao mesmo tempo nos olha, se torna imperiosa certa criticidade, diante da premissa de tratar-se de "uma imagem que critica nossas maneiras de vê-la, na medida em que, ao nos olhar, ela nos obriga a olhá-la verdadeiramente. E nos obriga a escrever esse olhar, não para transcrevê-lo, mas para constituí-lo" (p. 172). Conclui o autor, aos olhos de Benjamin, que a imagem, além de ser aberta e inquieta, é também dialética, porque ela se entrelaça com um lado que se perde e outro que surge a partir da ausência. Há de se ver não somente o que se apresenta, mas também o que se escapa (Didi-Hubermam, 2010). E, nesse sentido, estarmos abertos para esses novos e outros elementos que surgem a partir dessa contraposição.

Estamos acostumados com a maneira quase mecânica de ver, o que para Desiderio (2017) se relaciona como modelo da cultura vigente, massificada, que "apresenta certa obsessão pela imagem capaz de tornar-se a própria coisa que se quer mostrar, vender. Nessa dinâmica, somos quase asfixiados por um certo modo de ver" (Desiderio, 2017, p.133). Estabelecer uma rota de fuga a partir das imagens condicionadas possibilita criar outras conexões, sem necessariamente negar o que já está posto, mas como tentativa de ir além do que é visto (Oliveira Jr., 2020). É buscar novos ângulos, outros olhares e sentidos para a mesma fotografia, cujas imagens já se mostram cristalizadas no pensamento.

Aproximo-me de Raíssa e juntas miramos para a fotografia perturbadora a ponto de pausar o relógio-tempo e ir ao encontro de outras nuances proporcionadas pela aula, como o caos criativo que rompe com a ordem no instante em um acontecimento nos atravessa.

Com o dedo indicador, Raíssa aponta para a fotografia das mulheres quebradeiras de coco-babaçu (Figura 7) e a relaciona com outra imagem, na qual havia questionado que tipo de sustentabilidade é traduzida por fotografias que mostram mulheres carregando peso sobre a cabeça e, agora, pelo ato de quebrar cocos.

Sugiro pensar a fotografia a partir do exercício das tropas de imagens, conceito elaborado por Fernand Deligny (2009) e retomado por Wenceslao Oliveira Jr. (2020). Trata-se da ideia de que uma imagem ao ser vista se abre em outras imagens, não quaisquer imagens, mas aquelas que fazem parte de nossas memórias pessoais, de nossas relações com o que nos circunda e afeta. Essas imagens, ao se abrirem em outras, formam uma tropa, que se conecta a outras tropas específicas, funcionando em série. Por isso, são consideradas domesticadas e desprovidas de potência (Deligny, 2009; Oliveira Jr., 2020). Desestabilizar as imagens que chegam feito tropas constitui um exercício fecundo na análise das fotografias, para que assim outras imagens até então não pensadas possam emergir.

Quais outras imagens aparecem a partir dessa que o olhar captura? Que tropas de imagens poderão ser acionadas? Quais possíveis fissuras têm o poder de desacomodar as imagens que nos chegam?

Bloco 1





Sustentabilidade e Trabalho







Crédito: Rosangela Melatti

Figura 19 – A vida sustentável das mulheres quebradeiras de coco-babaçu



Fonte: Multiversos. Sociedade, Natureza e Sustentabilidade, p. 104, 2019.
Créditos: Ricardo Azoury/Pulsar Imagens.

Em um ímpeto de automatismo, meu olhar registra com rapidez a imagem das duas mulheres e os cocos, trazida pela fotografia (Figura 19). Sentadas ao chão, com as pernas dobradas, usam um pedaço de madeira apropriado para a quebra do coco-babaçu.

> A quebradeira de coco babaçu, no meio do mato, em um rancho e solitária, senta-se ao chão e, com a perna direita sobre o cabo do machado, manuseia um pedaço de pau de, aproximadamente, 30 centímetros. Com ele, bate várias vezes até quebrar e separar a amêndoa da casca. A amêndoa é colocada no cofo, e as cascas, jogadas ao lado, fazem um monte (Almeida; Santos, 2022, p. 421).

Não há encosto para a coluna e nem almofadas para propiciar algum tipo de conforto para a execução da tarefa. Sacos dobrados e vazios são usados para amortecer o corpo feminino ao chão. Galões de tintas reutilizados se posicionam ao lado de uma das mulheres.

Ao fundo, a vassoura improvisada com galhos de árvores serve para manter limpo o local de trabalho. As telas de arame cercam o ambiente e o chão batido se traduz em assoalho.

Mergulho um pouco mais e vou registrando outros detalhes que compõem o cenário. Do lado da cerca há um galinheiro feito de barro, galhos de árvores e coberto com folhas. Para além do galinheiro o muro de tijolos reflete a divisão da propriedade, cuja impressão é de ser a própria moradia da família. Diante da fotografia das quebradeiras de coco-babaçu, o olhar transeunte não causa inquietação, a cena é vista de modo assertivo: são comunidades tradicionais conservando o ambiente para futuras gerações.

As quebradeiras de coco-babaçu têm suas imagens retratadas em diversos livros didáticos de Geografia, seja para exemplificar as comunidades tradicionais, seja para tratar da conservação ambiental. Neste caso, a fotografia ilustra as questões ambientais, em específico a sustentabilidade. Se a fotografia (Figura 19) direciona minha atenção para a cena das mulheres com os cocos, faço o exercício de pensamento com as tropas de imagens e questiono o que se desencadeia a partir delas?

A primeira cena da tropa de imagens se configura no extrativismo vegetal do coco-babaçu como uma atividade econômica sustentável, por aparentemente não haver degradação e o ambiente, no caso o babaçual, se mantém conservado para as futuras gerações, mesmo sem ser exibido na fotografia. Em seguida, a tarefa é realizada por mulheres e auxilia na renda familiar, elas pertencem à mesma família, talvez mãe e filha. O babaçual se localiza próximo à propriedade. São famílias pobres e exercem uma atividade em que há um predomínio do esforço físico. Essas tropas de imagens se propagam no meu pensamento domesticado, de modo que a imagem vista na fotografia não alcance voo, mas se conecte com o conteúdo tratado no livro didático, evitando que se acione tropas de imagens imprevisíveis e se faça outras conexões (Oliveira Jr., 2020), por isso me permito tencioná-las, estremecer o sequenciamento das imagens, criar brechas e buscar outros modos de ver.

Estariam essas mulheres contribuindo para a renda familiar ou a quebra do coco é a única renda que lhes garante à sobrevivência? Quanto recebe a quebradeira de coco-babaçu pelo dia de trabalho? Seriam elas também coletoras do coco ou há divisão de tarefas? A atividade da coleta e quebra do coco é considerada “sustentável” por manter o babaçual para gerações do futuro, não havendo interesse nas gerações do presente, mesmo que estas estejam no limiar da existência?

O ambiente de trabalho se confunde com a vida doméstica, há algo de familiar na fotografia que faz entender que a tarefa é realizada no mesmo local em que as mulheres residem. Pelo improviso dos materiais e as condições da propriedade torna-se duvidoso terem

o título da terra só pelo fato de que têm acesso ao coco. É sabido que "vivem em áreas de assentamentos rurais, acampamentos sem-terra, áreas de posses e áreas de terceiros, pagando aforamento" (Almeida; Santos, 2022, p. 410). Ainda mais agravante, segundo esses autores, é o enfrentamento à dominação dos ditos donos de terras que dificultam o trabalho dessas mulheres, reduzindo a possibilidade de gerarem renda para suas famílias. Quantos sacrifícios realizam todos os dias para manter a sua sobrevivência e da família? As perguntas saltitam no pensamento sem respostas definidas, não busco o endurecimento do concreto, mas a maciez de um pensar desprovido de certezas.

Os rostos femininos se destacam na cena, sou atraída por eles e busco um lampejo de alegria enquanto executam a tarefa de quebrar cocos para retirar o mais precioso bem do babaçu, a amêndoa, matéria-prima de amplo interesse para as indústrias de alimentos, cosmética, lubrificação e combustível. Com o corpo curvado e o olhar fixo, dedicam-se à tarefa que lhes garante a subsistência, mesmo em condições precárias. O trabalho dessas mulheres, embora considerado uma prática tradicional, é marcado pela precariedade. Valida Standing (2014) que o crescimento do precarizado, especialmente entre as mulheres, é evidente. A inserção feminina no mercado de trabalho tem sido acompanhada por uma intensificação dos contratos temporários e da informalidade. Isto mostra a perpetuação da territorialidade feminina já alertada por Tonini (2002), na qual as mulheres ocupam as bordas dos setores de trabalho.

Nas afirmações de Quijano (2005), os povos que residem à margem do sistema capitalista sofrem com a baixa remuneração. Ao longo da história as raças dominadas pelos europeus, consideradas inferiores, eram usadas como mão de obra descartável e não paga, muitas vezes forçadas a trabalhar até morrer. Desse modo, desenvolveu-se entre os europeus a ideia de que o trabalho pago era privilégio dos brancos e que a inferioridade racial dos colonizados não era digna de pagamento de salário. Assim:

> Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos (Quijano, 2005, p. 120).

É oportuno pensar, a partir do controle do trabalho, que a dominação desses ambientes-territórios encontra justificativa no desenvolvimento e sustentabilidade, o que nada mais é do que uma colonialidade disfarçada.

Entre tantas reflexões que sobressaltam na mente, vou, junto com Raíssa, tecendo algumas considerações para ir um pouco mais além, de criar rasuras, de estremecer a disposição singela da fotografia de sustentabilidade exibida em um livro didático.

Do coco, meu pensamento se desloca para o babaçual e situo sua inserção na dinâmica do capitalismo e me afino às ideias de Benjamin (1987) ao considerar que esse sistema aliena o trabalho e levantar a questão: quem, de fato, se beneficia dos frutos do trabalho realizado nos babaçuais?

Na esfera global do capitalismo, os espaços se apresentam fragmentados, em que cada local ocupa determinada posição dentro da geometria do poder (Massey, 2008). Assim, é destinada aos países do Sul Global a exploração dos ambientes e do trabalho humano sob a ótica de conservação ambiental. E aí se percebe o cunho econômico atribuído à temática da sustentabilidade, que está intimamente ligada à produção e ao capital.

Há uma conexão entre o babaçual e as mulheres, a exploração se manifesta perpetuada por um sistema que as submete a um modelo de desenvolvimento sustentável que beneficia poucos e precariza a vida de muitos. Humanos e não humanos estão envolvidos nessa teia exploratória revestida por um manto verde chamado de sustentabilidade, como comenta Ferdinand (2022, p.115): “As situações discriminatórias, as disparidades de acesso a serviços essenciais e as desigualdades sociais gritantes devem ser mortas, dissimuladas diante do imperativo ecológico”. Assim, o valor ambiental ganha ênfase diante de vidas precárias, como se humanos estivessem apartados do discurso ecológico.

Além do mais, será que a conservação dos babaçuais garante a integridade dos outros não humanos que convivem nesse rico ecossistema? Capivara, borboleta, formiga, tatu, orquídeas, carqueja e tantas outras espécies estariam protegidas ou o foco se limita apenas à palmeira por ser ela fonte de lucro?

Diante do espanto de Raíssa e das reflexões causadas por uma fotografia, sugiro tencionar um pouco mais a relação entre sustentabilidade e imagens. Conforme atravessávamos o olhar por entre as páginas do livro, outras fotografias nos causavam desconforto. Os estudantes que estavam ao redor começaram a ir à captura das fotografias e as imagens se mostravam as mesmas, domesticadas e sem potência.

Fabrício, que estava posicionado ao lado de Raíssa, sugeriu que mirássemos na fotografia do coletor de castanha (Figura 20). Sem pestanejar, questionou:

- Por que tudo se conecta ao trabalho, até a terra-floresta que chamamos de natureza?

Respondi com outra pergunta:

- Será que toda terra-floresta está ligada ao trabalho ou seriam alguns lugares que possuem essa relação?

Figura 20– Em uma floresta sustentável caminha um humano insustentável



Fonte: Diálogos em Ciências Humanas. Consciência Ambiental, p. 148, 2019.
Crédito: Zig Koch/Pulsar Imagens.

Sem muito entender, Fabrício e os outros estudantes começaram a observar a fotografia, ele um tanto desolado porque esperava de mim uma resposta e não outra pergunta.

A fotografia (Figura 20) chama a atenção de Fabrício, pela pesada carga que o coletor de castanha-do-pará carrega enquanto percorre a floresta. O lugar se situa na Amazônia brasileira, na reserva de desenvolvimento sustentável do rio Iratapuru em Laranjal do Jari, Amapá. Os olhos se fixam na fotografia que, aos poucos, vai desvelando um sequenciar de imagens no pensamento: pobreza, atraso, subdesenvolvimento, Sul Global, baixa tecnologia, trabalho físico, analfabetismo, sobrevivência e floresta protegida. Essas imagens se desencadeiam com rapidez, feito tropas e, na tentativa de frear o movimento, buscamos

deslocá-las e tentar realizar leituras na imensidão dos detalhes, modos de atomizar esse rolo imagético que gira rapidamente destituído de potência.

O recorte fotográfico oculta as copas das árvores e a profundidade do solo, o ser humano ganha destaque e a floresta se encontra em segundo plano. As árvores, em sua diversidade de espécies e tamanhos, suscitam a nossa imaginação para a constituição do seu majestoso dossel. Por entre elas, há uma camada espessa de folhas em tons terrosos, outrora verdejantes, que seguem nutrindo o solo e protegendo a floresta. A umidade é sentida pela exalação transpirante desse emaranhado de vegetais, legitimando a floresta como um organismo vivo. Buscamos algum sinal de vida animal, algum inseto, ave ou anfíbio, mas ela está aparentemente vazia de outros seres. Nem mesmo o animal humano compõe a floresta, ele apenas transita por ali.

O humano caminhante é o destaque na fotografia, coletor de castanha-do-pará, um trabalhador. Seus olhos fixos ao chão tentam evitar um tropeço ou situações que possam comprometer a sua segurança. A atividade exercida por ele é considerada extremamente perigosa, o coletor sente o peso das castanhas sobre o seu corpo, o uso da força física, a predominância do esforço com as mãos e o peso de uma carga que chega a 90 kg nas costas comprometem a sua saúde, deixando-o suscetível a doenças como as lesões na coluna vertebral, além de estar em contato com animais que podem se mostrar ferozes e, também, com aqueles que exalam veneno (Silva-Jean *et al*, 2016). Além disso:

> Nos dados de campo foi possível verificar que os coletores de castanha costumam trabalhar com a coluna fraturada e sob recomendação médica para não realizar a extração devido à necessidade de carregar pesos. No entanto, devido à falta de condições de descanso remuneradas, o coletor é forçado a permanecer na atividade, reduzindo sua qualidade de vida e prejudicando sua saúde (Silva-Jean *et al,* 2016, p. 7).

Com sua saúde debilitada, o coletor de castanha segue a rotina diária de trabalho. As manchas escuras em sua roupa se confundem entre sombra e suor, surradas pelo tempo, busca proteger os braços e pernas do perigo que envolve transitar em uma floresta densa. As mãos frágeis e um rosto senil marcam a trajetória de uma vida destituída de conforto e segurança.

A floresta em que o coletor de castanha transita, a Amazônica, se situa na periferia do sistema capitalista e é perceptível, por meio da imagem, que o ser humano ali ilustrado, está longe do desenvolvimento e muito menos sustentável. Desiderio (2017) instiga o pensamento na relação existente entre a “natureza” e o atraso. Um local que apresenta uma floresta preservada está mais próximo do selvagem do que do dito desenvolvimento. É possível pensar

que o desmatamento desenfreado que ocorre nos países do Sul Global se justifica pela necessidade de crescimento econômico ancorado no atual modelo de desenvolvimento.

A visão se amplia ao considerar as contribuições de Tonini (2002) a respeito dos livros didáticos e das imagens. Para a autora, os povos excluídos do grupo dos ditos desenvolvidos "aparecem em espaços rurais, cujas paisagens são inóspitas ao desenvolvimento econômico; encontram-se realizando atividades braçais, com poucas técnicas, em meios insalubres. Eles são recorrentemente apresentados em grupos, em posições que lembram a serviência" (Tonini, 2002, p. 110). Essas imagens contidas nos livros didáticos reforçam a construção de um sujeito subalterno, incapaz de agir com autonomia em seu próprio território.

Ao remeter à fotografia em análise, o coletor de castanha, conseguimos perceber que para os povos que vivem nos países ditos menos desenvolvidos, as fotografias de sustentabilidade estão vinculadas ao trabalho e não ao desfrute; é como se os ambientes vividos não lhes pertencessem. O trabalho humano é naturalizado em defesa da preservação da floresta. Desse modo, o "camponês deve conter a sua fome, assim como seu desejo de um lugar no mundo, em prol do bem comum de uma preservação da cobertura florestal (Ferdinand, 2022, p.113). A imagem de sustentabilidade na fotografia retrata uma floresta vazia, intocada, protegida para as futuras gerações. A fome no presente garantirá o sustento no futuro? Ou será a manutenção da floresta apenas uma estratégia para perpetuar a exploração econômica, tanto no presente quanto no futuro?

A utilidade do humano na fotografia é mostrada pelo trabalho realizado pela força física. O trabalhador se encontra em um estado de sujeição, seu corpo expressa tal condição: músculos enrijecidos, o olhar atento ao chão, a energia física como expressão de trabalho e subordinação. Foucault (1987) nos atenta para a condição de que "o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso" (p. 29). Para ele, o corpo está mergulhado no campo político em que as relações de poder o alcançam de imediato e o sujeitam a trabalhos, o marcam, o dirigem. No mesmo estudo, complementa:

> Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado) (Foucault, 1987, 29).

A imagem reflete o estado de sujeição a que o trabalhador se encontra. Não é um corpo inerte, ele está em movimento. É um corpo que, de alguma maneira, toca com

profundidade os olhares de quem observa, desviando para um campo mais sutil a emoção. A expressão do corpo humano exala emoção e quando ela atinge o outro este também é emoção.

> As emoções, uma vez que são monções, movimentos, comoções, são também transformações daqueles e daquelas que se emocionam. Transformar-se é passar de um estado a outro: continuamos firmes na nossa ideia de que a emoção não pode ser definida como um estado de pura e simples passividade. Inclusive, é por meio das emoções que podemos, eventualmente, transformar nosso mundo, desde que, é claro, elas mesmas se transformem em pensamentos e ações (Didi-Huberman, 2021, p.8).

Por isso, a emoção "age sobre mim, mas, ao mesmo tempo, está além de mim. Ela está em mim, mas fora de mim" (Didi-Huberman, 2016, p. 26). Demorar um pouco mais na esfera da emoção talvez seja uma maneira de romper um pouco a fixidez das imagens, pois "o valor emocional das imagens continua a ser muito pouco estudado e é quase sempre no interior da esfera estética" (Aumont, 2012, p. 126).

A emoção refletida no corpo do trabalhador é também um reflexo da colonialidade. Didi-Huberman (2016) permite fazer uma conexão entre o selvagem e a emoção, a partir das ideias de Darwin, ao considerar a emoção como um estado primitivo encontrado principalmente nos animas domésticos, crianças, mulheres (sobretudo as loucas), nos velhos (principalmente os doentes mentais ou em condição senil) e, por fim, nas raças humanas que apresentem poucas semelhanças com os europeus. Desse modo, todos os outros humanos que não se assemelham ao europeu são inferiores e passíveis de emoção.

Se uma cena é capaz de nos emocionar é porque nos aproximamos dos tolos e bárbaros. Os europeus ou brancos, por serem isentos de expressar emoção, estão em outra escala de desenvolvimento. Torna-se assim compreensível o esforço dos humanos em reprimir suas emoções, de vez que se emocionar os torna mais próximos do estado bruto, do selvagem. Pergunto-me porque o selvagem deve ter uma conotação negativa se esse estado nos mantém menos domesticados?

Para além da brutalidade, estariam as mídias sensacionalistas usando a emoção como forma de sujeição, agregando barbárie e emoção para preservar a submissão? Por que ficamos passivos diante de tanta emoção? "Acho que, num momento determinado, uma certa emoção pode ter uma certa eficácia. Ela é fecunda, mas depois, se você a repete, se torna um tipo de conformismo" (Didi-Huberman, 2016, p.58), perde o efeito da ação.

Ao transmutar a emoção da esfera do conformismo para o campo da resistência é possível situar aquele corpo humano trabalhador, coletor de castanha, como uma potência. A emoção se conecta como um ato de coragem que resulta em movimento, portanto, numa ação (Didi-Hubermam, 2016). Pode-se entender essa ação como um suposto clamor? Como um

suplício diante da situação de exploração a que povos que habitam as margens estão submetidos?

Por detrás do viés da sustentabilidade se esconde a perversidade e, talvez, se extirpado o conformismo empregado no uso da emoção situando-a como potência, o corpo do trabalhador poderia deixar de ser visto como submisso e atuaria como um corpo que resiste aos efeitos da globalização, da exploração e da dizimação de todos os seres que habitam esses espaços. Desse modo, percorrer a potência do corpo pode ser uma possibilidade de desprender-se desse estado de sujeição.

Absorvidos pelas fotografias estampadas nos livros didáticos, não foi percebida a proximidade de Vanessa que, com o livro nas mãos e um sorriso apreensivo no rosto, apontava para fotografia (Figura 21) de sustentabilidade.

Figura 21 – Trabalho precarizado: a colheita distante da aposentadoria



Fonte: Prisma Ciências Humanas. Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza, p. 95, 2019.
Crédito: Bento Viana/Acervo ISP.

Cerrado em Minas Gerais. A maior parte do solo está coberta por folhas secas. Sem hesitar, Vanessa se aproxima da fotografia exibida no livro didático e compartilha sua

descrição com todos ao seu redor. Enquanto falava a imagem dos trabalhadores saltava aos olhos e a fotografia se mostrava em toda a sua profundidade.

Sob uma vegetação arbustiva, os corpos humanos se curvam, suas mãos colhem o pequi, fruto da região do Cerrado, que atua como uma barreira de proteção, um pequeno trecho permanece descoberto, indicando um possível acesso à colheita. Roupas de tecidos leves, chapéus e lenços buscam proteger os corpos dos trabalhadores da incidência solar e dos galhos da vegetação que teimam em ser tipicamente tortuosos.

Felipe, que se posiciona ao lado de Vanessa, instiga o grupo para o acionamento das tropas de imagens, aquelas que se desencadeiam no pensamento a partir da cena fotográfica, e aos poucos vão elencando uma seguida da outra: cena familiar, dois homens e uma mulher, sendo um deles possivelmente o pai ou sogro. São idosos e moradores do Sul Global, residem próximo ao local do trabalho. A coleta do fruto auxilia na renda, possuem poucos recursos e baixa instrução.

O exercício das tropas mantém a imagem domesticada, congelada em sua superficialidade. Para despertar novas nuances é preciso adentrar para as profundezas do invisível, permear por entre as tropas e se abrir para novas perspectivas. Por caminhos inexplorados, busco junto aos estudantes modos de alargar horizontes, de lançar-se a outros modos de ver e permitir-se fazer uso da imaginação, para tentar deslocar as camadas sobrepostas e sedimentadas visíveis da imagem.

A complexidade da fotografia (Figura 21) inicia-se com o seu recorte, ao limitar os espaços adjacentes. A árvore do pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) não aparece nítida na cena, causando uma visão turva da realidade. Estudantes e professores que residem em regiões distantes do bioma Cerrado podem deduzir que o pequi é proveniente de pequenos arbustos ou vegetação rasteira, o que nem sempre acontece; em áreas menos áridas o pequizeiro se desenvolve o suficiente a ponto de garantir uma estrutura arbórea bastante frondosa.

Entre os olhares absortos na fotografia (Figura 21) a imagem da mulher trabalhadora rouba a cena, suas mãos calejadas seguram o balde improvisado, outrora teria sido um galão de tinta. Ela é responsável por segurar o peso dos frutos acomodados no galão-balde, além de estar menos protegida, com partes do corpo expostas às intempéries da tarefa. Diante da cena, sobressalta em perspectiva a questão de gênero e me acolho em Tonini (2002) quando traz para a reflexão as imagens das mulheres nos livros didáticos desempenhando tarefas relacionadas ao meio rural como atividade que se estendem às tarefas domésticas. Por não necessitarem de maiores qualificações intelectuais, essas mulheres não são vistas como

trabalhadoras, mas como complemento da vida familiar, sendo encarregadas pelo grupo, proporcionando cuidado e proteção.

A sobrecarga dessa mulher é ainda maior quando percebemos que ela está realizando o trabalho acompanhada por idosos. Os corpos arqueados em uma postura ergonomicamente prejudicial à saúde se entrelaçam com a fisionomia dos seus rostos marcados pelo tempo. São eles, os idosos, os novos precarizados no trabalho, com a oferta crescente de empregos precários cabem a eles as melhores posições, confirma Standing (2014). Sim, os trabalhos precarizados agora são oferecidos e absorvidos pelos idosos, basta uma breve observação nos caixas das redes de supermercados de uma cidade do país para verificar que os idosos são a maioria disputando com jovens aprendizes as vagas existentes, cujos baixos salários e jornadas extenuantes compõem o cenário do trabalho.

Os idosos, "depois de décadas sendo informados de que não eram desejados, apaziguados em aposentadoria precoce nas recessões, agora estão sendo informados de que devem trabalhar por mais tempo" (Standing, 2014, p. 126). Assim, é cada vez mais frequente os idosos ocuparem postos de trabalho em um período em que deveriam estar usufruindo de suas aposentadorias, vendo-se inseridos na lógica da produção e exploração.

Não há descanso remuneratório e nem atividades de lazer para o trabalhador idoso do Sul Global. As observações de Tonini (2022) indicam que as relações de trabalho entre idosos se diferem dependendo de suas condições socioeconômicas e de seus territórios. Nas palavras de Tonini (2002):

> Num contexto do que existe nos países "desenvolvidos", em que a maioria dos/as aposentados/as usufruem os benefícios de suas aposentadorias, seja no esporte, seja no lazer, seja nas atividades sociais, os/as idosos/as dos países 'subdesenvolvidos" continuam trabalhando, pois o que ganham de seus benefícios de pensionistas não lhe proporciona uma vida com dignidade, sem trabalho (Tonini, 2002, p. 97).

É nítido que apenas uma minoria privilegiada desfruta de uma aposentadoria que garante uma boa qualidade de vida, algo mais comum em países do Norte Global. A maioria da população mundial, principalmente de territórios situados nas bordas do capitalismo, almeja a políticas públicas que promovam um envelhecimento saudável. Para muitos, a única opção de sobrevivência é manter-se trabalhando, mesmo que este trabalho seja precarizado e desprovido de garantias trabalhistas ou qualquer outro tipo de proteção social.

São os idosos que colhem pequi em uma fotografia de sustentabilidade, o tema ambiental atravessa o corpo, é o corpo-trabalho. A terra-floresta é concebida como recurso,

assim como os corpos humanos, havendo uma apropriação do corpo-natureza. Ambos (humanos e não humanos) estão a serviço do capital.

O pequizeiro (Figura 21) se encontra desprovido de outros seres, não se nota ser um lugar de abrigo para outras espécies de animais e vegetais, está mais próximo de um cultivo do que uma área de conservação ambiental. Desse modo, fica aceitável para as imagens solidificadas no pensamento a aceitação desse ambiente para exploração econômica. Como agiria o pensamento se na fotografia houvessem diversos outros seres convivendo com o pequizeiro?A sustentabilidade na fotografia deixa nítida sua intenção de exploração econômica com manutenção do pequizeiro para o futuro. Quem são as gerações futuras que se beneficiarão desses ambientes? A pergunta retorna à mente de Raíssa, que expressa em tom inquietante: sustentabilidade para quem?

O movimento de deslocar as imagens através das fotografias absorve a atenção dos estudantes a ponto de se organizarem em grupos e, em posse dos livros didáticos, vão folheando suas páginas, ávidos às novas descobertas. Luana, então, chama a atenção para a fotografia (Figura 22) do coletor de materiais recicláveis e aninhados ouvem sua narração.

Em uma rua de São Paulo, percorre o humano recolhendo os resíduos deixados por moradores que contratam os serviços de descarte. Alguns objetos como eletrodomésticos e móveis, por exemplo, são proibidos de abandonar em vias públicas e o custo de levar até o local apropriado pode ser muito oneroso, além do mais, muitos bairros não têm acesso a este serviço público. Para os carroceiros, deparar-se com esses materiais pode ser de grande valia, além do serviço prestado podem usar em suas residências ou até mesmo vender e adquirir uma renda extra.

A arte bordada no muro que separa os blocos residenciais da calçada demonstra que as ruas são também espaços de manifestações artísticas. A carroça compõe o cenário artístico através do seu colorido e da frase emblemática “Eu sou... a tal sustentabilidade”, cuja criação é de autoria do artista plástico Thiago Mundano, desenvolvedor do projeto *Pimp My Carroça* que, através de financiamentos coletivos e adesões voluntárias, propôs-se a resgatar a autoestima dos catadores e trazer a arte para as ruas (Nunes, 2017).

Ao lado da carroça está o humano trabalhador, com o corpo protegido, exibe em sua camiseta e boné a logomarca *Pimp My Carroça*. O sorriso no rosto, o olhar firme e a postura ereta são marcas visíveis do resgate da autoestima promovido pelo projeto. Uma sacola é segurada pela sua mão direita, trazendo possíveis mantimentos que garantem o seu sustento na jornada de trabalho. Com seu instrumento de trabalho, a carroça, o coletor sai à captura de

objetos descartados pelas ruas. A capacidade limitada logo se esgota ao acoplar resíduos volumosos e, ao mesmo tempo pesados, como o refrigerador e sofá.

Figura 22 – Sou o responsável pela tal sustentabilidade?



Fonte: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Sociedade e meio ambiente, p.79, 2020.
Crédito: Mundano.

Luana prossegue afoita por descobrir as tropas de imagens que seguem na mente dos colegas e sugere que expressem por meio de palavras as imagens que sobrevoam seus pensamentos. Aos poucos elas vão surgindo feito tropas: é um trabalhador urbano, pobre, morador da periferia de uma grande cidade do Sul Global, vive da coleta de materiais recicláveis, não possui instrução, trabalhador informal, um excluído da sociedade, ganha a vida com a doação dos outros e ajuda o meio ambiente ao recolher o lixo.

De modo aparente, a fotografia suscita movimentar o pensamento para além do visível, de tal maneira que talvez a imagem construída na memória só se torne mesmo uma imagem se puder pensar radicalmente além do princípio da superfície (Didi-Hubermann, 2010). Às vezes, propor-se a desestabilizar as imagens que chegam feito tropas é um modo de deslocá-las para

outros sentidos, onde elas possam emergir em meio a um assoalho desgastado, cuja claridade, ao vazar pelos buracos, faz com que se espalmem outras perspectivas.

O projeto *Pimp My Carroça* tem seu mérito ao desenvolver, junto aos catadores de materiais recicláveis, o resgate da autoestima e o reconhecimento dessa profissão bastante desvalorizada pela sociedade. Porém, tal iniciativa não suprime as condições de trabalho desses coletores. O peso arrastado em meio ao trânsito frenético das avenidas dos grandes centros urbanos, os ruídos estridentes e as intempéries, transformam a tarefa do coletor em um risco constante de sobrevivência. Seu corpo é o combustível que faz movimentar a carroça por meio do arranque de suas pernas e da firmeza de seus braços.

Sem carteira assinada e nem seguridade social, o coletor de recicláveis é, nas palavras de Han (2015), o sujeito do desempenho e produção, um empreendedor de si, o senhor e soberano de si mesmo que traz, na aparente liberdade, o excesso de trabalho e a autoexploração. Desprovido das garantias de um emprego formal, o coletor realiza uma dura jornada de trabalho, onde o tempo aparentemente por ele administrado é engolido pelas horas excessivas de trabalho, levando à exaustão física.

O esgotamento vai além do corpo, ele é também mental. Empreendedores de si são estimulados a pensar que pelo fato de serem seus próprios patrões, o caminho do sucesso financeiro está no horizonte próximo. No entanto, o que se apresenta é uma precarização do trabalho que afeta a sua saúde e seu bem-estar. No caso específico da fotografia, o ato de reciclar vem carregado de positividade, pesando sobre os ombros do coletor a nobre tarefa de "limpar o planeta", mascarando a sua real condição de autoexploração.

Na sociedade do desempenho, também denominada de sociedade do cansaço (Han, 2015), o empreendedor de si é visto como um fator positivo, nada sendo impossível de realizar, a iniciativa e motivação ganham formas mais robustas e se alinham com a máxima da produtividade. Complementam Felipak *et al* (2020) que nessa sociedade do desempenho:

> O trabalho é caracterizado como solitário e exigente, porém, apesar das dificuldades inerentes à forma de trabalhar, a autonomia do trabalhador é percebida como de grande valor, assim como são considerados benefícios a flexibilidade de horários, a total liberdade de agendas e processos, a não cobrança de terceiros por produtividade e a atividade física proporcionada pelo trabalho (Felipak *et al,* 2020, p. 6).

Desse modo, a autonomia tão desejada pelo trabalhador por meio da flexibilidade de horários e agendas não o exime das dificuldades, as quais se tornam ainda maiores nessa sociedade do desempenho em que nada é fora de alcance, inclusive promover a tal sustentabilidade enquanto carrega peso.

A frase emblemática “Eu sou a tal... Sustentabilidade”, registrada na carroça (Figura 22), atesta e ao mesmo tempo questiona se são os coletores de recicláveis os responsáveis de preservar a vida no planeta, mesmo quando a deles está no limiar da sobrevivência. Sendo assim, o mundo do trabalho na sociedade do desempenho vai além de suas tarefas mais imediatas como coletar materiais recicláveis, ele ainda se alinha a uma causa social, nesse caso, promover a “sustentabilidade”.

A fotografia ainda evidencia um paradoxo: catadores, desumanizados e vistos como subclasse, são simultaneamente reconhecidos como heróis por seu trabalho essencial na coleta de resíduos. No entanto, a realidade desses catadores é mais áspera, a sociedade em geral não se preocupa com o seu trabalho e muito menos com a causa ambiental que vem acoplada com a tarefa de reciclar. Os catadores são ainda vistos como subespécie e enfrentam a arrogância e compaixão daqueles que dependem de seus serviços. Nessa lógica, para que as futuras gerações encontrem um planeta habitável é necessário tomar atitudes no presente, mesmo que para isso, seja através do sacrifício de muitos, diga-se: os mais pobres, de periferia e não brancos.

Em uma sociedade de consumo, onde os produtos são usados e descartados, transferir a responsabilidade de preservar a vida no planeta para os coletores, sob a justificativa da sustentabilidade, é um modo de simplificar a crise ambiental, desobrigando de ações mais concretas os verdadeiros responsáveis.

Celebes Central é uma das ilhas da Indonésia, país do Sudeste Asiático, na periferia do capitalismo. Ali, como em tantos outros lugares situados nas bordas do sistema, é comum encontrar cenas como esta da fotografia (Figura 23). Em um aterro, humanos e não humanos buscam, em meio a papéis, papelões, tecidos, vegetações e plásticos descartados, modos de manter a vida.

A quantidade expressiva de plásticos torna o ambiente propício para a coleta de materiais recicláveis. Com o corpo não branco, curvado e olhos atentos ao chão, o humano trabalhador utiliza de ferramenta para pinçar os objetos que lhe interessam. A seu modo, tenta se proteger do ambiente hostil com vestimentas que cobrem seu corpo. Suas mãos ainda permanecem expostas, talvez porque necessite delas para um manuseio mais refinado. Na cintura, a bainha acondiciona o facão e ao seu lado o saco quase cheio do vazio das garrafas e copos plásticos, outrora preenchidos por água!

Figura 23 – Marcas registram os corpos, donos dos corpos registram suas marcas



Fonte: Conexões, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Sociedade e meio ambiente, p. 42, 2020.
Crédito: BasriMarzuki/Nurphoto/GettyImages.

Não muito distante, os bovinos, assim como humanos, se curvam ao chão arriscando-se pela busca de alimentos em meio a plásticos e outros resíduos. Ali há pouca diferença entre humanos e não humanos, ambos estão à captura de suas sobrevivências e seus corpos exprimem essa realidade. Federici (2023) reforça tal condição ao validar que o ponto de encontro com o mundo humano e não humano está no corpo e este tem sido o meio mais poderoso de autoexpressão e também o mais vulnerável a abusos.

Entre resíduos espalhados, outros humanos acompanhados por um número maior de não humanos, os bovinos, despontam na parte superior da fotografia (Figura 23). O corte na fotografia impedem de certezas naquilo que o olho captura. A coleta de recicláveis parece ser a função exercida e, mesmo que não se tenha a dimensão exata do aterro e detalhes das adjacências, o local se mostra também como um ambiente de trabalho.

Enquanto João foi descrevendo a cena, os colegas se mantinham absortos em cada detalhe e juntos foram criando um mosaico aparente da fotografia. Em um impulso consciente, João sugere o exercício de tropas de imagens e Vanessa, sem hesitar, mostra a sequência que se forma em seu pensamento: a cena é de país pobre e sujo, população carente e sem instrução, fome, falta de cuidado com o lixo, distante do dito desenvolvimento, precisam do lixo para

coletar os materiais recicláveis e, por fim, não têm cuidado com o meio ambiente. Em voz aguda João concluiu, em um tom meio irônico, que a coleta de materiais recicláveis no aterro é uma prática "sustentável" porque está colaborando para um planeta mais limpo para futuras gerações.

Sem pestanejar os estudantes me convidam a estilhaçar as imagens congeladas pelas tropas e juntos procuramos o que está eclipsado na fotografia. Busco por palavras que possam auxiliar a expressar o que vejo para além da aparência, porque "encontrar palavras para aquilo que temos diante dos olhos é qualquer coisa que pode ser muito difícil. Mas, quando chegam, batem com pequenos martelos contra o real até arrancarem dele a imagem, como uma chapa de cobre" (Benjamin, 2024, p. 65/66). Assim, a imagem vai se dilatando e o não percebido vai tomando forma, aquarelando a cena.

Minha atenção se volta para o coletor de recicláveis e noto que a atividade exercida é bastante perigosa. Diariamente esses trabalhadores têm seus corpos expostos a diversas contaminações por produtos químicos, gases e odores que emanam dos resíduos, risco de picadas de insetos e mordedura de animais, além de se depararem com materiais perfurocortantes (Filipak *et al*, 2020). Por mais que o trabalhador tente se proteger, a ausência de equipamentos de segurança o coloca em risco, comprometendo a sua saúde.

Além dos riscos físicos, Filipak *et al* (2020) destacam que a coleta de recicláveis pode trazer danos à saúde mental, pois esses trabalhadores sofrem rotineiramente com a discriminação e humilhação, agressões verbais focadas nos estigmas de mendigos, marginais, sujos e ladrões. Tais agressões verbais fazem parte do cotidiano desses trabalhadores que se expõem ao risco para sobreviver e "salvar o planeta".

Não menos importante, os não humanos se sobressaem na fotografia. O bovino Nelore cuja raça é bastante comum no Brasil já foi atração em um zoológico em Hamburgo, na Alemanha, no século XIX. Foi nesse lugar que Manoel Ubelhart Lemgruber, pecuarista brasileiro, importou um par deles para o Brasil em 1878. Nelore, originário da Ásia, apresenta características bastante interessantes para reprodução em larga escala: são seres ativos e dóceis, possuem uma boa habilidade materna e instinto de proteção ao bezerro, ossatura leve, bem desenvolvida e baixo custo de manutenção (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU, 2026). Nesse sentido, sua propagação no Brasil foi meteórica, o país possui mais de 200 milhões de bovinos, sendo o segundo produtor mundial (IBGE, 2024).

Os humanos e não humanos se encontram em situação bastante vulnerável na fotografia (Figura 23), não há muita diferença entre eles, ambos estão expostos aos riscos do ambiente. A marca registrada no corpo do bovino, conforme expõe Montañes (2025) é

realizada por meio do ferrete, instrumento muito antigo, feito de ferro aquecido, usado para marcar criminosos, escravos e animais. O humano não possui a marca do ferrete, mesmo assim, questiono se ele é um ser livre... Seria uma liberdade compulsória? Para sobreviver, o humano livre, ausente de ferrete, dribla a manutenção de sua existência com jornada dupla de trabalho, ao mesmo tempo em que cuida dos bovinos e coleta materiais recicláveis.

Nesse sentido me acolho em Ferdinand (2022) ao expressar:

> Aquelas e aqueles expostos a substâncias tóxicas, cujos pulmões são queimados pelo progresso, encontram-se quase sempre entre aquelas e aqueles que sofrem com as dores físicas da miséria social, cujos ossos perfuram a pele e cujas vozes são submetidas às tarefas do lar ou caladas pela recusa de documentos. Se as violências se acumulam, por que não reunir as resistências? Por que não encontrar nossos corpos? (Ferdinand, 2022, p. 228)

Por vezes, se esses corpos, humanos e não humanos, conseguissem uma reaproximação harmônica, percebendo-se como parte do outro, talvez a violência acumulada pudesse se transmutar em força capaz de unir resistências e partir para o enfrentamento. Por isso me ancoro em Krenak (2022, p. 101) ao manifestar que a "nossa sociabilidade tem que ser repensada para além dos seres humanos, tem que incluir abelhas, tatus, baleias, golfinhos", pois sofremos juntos os males da exploração.

Apartados pela dupla fratura colonial-ambiental (Ferdinand, 2022), no esforço por sobrevivência, os plásticos entram em disputa, o coletor em busca de recicláveis e o bovino que o confunde como alimento. Talvez esses humanos não tenham dimensão da gravidade de um plástico para a saúde dos bovinos. Os plásticos que interessam ao coletor são provenientes de garrafas e copos de água mineral. É notável que o consumo de água engarrafada tem crescido no mundo, o que faz delas o segundo maior grupo de poluentes nos oceanos, ficando atrás apenas das sacolas plásticas.

Esses recipientes plásticos além de oferecer problemas para os organismos humanos, também oferecem perigo aos bovinos, quando ingeridos; o polietileno se enrola em uma bola e sai com as fezes do animal. Entretanto, se o material engolido for grande, existe uma ameaça à saúde, podendo levar à obstrução do intestino e a morte desse animal (Garden Guide, 2025).

Envolvidos em plásticos, ambos, humanos e não humanos, estão suscetíveis aos danos causados por materiais que um dia acondicionaram água, ela que deveria ser um bem comum, agora é uma *commodity* e vendida como produto de consumo bastante lucrativo. As embalagens de plásticos vazias se tornaram lixo, vendidas em pequenos frascos individuais de

500 e 300 ml. Afastou-se assim o senso de coletividade, tornando o indivíduo moderno e solitário o consumidor perfeito para o eloquente e vantajoso capitalismo verde.

A ausência de água potável talvez justifique o consumo excessivo de garrafinhas, mas não impede um olhar mais aguçado para a ausência de políticas que tratam a saúde pública dos moradores que, junto aos turistas, deveriam ter a garantia de ingerir água tratada sem a necessidade de consumir água engarrafada. Há também um jogo de marketing no consumo de água engarrafada, tornando seres humanos suscetíveis ao seu uso, muitas vezes por meio de um discurso enviesado de "sustentabilidade".

Se o coletivo se sobrepusesse ao individual, a presença maciça de plásticos no aterro seria bem menor, mas o capitalismo se justifica pelo consumo individualizado, mantendo a visão da modernidade como a única maneira de convivência, subjugando outros modos de relações e alicerçando sua atuação na superação do coletivo pelo consumo personalizado e "sustentável".

Podemos pensar em como nos defender desse invólucro a que nos condicionaram a partir de um horizonte mais gregário, onde haja conjugação dos seres, humanos e não humanos, possível de partilha, envolvimento e manutenção de relações saudáveis, uma ecologia-mundo, como Ferdinand (2022) sugere:

> Nesse sentido, entendo por uma ecologia-mundo a preservação de um mundo entre os humanos com os não humanos. As diplomacias animais, as composições coletivas humanas/não humanas, o reconhecimento da qualidade jurídica dos ecossistemas, dos animais e dessa parte selvagem do mundo são maneiras de levar em conta existências e interesses dos não humanos no seio do e um mundo em comum (Ferdinand, 2022, p. 258).

Sendo assim, esse mundo comum é também possível de ser visto na fotografia (Figura 23). Que as marcas registradas nas mãos do humano trabalhador e no registro do ferrete no bovino não humano sejam vistas como expressões de luta. Que promover uma visão partilhada das fotografias de sustentabilidade por meio de um livro didático possa levantar a crítica de como o capital assujeita os mais desvalidos e possivelmente nesse processo educativo o pensar para outros devires seja possível.

Uma profusão de imagens se manifesta no pensamento enquanto observo a fotografia (Figura 24). Elas vão se delineando, formando um conceito pré-estabelecido daquilo que vejo. Em meio aos diversos sacos plásticos, dos mais diferentes formatos e tamanhos, encontra-se um humano trabalhador. Absorvido na separação seletiva emprega a sua força física por meio dos seus braços suspensos a modo de liberar os materiais acondicionados.

Figura 24 – Entre braços e plásticos, o suor diário da reciclagem



Fonte: Prisma Ciências Humanas. Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza, p. 30, 2019.
Crédito: Chico Ferreira/Pulsar Imagens.

Em formato de galpão, a cooperativa situada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, se apresenta em sentido longitudinal, janelas basculantes e teto com estrutura metálica. O ventilador industrial fixado na parede possibilita um ambiente mais arejado e a luz solar penetra pelo teto e janelas laterais, deixando o ambiente mais iluminado. Os interruptores com focos de luzes artificiais pontilham por todo o espaço e nas laterais os materiais selecionados acoplados em diferentes sacos de ráfia envolvem o humano trabalhador. Os materiais plásticos vão sendo distribuídos em diferentes sacos ao longo dos espaços adjacentes da cooperativa e sem identificação do tipo de conteúdo, cabendo aos recicladores suas classificações. Conforme vou descrevendo os detalhes aparentes nessa fotografia, Eloísa e Augusto permanecem posicionados ao meu lado, atentos à análise.

Como roupas ao vento em um varal, as imagens emergem em tropas e cada uma compõe o fio da mesma narrativa visual: o humano é um morador pobre da periferia do sistema capitalista, reside em uma grande cidade, com pouca instrução, usa de sua força física para garantir o seu sustento e de sua família. O serviço braçal conjuga com o trabalhador,

como um modo de vida e de sobrevivência. Os materiais recicláveis em evidência transmitem a ideia de que a sociedade age em defesa da conservação ambiental ao mesmo tempo em que garante emprego ao trabalhador pobre, negro e sem instrução. A sustentabilidade está relacionada com a reciclagem mostrando que a sociedade vem fazendo o seu papel diante da conservação do planeta.

Encaro a fotografia novamente e ela me devolve o olhar em um redemoinho de sentidos ao entrever o que vejo, o que se esvai e o que possa surgir. "Assim a experiência do olhar que buscamos explicitar conjuga aqui dois momentos complementares, dialeticamente enlaçados: de um lado, "ver perdendo", se assim se pode dizer; de outro, "ver aparecer o que se dissimula" (Didi-Hubermam, 2010, p. 230). Com os sentidos embaralhados, a imagem tencionada me leva à abertura de outras visões, talvez não muito nítidas, mas suficientes para exercitá-las. O varal de imagens sucessivas, ao ser distendido, afrouxa as tramas, desacomoda as imagens e conduz imaginar para além do visível.

A fotografia irradia positividade ao capturar o ato de reciclar, demonstrando o compromisso da sociedade em conservar o planeta para futuras gerações por meio da vasta quantidade de materiais reciclados. Desse modo, a "sustentabilidade" se manifesta pelo volume de reciclados e não pela crítica ao consumismo, atestando a humilhante condição dos humanos em consumir a Terra (Krenak, 2022).

Os músculos exibidos pelo braço humano refletem a importância do corpo na exploração capital-trabalho, cujo intuito é transformá-lo em máquina. Acolho-me em Federici (2023) ao considerar que:

> [...] o capitalismo alterou o conceito e o tratamento do "corpo", argumentando que um dos principais projetos do capitalismo foi a transformação do nosso corpo em máquina de trabalho. Isso significa que a necessidade de maximizar a exploração da força de trabalho viva, também por meio da criação de formas diferenciadas de trabalho e coerção, tem sido o fator que, mais do que qualquer outro, moldou nosso corpo na sociedade capitalista (Federici, 2023, p.21).

Talhado para o trabalho, o corpo humano é peça fundamental na engrenagem que mantém o motor capital-trabalho funcionando. O corpo exibido na fotografia não é de qualquer humano, é de um não branco em sua total força de trabalho vivo. Pergunto-me quem é esse sujeito que ousa não mostrar a face? Um dos fundadores da cooperativa, instruído e consciente dos males da sociedade de consumo? Por que a sua imagem na fotografia precisa estar vinculada a condição de subalternização? Seria por causa da cor da pele que reveste seu corpo?

Tomo como reflexão o apontamento de Ferdinand (2022) sobre como o corpo de pessoas escravizadas, racializadas, com deficiência e de mulheres é constantemente apontado como causa de suas posições subalternas e questiono: um corpo branco masculino seria representado da mesma forma na fotografia? Estaria a imagem afirmando o conceito de Foucault no que se refere à sociedade do "sexo", cujos "[...] mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada" (Foucault, 1988, p. 138). O domínio atribuído ao corpo se traduz em sua utilidade, é um modo de manter a exploração e classificar as pessoas como desvalidas, sujeitas a trabalhos precarizados e condicionadas à margem da sociedade.

Para a manutenção dessa força útil é importante que os recicladores permaneçam em condição de submissão, perpetuando a visão de sua atividade como subemprego. Não há futuro além da reciclagem para o trabalhador da cooperativa. Quais profissões são possíveis para um trabalhador negro, morador de periferia, senão a tarefa de recolher o lixo deixado por aqueles que podem consumir mercadorias em larga escala?

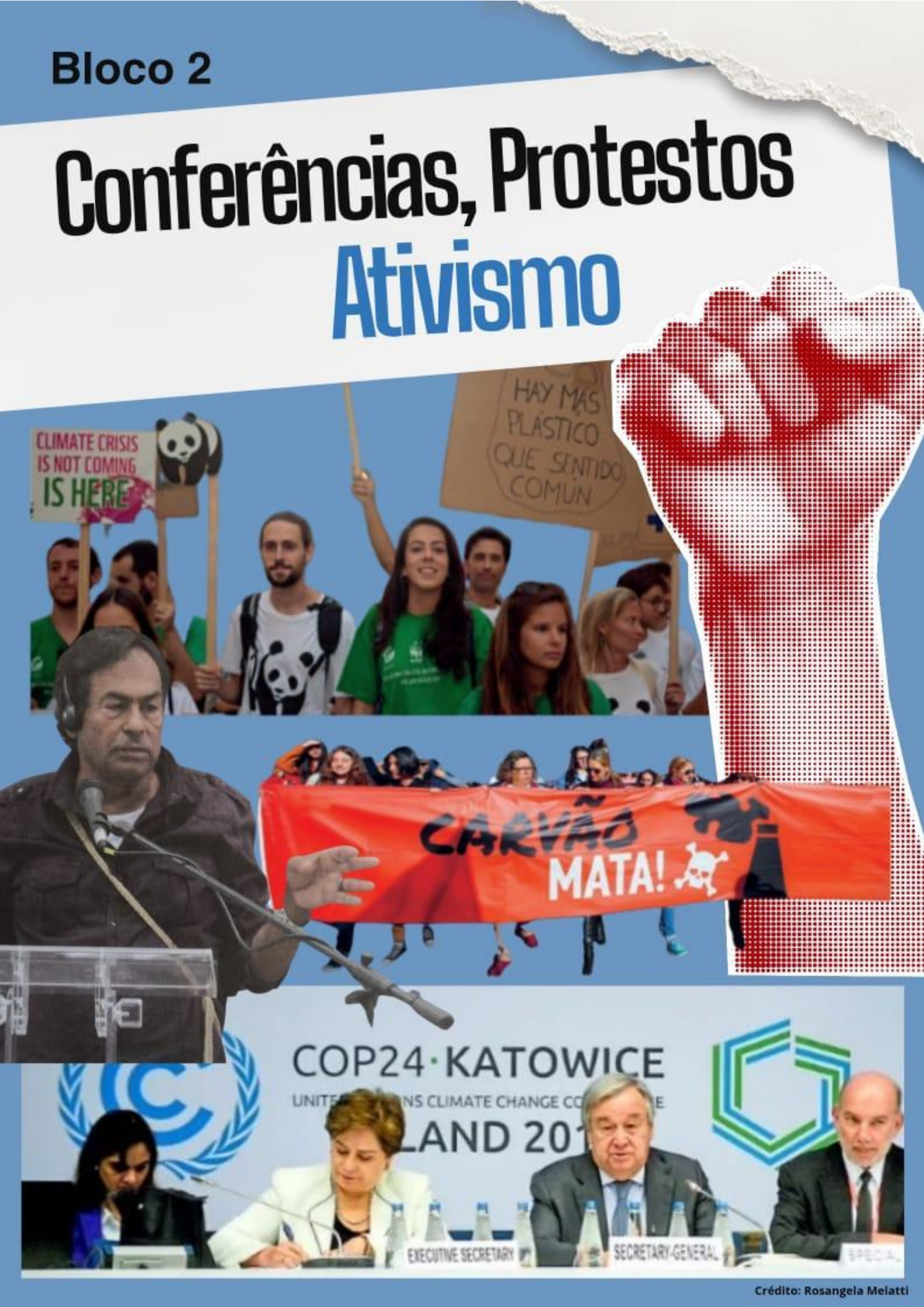
A nova roupagem do capitalismo opera na mesma lógica de exploração, mantendo não brancos e não humanos em condição de subalternidade, limitados ao trabalho e à utilidade. É preciso romper com essa lógica de que para os humanos não brancos o trabalho precisa ser vinculado apenas por meio de sua força física e parar de submetê-los à condição apenas de mão de obra a serviço da "sustentabilidade".

Compreender como os mecanismos de poder atuam na manutenção da exploração a partir do corpo pode tornar possível um melhor entendimento da realidade e quiçá uma tomada de consciência que mova à ação, à transformação para mundos além do trabalho. O caminho a seguir passa pela coexistência. Isso porque, "Tomar corpo no mundo consiste em enfrentar as relações materiais e imaginárias pelas quais nossos corpos são os porta-marcas e os marcadores do mundo para além da dupla fratura moderna, assim como em fazer do corpo o ponto de partida de um compromisso para com o mundo" (Ferdinand, 2022, p. 227). É nesse corpo, útil e vivo, que o horizonte apresenta infinitas possibilidades, fazendo do suor que escorre em meio aos plásticos, a potência visível de transformação. Um novo olhar, através do qual seja possível ir além dos materiais recicláveis, pode propriciar o encontro que se faz ausente nas fotografias de sustentabilidade.

Bloco 2

Conferências, Protestos

Ativismo



Crédito: Rosangela Melatti

Figura 25 – O futuro sustentável



Fonte: Multiversos Ciências Humanas. Sociedade, Natureza e Sustentabilidade, p. 118,2019.
Créditos:Fabio Rodrigues Pozzebom.

Envoltos pelo livro didático, os olhares ganham proporções ampliadas ao se dirigirem à fotografia (Figura 25) e, ao serem atravessados por ela, as imagens do pensamento emergem em movimento cascata. A reunião de líderes mundiais é o ponto inicial do sequenciar das imagens, composta por delegações de diferentes países, trata da pauta da questão ambiental, com destaque para o desenvolvimento sustentável. Além dos líderes da conferência, muitos ouvintes, de diversas nações, compõem o cenário e, reunidos, buscam formas de resolver os problemas ambientais e as tomadas de decisões que garantam o futuro do planeta. Questões como: frear o desmatamento, redução de emissão de gases do efeito estufa e os diversos tipos de poluição estão em discussão. A preocupação está ancorada na crise ambiental planetária e no futuro das próximas gerações. Por isso, os representantes mundiais dos países signatários da ONU realizam reuniões para tomar decisões em benefício de todos.

A velocidade com que as imagens se reproduzem no pensamento nos convida a uma pausa, a lançar um olhar atento aos detalhes da fotografia (Figura 25), a fim de mostrar o que não está tão visível e promover rasuras nas imagens sedimentadas na memória.

Nessa fotografia, as luzes no auditório anunciam uma solenidade noturna em um clima de inverno tropical. As bandeiras representando os países-membros estão ordenadas junto à parede de um azul cintilante onde as logomarcas expostas nas laterais conduzem para o foco principal: a abertura da Rio+20, conferência das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável ocorrida em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

Na mesa central rodeada por autoridades, Dilma Rousseff, a presidenta, representante oficial do país, harmoniza sua vestimenta com o colorido das bandeiras em meio a um cenário de tons cinzentos. As flores decorativas delimitam o espaço entre a mesa principal e o público. No púlpito, o orador conduz a abertura da cerimônia para uma maioria de ouvintes masculinos. Em seus respectivos lugares esses espectadores acompanham a conferência em seus dispositivos eletrônicos e, com os corpos voltados para os dirigentes, se mantêm no anonimato.

A postura dos integrantes, as cores e a disposição dos objetos em cena expressam a formalidade do evento que carrega certo grau de responsabilidade e poder. Um poder direcionado à população mundial, que envolve a tomada de medidas em nome de muitos, mesmo que estes não estejam participando ativamente da tomada das decisões. Para Foucault (1999), há um poder exercido sobre a população, identificado como biopoder. Este se manifesta por meio das biopolíticas, mecanismos que atuam no controle e regulação das populações, cujas conferências mundiais se mostram como expressões autênticas ao definirem ações que afetam a todos.

Esses mecanismos de controle têm como alvo o corpo-espécie, sob o qual incidem novas tecnologias de intervenção e regulação articuladas aos poderes disciplinares individualizantes, voltados à utilidade e à docilidade dos corpos, aspectos que também se manifestam no coletivo. Ao entrelaçar o coletivo e o individual, essas tecnologias constituem uma série de estratégias sobre a vitalidade humana em escala populacional (Passetti, 2013; Veiga-Neto, 2014). O controle demográfico promovido pelo Estado exemplifica esse funcionamento, em que programas de esterilização em massa atuam no corpo coletivo ao mesmo tempo em que impõem normas ao corpo individual, como a determinação do número de filhos que cada mulher deve ter. O útero feminino se torna um instrumento gerenciado pelo Estado, principalmente em territórios vulneráveis, onde o biopoder atua de forma mais incisiva.

Desse modo, é oportuno observar que os mecanismos disciplinares do corpo não são subtraídos dos mecanismos regulamentadores das populações, eles atuam articulados um com

o outro e é nessa articulação entre corpo e população que se desenvolve a organização do poder sobre a vida (Foucault, 1999).

A regulamentação da vida por meio das biopolíticas adquire, nesse contexto, uma nova dimensão: a crise ambiental. O combate ao desmatamento nos países ditos em desenvolvimento e o controle das emissões de gases poluentes deixaram de ser questões locais para se tornarem pautas globais, sendo hoje regulados por diretrizes estabelecidas em encontros internacionais promovidos pela ONU. Assim, o biopoder se estende à gestão ambiental, integrando os corpos vivos e seus territórios às dinâmicas globais de controle e normatização.

Essa ampliação do biopoder para a esfera ambiental se materializa em eventos como as conferências promovidas pela ONU, que operam como palcos de enunciação hegemônicos. A fotografia em análise (Figura 25) mostra uma dessas conferências, a Rio +20, realizada no Brasil, país situado no Sul Global, detentor da maior floresta tropical do mundo. O desenvolvimento sustentável foi o tema central dessa conferência, cuja reunião buscou outorgar os objetivos traçados duas décadas antes, na Rio 92, conferência importante para o rearranjo do sistema capitalista, conforme as palavras de Passetti (2013):

> A racionalidade neoliberal, desde as décadas de 1970 e 1980, encontrará na ONU o espaço de configuração de uma nova situação de ordenamento capitalista, não só em torno das reduções de poluentes, mas principalmente enquanto recomendações que levaram a uma nova configuração viável ao capitalismo, e que encontrou na Rio 92 o ponto de confluência para o debate e o traçado de uma elaboração de verdade acerca da nova ordem mundial, sustentável e democrática (Passetti, 2013, p. 29).

Logo, o desenvolvimento sustentável é constituído como aparato legal ao capitalismo e a questão ambiental toma corpo junto às regulamentações planetárias. Problemas relacionados com o ambiente assumem proporções mundiais e passam a ser ordenados por meio de um novo horizonte da biopolítica: a ecopolítica, sendo esta conceituada como um conjunto de políticas orientadas para o controle da vida no ambiente, no nível planetário (Veiga-Neto, 2014). Fenômenos como os desastres ambientais, mudanças climáticas e perda da biodiversidade afetam as populações e ameaçam inúmeras vidas, sendo a ecopolítica um modo de conduzir as populações em nome da vida e do planeta (Ávila; Ribeiro; Henning, 2023). Assim, “se o objetivo das biopolíticas era, grosso modo, a gestão da vida, o objetivo das ecopolíticas, ainda grosso modo, é a gestão do planeta, a partir do Projeto Sustentável” (Lima; Maciel; Tashima, 2017, p. 10).

Partindo do princípio de que a ecopolítica se estabelece por meio de um projeto sustentável e observando que as conferências da ONU, a exemplo da Rio+20, com sua pauta sobre o desenvolvimento sustentável, é plausível argumentar que a regulação e o controle das populações estão intrinsecamente conectados ao projeto de sustentabilidade. Lima, Maciel e Tashima (2017) reforçam tal conexão ao comentarem sobre como a "governamentalidade planetária" vem definindo padrões, parâmetros e ações a partir das políticas mundiais, principalmente entre os países ditos em desenvolvimento, a fim de garantir às gerações futuras a possibilidade de estas satisfazerem as suas necessidades.

Os padrões estabelecidos são divulgados pelas mídias, escolas e governos com o objetivo de construir um novo sujeito capaz de se envolver com a causa ambiental planetária. Comportamentos sustentáveis são regulamentados para que as populações sigam com o *slogan* de salvar o planeta para futuras gerações. O sujeito se torna responsável pela crise ambiental e atua na frente dos problemas, práticas de controle da água por meio de um banho curto ou fechar a torneira para escovar os dentes. Essas são regulações amplamente divulgadas, entretanto, a quantidade de água que se esvai no cultivo das monoculturas e na pecuária bovina se mantém silenciada.

Adquirir produtos com selo de sustentabilidade se tornou comum. Seja por meio de alimentos, vestuário ou materiais diversos, o capitalismo verde entra em cena chancelado pela ONU através das conferências mundiais. As normativas estabelecidas a partir dessas reuniões possuem o aval dos líderes de Estado e são disseminadas para as populações dos respectivos países de tal modo que sejam abrangidas em todo o sistema planetário.

As ações deliberadas pela ONU por meio das conferências nos regulam para um novo tipo de consumo. São novas condutas de uma política neoliberal capitalista direcionada por um viés ecológico. Qual é o custo de se manter ecologicamente correto através das práticas "sustentáveis"? Os produtos fabricados a partir desse viés verde têm um maior valor agregado, justificado na proposta de conservação ambiental. Envolvidas na causa ambiental, as populações deixam uma boa quantia de sua renda em produtos "ecologicamente corretos", sendo estes mais um modo de reinvenção capitalista.

Retornamos à sala de aula, Augusto me olha atônito e eu lhe devolvo o olhar na mesma proporção de perplexidade. Estaríamos sendo regulados pelas condutas ecopolíticas e perdendo o direito de decidir sobre nossas vidas? Safatle (2022) nos acolhe ao sustentar que:

> Do ponto de vista da governabilidade atual, uma das estratégias maiores de gestão da paralisia social é a dissociação entre economia e política. Ela visa alimentar essa

> ilusão de impotência que nos faz acreditar que as decisões a respeito de nossas vidas são muito complexas para serem geridas por nós mesmos (Safatle, 2022, p. 129).

Embora as regulamentações nos orientem a adotar novos padrões e ações em prol do ambiente e do futuro do planeta, paradoxalmente nos levam a crer que não possuímos poder decisório sobre o destino desse mesmo planeta. Somos incapazes de gerir as nossas próprias vidas em meio ao caos ambiental que se configura, tomamos como verdade as ditas e regulamentadas pelas decisões dos chefes de Estados, ancorados nas conferências mundiais.

Diante da ingerência de nossas próprias vidas acreditamos que o colapso ambiental é iminente e não cabe a nós decidirmos quais ações poderiam trazer soluções, mesmo que em nosso âmago saibamos as causas, deixamos que as decisões sejam tomadas sem que nossas vozes sejam ouvidas. Como bem lembra Safatle (2022), "passar a soberania para o outro, é perdê-la" (p.131).

As políticas ambientais se mostram muito ambíguas: para uma sustentabilidade local somos responsáveis pelo o que consumimos; já para uma sustentabilidade global a responsabilidade é dos governos.

Augusto folheia com rapidez as páginas do livro didático em busca de uma fotografia capaz de fazê-lo entender sua conduta perante a causa ambiental. Assim como eu, ele se viu sendo regulado pelas ecopolíticas e cada vez mais distante dos problemas cotidianos que muitas vezes são negligenciados em favor de uma pauta planetária.

Personalidades importantes estampam as páginas dos livros didáticos de Geografia de tal modo que é impossível passarem despercebidos. Augusto interrompe o folhear ao se deparar com a fotografia (Figura 26) do presidente da França, Emmanuel Macron e identifica tratar-se de mais uma das conferências de líderes de Estado, cuja pauta é a causa ambiental planetária. Sem titubear, vai elencando uma após outra as tropas de imagens que surgem no pensamento: presidente da França, líder de um país do Norte Global, representado pela figura de Emannuel Macron, sorriso esboçado no rosto e uma placa em suas mãos, cuja tradução é "Torne nosso planeta grande outra vez".

A curiosidade em permear as tropas de imagens faz Augusto fixar o olhar na fotografia (Figura 26) a modo de pensar para além daquilo que seus olhos, em conjunção com seu pensamento, veem. Desse modo, se propõe a mobilizar o pensamento por meio da reflexão, pois "refletir é um meio de ficar desperto" (Benjamin, 2024, p. 168).

A frase inscrita na placa é uma espécie de trocadilho provocativo com o então

Figura 26 – As políticas de gerenciamento planetário



Fonte: Multiversos Ciências Humanas. Sociedade, Natureza e Sustentabilidade, p. 119, 2019.
Créditos: Philippe Wojazer/Reuters.

presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que que usou o *slogan* "Torne os Estados Unidos grande outra vez", em sua campanha presidencial. A mensagem expressa a preocupação com a conservação do planeta diante das agressões sofridas paulatinamente pela sociedade. Assim como outros países ditos desenvolvidos, a França se dedica à questão ambiental global e líderes mundiais vêm realizando ações para atenuar a crise

Em traje formal, Emmanuel Macron exibe um bóton no lado esquerdo, possivelmente símbolo do evento "Um Planeta", ocorrido dois anos após o Acordo de Paris. Compõe a indumentária o emblemático galo, símbolo nacional da França, com sua cor vermelha. Os integrantes que constituem a cena são majoritariamente homens e se espelham na figura central do presidente, com cartazes e vestimentas similares. A bandeira não deixa nítida sua interpretação e o azul cintilante ao fundo conjuga com outros diversos tons de azul que compõem o cenário. O azul reforça a presença da instituição ONU, que tem nessa cor a sua essência como símbolo de paz.

Os sorrisos esboçados pelas autoridades que aquarelam a fotografia (Figura 26) se contrapõem à gravidade da situação planetária: caos climático, altas emissões de gases do efeito estufa, fome, migrações forçadas, guerras e conflitos diversos. Mesmo sendo o registro de um momento descontraído, ocasionado pela frase provocativa, a reunião se alinha mais a uma exibição de líderes mundiais do que com ações para solucionar problemas decorrentes da crise ambiental.

Do subterrâneo emergem outras percepções à medida que o olhar se dilata. A fotografia (Figura 26) com a imagem do presidente da França em meio a conferências que tratam da crise ambiental o coloca como um dos protagonistas na condução das ecopolíticas. Há uma disputa entre os líderes mundiais, sobre quem tem mais poder de regulação planetária, de estar no cenário das normativas, controlando aqueles que as devem cumprir.

É também nessas reuniões que os dados estatísticos fundados em números e medições são demonstrados (Passetti, 2013). Nelas são exibidas as deficiências vinculadas à questão hídrica, emissões de gases poluentes, aumento da temperatura na Terra, entre tantos outros problemas ambientais. A divulgação dos dados estatísticos expõe a crise ambiental e se articula com a questão de segurança e medo, situando o trabalho de previsões e estatísticas como uma potente estratégia bio/ecopolítica (Ávila; Ribeiro; Henning, 2023). A crise ambiental funciona como mais um fator mobilizador de estratégias de governo baseadas no medo, de modo que a governamentalidade se utiliza dessa tensão para promover segurança a partir das normatizações.

Frente à crise planetária sem precedentes, entra em pauta o discurso do desenvolvimento sustentável, sendo este capaz de gerir da melhor maneira os *déficits* ambientais causados pelas ações humanas, provocando a sensação de que os problemas referentes ao planeta serão solucionados e o medo atenuado, deliberando às instituições as responsabilidades em prol da segurança planetária. “Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável tomou força e incorporou os programas internacionais direcionados aos governos e Estados. Neles, o discurso do desenvolvimento sustentável é colocado como uma meta a ser alcançada em nome de uma ameaça à vida e ao planeta” (Ávila; Ribeiro; Henning, 2023, p. 7).

As normatizações estabelecidas por meio das conferências mundiais, ancoradas nas Nações Unidas e lideranças dos países do Norte Global, são tecnologias que estão para além do uso disciplinar-normalizador, elas são também de cunho ambiental (Passetti, 2013). Desse modo, o desenvolvimento sustentável se alinha com tais tecnologias propondo-se a atingir outros alvos, entre eles a economia verde, índices de felicidade e desenvolvimento humano,

cultura de paz, educar pessoas para práticas de resiliência (Passetti, 2013), de forma que essa faceta do capitalismo seja incorporada sem muita resistência, porque ao promover o desenvolvimento sustentável se esconde, sob o véu de um planeta saudável para todos. E tudo isso: mesmo que nesse bojo humano a maioria esteja excluída, mesmo que próximo às residências a água esteja contaminada pela indústria química, mesmo que o alimento que chega até a mesa esteja impregnado de agrotóxicos. O que realmente importa é fazer parte do todo na busca e defesa de um planeta melhor e garantir um futuro para as novas gerações.

Apesar de Augusto se mostrar um tanto cético após os desdobramentos das reflexões alusivas às conferências mundiais, não houve como evitar o interesse dos colegas em continuar a busca por fotografias nos livros didáticos. Ana, na ânsia de contrapor as ideias de Augusto, se propôs a rastrear aquelas que poderiam interessar para algum tipo de manifestação inspiradora no esforço pela causa ambiental global. Em um rápido relance visualiza a fotografia (Figura 27) e chama a atenção de todos para tencionar os olhares em uma experimentação partilhada sobre a imagem.

Figura 27– A luta por um futuro habitável



Fonte: Ser Protagonista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Economia e Trabalho, p. 133, 2020. Créditos: Stefan Wermuth/AFP.

Em ebulição, as imagens vão sendo propagadas no pensamento feito bolhas, seguidas uma das outras: Greta Thumberg, ativista e estudante, se dedica à causa ambiental. Ela se destaca demonstrando a sua liderança como ativista. Está frequentemente presente em manifestações em defesa do clima e na busca de um planeta habitável para a sua e as futuras gerações. Muitos estudantes se identificam com a causa e a seguem, engajados nos movimentos de protestos por se sentirem representados ao verem nela uma força capaz de promover rupturas e gerar mudanças. Nascida em um país do Norte Global, Greta decidiu sair do seu confortável cotidiano para atuar em defesa de uma causa humanitária e alertar as populações para o abismo em que todos estão submetidos - a crise ambiental mundial.

As imagens, feito bolhas, entram em ebulição e são percebidas de modo homogêneo pelos estudantes e, mesmo em borbulho, elas se mantêm solidificadas. Decidem, então, intensificar a efervescência na tentativa de desmobilizar o estado atual das bolhas.

Nesse movimento, o olhar é direcionado para a imagem de Greta Thumberg (Figura 27), estudante e ativista, que se encontra no lugar de fala com o microfone posicionado para que sua voz ressoe a todos os manifestantes. Com os punhos fechados e o corpo ereto se mostra em posição de luta. Um cartaz a sua frente se traduz em “greve escolar pelo clima”, representando o modo como iniciou seus protestos: toda sexta-feira Greta faltava à escola para protestar em defesa do clima. Em meio aos participantes, em grande parte jornalistas e fotógrafos, o olhar se mantém no horizonte, despertando curiosidade de quem o recebe. À sua volta, movidos pela causa ambiental, os manifestantes expressam adesão por meio de gritos, palmas e punhos levantados. O número de máquinas fotográficas e aparelhos celulares apontados para a sua imagem registra a sua celebridade. Ao fundo, a arquitetura histórica indica um estabelecimento governamental como palco da manifestação e do ato discursivo, cujas reivindicações apontam em direção à busca de soluções para diminuir o aquecimento global e o colapso ambiental.

Para Foucault (1988) é nos discursos que se articulam o poder e o saber, sendo esses compostos por diversos segmentos descontínuos que não permitem imaginá-los categorizados no discurso dominante ou no dominado, mas sim, constituídos por uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em diferentes estratégias. A fotografia (Figura 27) carrega essa dinâmica discursiva, não há desejo de dominação e dominado, há a expressão facial de uma adolescente, o braço erguido de outro jovem e os discursos que ainda virão intercalados com o de Greta Thunberg compõem essa multiplicidade de elementos discursivos, os quais podem conduzir o ato de protesto para novas possibilidades de ações não previsíveis.

Em 2020, Lausanne, na Suíça, foi o local da manifestação (Figura 27), dias antes do Fórum Econômico Mundial em Davos. Paralelamente, a extrema-esquerda também protestava em Berna, na Suíça. A geografia montanhosa de Davos, embora dificulte o acesso, oferece controle e proteção aos participantes (Olivieri; Rizo, 2025), o que pode ser intencional como escolha da sede do evento, visto que restringe o acesso da população e, ao mesmo tempo, permite controlar os movimentos de protestos.

Os protestos registrados, inclusive o da fotografia (Figura 27), ocorreram todos no mesmo país, Suíça, embora com causas distintas. Enquanto os protestos em Lousanne tinham a causa ambiental como foco, os protestos em Berna eram de cunho econômico. As ideias de Ferdinand (2022) colaboram para o entendimento dessa cisão dos movimentos sociais ao considerar que herdamos da Modernidade as fraturas ambientais e coloniais e estas se encontram distanciadas uma da outra. As reflexões de Ferdinand (2022) expressam esse afastamento, conforme trecho a seguir:

> Não se pode mais conservar essa dupla fratura na qual se assinam acordos para lutar contra o aquecimento global e se assumem compromissos para limitar as poluições e preservar a biodiversidade ao mesmo tempo em que, na melhor das hipóteses, dizem algumas palavras sem grandes consequências sobre a história colonial- isso quando não mantém um silêncio ensurdecedor (Ferdinand, 2022, p. 265).

Persistir em movimentos de resistências fraturados é reduzi-los em sua potência. Mesmo tendo causas aparentemente sem conexão, eles estão interligados. “A crítica da destruição dos ecossistemas do planeta está, pois, intimamente ligada às críticas das dominações coloniais e pós-coloniais, assim como às exigências de igualdade” (Ferdinand, 2022, p.35). Desse modo, concebê-los de modo distinto, fragmentado, enfraquece mais do que fortalece.

Talvez se os movimentos de resistência conseguissem articular uma agenda única, o efeito teria outra dimensão, já que “a sexta extinção em massa de espécies, o aquecimento global e as constantes poluições da Terra não estão ligados apenas à constituição colonial, escravagista e patriarcal do mundo moderno; eles são, sobretudo, consequências dela” (Ferdinand, 2022, p. 267). Assim, tomar corpo nos movimentos, traçar estratégias de resistência que vinculem ações conjugadas entre o domínio colonial e ambiental pode alargar horizontes capazes de fortalecer o campo de forças no combate à injustiça social[16].

---

[16]Neste momento em que escrevo este trecho, 07 de junho de 2025, Greta Thumberg, junto com outros ativistas, entre eles, o brasileiro Thiago Ávila, se encontram em um navio no Mar Mediterrâneo em direção à Faixa de Gaza. Além de suprimentos, procuram chamar a atenção para a causa palestina. As fraturas ambientais e coloniais se amalgamaram colocando a potência da ação em sua voltagem máxima. Thiago é ativista pró-

A fotografia (Figura 27) do livro didático intenciona para além de combater as injustiças sociais e ambientais. Ao perceber as imagens que nos chegam, outros horizontes surgem, decerto para um campo menos conhecido. Os movimentos de protestos em defesa do clima aparecem nos livros didáticos por meio de fotografias (Figura 27) de jovens moradores do Norte Global, colocando-os em uma posição superior e incumbindo-lhes de difundir o conhecimento da crise ambiental planetária ao restante do mundo.

O posicionamento das fotografias de protestos pelo clima, no eixo temático da sustentabilidade nos livros didáticos, intenciona a apropriação da imagem de Greta Tumberg como regulação de condutas, cuja captura está na elaboração de outro sujeito, mais resiliente, participativo e agrupado em benefício da conservação planetária (Passetti, 2013). Todos são convidados para engajamento de ações, entre elas, os movimentos de protestos a favor de um planeta habitável, por um futuro sustentável. De todo modo, esse chamamento para causa ambiental planetária ocorre globalmente e populações do Norte Global são também convocadas para atuar em benefício de todos. As fotografias nos livros didáticos, ao expor os movimentos do Norte Global, fortalecem os jovens estudantes do Sul Global a replicar as manifestações em defesa do planeta.

Todos são convocados para atuar em benefício de um futuro em que seja possível viver em um planeta habitável, aquele que satisfaz as gerações atuais sem comprometer as futuras, o conhecido desenvolvimento sustentável. Em um movimento em que todos são convocados talvez haja poucos pontos de reflexão, tornando os movimentos mais próximos da resiliência do que da resistência.

Ana, após refletir, observa a imagem de Greta Tumberg (Figura 27) e repete, de modo pragmático, a expressão de Focault (1999) e Passetti (2023): “sempre haverá fluxos de resistências para as belezas das resiliências, porque onde há poder, há resistência”. O futuro resiliente pode ser também resistente, sobretudo quando as fraturas da Modernidade, outrora divididas, forem capturadas pelos corredores estreitos, pavimentados por uma força motriz capaz de unir aquilo que um dia ousou fragmentar.

---

palestina, Greta é ambientalista. Talvez eles já compreendam o que Krenak nos afirma quase todos os dias: humanos também são natureza.

Figura 28– Todos engajados na causa planetária



Fonte: Conexões, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Sociedade e meio ambiente, p. 43, 2020. Créditos: Ivan Romano/GettyImages.

As fotografias de protestos em defesa do clima saltitam entre as páginas do livro didático, adocicadas elas atraem os olhares dos estudantes. Mariana, com sua visão heurística, aproxima-se dos colegas com o livro aberto, exibindo a fotografia escolhida (Figura 28). Ela deseja uma análise partilhada capaz de lhe trazer um pouco mais de entendimento diante de sua prática, que desde muito cedo esteve envolvida com a causa ambiental.

Com os olhos atentos na fotografia (Figura 28) iniciam o exercício das tropas de imagens: são jovens estudantes em protestos pelo clima, saíram às ruas engajados em atrair a atenção da sociedade para situação iminente do colapso ambiental em curso. Os cartazes indicam um movimento estudantil inspirado por Greta Tumberg, que escolheu a sexta-feira como dia de protesto pelo clima. O idioma italiano neles exibidos legitima ser um país do Norte Global. Estudantes caminham pelas ruas com os braços suspensos com cartazes e sorrisos esboçados nos rostos, dispostos a mobilizar a sociedade em defesa do planeta.

As tropas de imagens formam um cenário conhecido e solidificado no pensamento, de modo que incita o desejo de ir um pouco além da superfície, não para negar o que existe, mas

para vislumbrar novas perspectivas que mobilizem o pensamento já cristalizado. Observar os detalhes que constituem o cenário da fotografia (Figura 28) é o início para deslocar as camadas sobrepostas, que muitas vezes impedem de ir além do que está posto.

As feições tranquilas dos estudantes capturam a atenção por contrastar com a gravidade da causa do protesto, a crise climática. Os estudantes são moradores de Nápoles e ocupam as ruas exibindo palavras conhecidas: emergência, planeta, natureza, pare! Os rostos e mãos pintadas de verde suscitam referenciar às florestas ao mesmo tempo em que carregam uma identidade nacional ao aludir às cores da bandeira italiana. Esta intenção se mostra perceptível nos detalhes nas cores branca e vermelha dos cartazes e roupas dos estudantes (Figura 28).

O telefone vermelho no cartaz alerta para a urgência de respostas das autoridades diante do colapso ambiental em curso. Mais ao fundo, colado à placa, a arte criativa dos estudantes faz alusão a um planeta rifado, cuja forma da Terra se traduz em globo giratório. Árvores mortas sustentam a Terra, montanhas se traduzem em chaminés industriais e mãos vermelhas arriscam assemelhar-se ao sangue e fogo, responsabilizando as grandes empresas capitalistas como possíveis causadoras do aquecimento global.

Uma sensação de movimento se afina com a fotografia (Figura 28) e evidencia o engajamento dos estudantes do Norte Global em defesa do planeta. Por serem estudantes europeus, detentores do conhecimento universal, intitulados como “modernos”, estão aptos a servirem de modelos para os estudantes do Sul Global, que se veem compelidos por meio de suas constantes imagens (Figura 28) dispostas em seus livros didáticos.

As fotografias de protestos pelo clima são observadas nos livros didáticos no bloco temático da sustentabilidade. Os assuntos tratados neste bloco são diversos: conferências mundiais, desenvolvimento sustentável, práticas sustentáveis, movimentos em defesa do clima e tantos outros assuntos pertinentes à conservação de um futuro planetário. Os olhares estudantis buscam a conexão entre sustentabilidade e os movimentos de protestos pelo clima.

Por entre as páginas do livro didático, o tema do desenvolvimento sustentável salta aos olhos dos estudantes e estes percebem um dos elos entre a sustentabilidade e as manifestações pelo clima. A conexão se estabelece na medida em que todos são convocados a conservar o planeta diante do colapso ambiental em curso (Passetti, 2013). O chamado para conservação do planeta se dá por meio da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), sendo nela estabelecidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem atingidos até o ano de 2030 (ONU, 2015).

Na lista, números e metas compõem os ODS, capturando olhares e sentidos. O "Objetivo 13 – ação contra a mudança global do clima" (ONU, 2015) e a relação entre movimentos de protestos pelo clima e sustentabilidade se efetiva por meio da fotografia (Figura 28) no livro didático. Percorrem os dedos e olhares entre as metas do ODS 13 e o termo resiliência é enquadrado de modo abismal na meta 13.1, que consiste em "reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países" (ONU, 2015). Pode-se então considerar que a promoção para uma vida sustentável envolve resiliência, tornando os humanos adaptáveis aos problemas ambientais em curso. Regular condutas por meio das ecopolíticas que imprimem em segurança e vida planetária implica em formar humanos resilientes. Estariam esses jovens estudantes (Figura 28) sendo também regulados por meio das metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável e sendo cooptados para uma vida resiliente?

O chamamento é tanto coletivo quanto individual, na perspectiva de uma conduta de si, de modo que a responsabilidade diante dos problemas ambientais recai sobre o indivíduo que se vê colaborando por meio de atitudes consideradas sustentáveis, entre elas, a participação em movimentos em defesa do ambiente, tendo a escola sua participação educativa atuante na intenção de formar indivíduos ativos e que lutem pela causa ambiental planetária por meio dos ODS. Pode-se então considerar que a promoção para uma vida sustentável, segundo a Agenda 2030, sustenta a resiliência no sentido de tornar os humanos adaptáveis aos problemas ambientais em curso e, desse modo, faz a convocação para um planeta saudável para todos!

Os estudantes, acolhidos por Passetti (2023), se perguntam: diante dessa convocação geral e mobilização para uma participação constante em defesa do planeta, onde estarão as resistências?

As fotografias de protestos pelas causas ambientais se multiplicam nas páginas do livro didático ancoradas no tema da sustentabilidade. Em um deslocar por entre as composições que emolduram os conteúdos, a fotografia (Figura 29) é vulcanicamente capturada pelo olhar. Ela poderia passar despercebida, no entanto, as reflexões tecidas pelas fotografias anteriores (Figuras 26, 27 e 28) destituem um olhar despretensioso.

Diante de um anseio por movimentar o pensamento e arriscar-se em um exercício de tropas de imagens se faz oportuno não apenas observar, mas também sentir quais imagens irão se desdobrar conforme o olhar transita pela fotografia (Figura 29).

Figura 29– Protestos socioambientais no Sul Global



Fonte: Prisma Ciências Humanas - Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza, p. 144, 2019. Créditos: Joka Madruga/Futura Press.

O movimento de protesto ocorre em solo brasileiro no município de Brumadinho, Minas Gerais. A questão de justiça ambiental é levantada como causa do protesto. A impunidade dos responsáveis pela tragédia do rompimento da barragem de mineração vitimou centenas de pessoas e deixou outros milhares desabrigados. Constituído por trabalhadores e familiares afetados pelo desastre socioambiental, o movimento de protesto busca ações concretas das autoridades governamentais e da empresa responsável para que se faça justiça social.

Na tentativa de exercitar o pensamento para além das tropas de imagens, Gabriel, em um ato reflexivo, sugere uma descrição mais atenta da fotografia (Figura 29), de modo a observar nos detalhes algum tipo de corte ou ruptura que seja capaz de mover a imagem para além da superfície aparente. A fotografia (Figura 29) atrai a atenção pelo seu embaçamento e desconforto visual, motivos que levam a insistir na cena para descrevê-la em seus detalhes.

Diante da imagem o olhar registra um grupo de pessoas espalhadas em um relevo inclinado unidas em um movimento de protesto. A ausência de nitidez na fotografia impossibilita a visualização da maioria das faixas, bandeiras e cartazes, sendo apenas as maiores possíveis de leitura: “Brumadinho: 1 ano de impunidade”; “Justiça para quem?”. Um emblema com o mapa do Brasil na cor verde circulado pela cor vermelha, faixas, bandeiras, cartazes e camisetas, sugerindo tratar-se de um movimento organizado. Não é visível a

presença de fotógrafos, jornalistas e nem de pessoas com aparelhos celulares registrando o momento.

A impunidade é o motor da manifestação mostrada, pela quantidade expressiva de faixas e bandeiras, nos punhos fechados e na ausência de sorrisos. Os braços humanos suspensos em posição de luta colocam o corpo em ação, demonstrando que "nossa luta, então, deve começar pela reapropriação de nosso corpo, a revalorização e a redescoberta de sua capacidade de resistência, a expansão e a celebração de seus poderes, individuais e coletivos" (Federici, 2023, p. 166). O corpo é expressão da resistência e da força legítima do movimento, mesmo quando a imagem se apresenta despretensiosa.

O rompimento da barragem da Mina do Feijão ocorrido em 2019 foi considerado o maior acidente de trabalho registrado no Brasil, levou de imediato ao óbito 272 pessoas e expôs o ambiente e a população às toxidades presentes nos rejeitos de mineração (Costa *et al*, 2020). Os moradores foram duramente atingidos, perderam suas casas, seus empregos e ainda enfrentam água e solos contaminados, além de terem sua saúde física e mental seriamente comprometidas.

O desastre da barragem de mineração em Brumadinho não é um evento isolado. Tragédias semelhantes já ocorreram e outras situações ainda poderão acontecer impulsionadas pela negligência de empresas extrativistas, muitas vezes, multinacionais.

O Brasil, assim como outros países periféricos, se encontra em relação de dependência diante do capital internacional. Essa subordinação às empresas multinacionais favorece a exploração dos seus territórios que, diante de tamanha fragilidade, flexibilizam leis ambientais, trabalhistas, suprimem fiscalizações e facilitam os interesses do capital privado (Costa *et al*, 2020). Essas flexibilizações possibilitam que empresas extraiam o máximo de lucro, negligenciando qualquer cuidado com o local de exploração e quando ocorre um desastre na proporção de Brumadinho se eximem das responsabilidades. A sensação de impunidade afeta os estudantes e estes se sentem acolhidos pelas palavras de Haesbaert (2021, p.359): "basta de 'sacrificar' territórios e pessoas em nome do 'desenvolvimento' ou da mera acumulação capitalista [...]"!

Os estudantes me convidam para a experiência de olhar a fotografia (Figura 29) e me permito, não ausente de dúvidas, mobilizar o pensamento em um deslocar que se desdobra para outros sentidos e percepções. A cor branca me captura e atrai, penso ser ela um modo de atenuar a força do embate ao despertar uma sensação de paz e a convicção de que a causa do movimento, o desastre socioambiental em Brumadinho, é passível de espera, não há urgência em sua resolução.

Diante da tamanha gravidade do desastre, cujos efeitos são ainda fortemente sentidos, questiono sobre qual seria a intenção de dispor uma fotografia embaçada, com ausência de nitidez (Figura 29) nas páginas do livro didático? A falta de nitidez é intencional e busca mostrar um amontoado de pessoas em um movimento desorganizado buscando por justiça, assemelhando-o a uma balbúrdia e, assim, causando desinteresse dos estudantes para os problemas ambientais existentes em seu país.

Ademais, percebo diferentes intenções diante das fotografias de protestos: enquanto as fotografias do Sul Global estão alinhadas aos desastres socioambientais, as fotografias do Norte Global se vinculam à crise planetária. No entanto, as mudanças climáticas e os desastres ambientais se amalgamam na mesma condição estratégica de organizar o futuro, no sentido de estarem no bojo das implementações de projetos de segurança que garantam uma forma de fazer viver para um futuro que seja sustentável (Lima; Maciel; Tashima, 2017). Desse modo, a sustentabilidade versada nos livros didáticos por meio das fotografias de movimentos de protestos percorre por duas vertentes: para o Norte Global - a causa climática; para o Sul Global - os desastres socioambientais. Novamente a luz da Modernidade é projetada colocando os países ditos menos desenvolvidos num cenário de destruição ambiental, enquanto os países ditos desenvolvidos, que são os principais responsáveis pela atual situação, são vistos como porta-vozes na defesa em relação a essas mesmas destruições.

O pensamento ainda tencionado me conduz a imaginar por um instante se os países do Sul Global estariam menos submetidos às ecopolíticas, aquelas que regulam o modo de agir em prol da formação de sujeitos resilientes diante do colapso ambiental. No entanto, o ressoar da modernidade atravessa meus sentidos e percebo que a resiliência é um modelo a ser seguido e reproduzido nos países do Sul, colocando-nos diante de um espelho "civilizatório", tornando os problemas ambientais locais e seus inúmeros movimentos de resistências meramente sem importância.

Desse modo, estariam os livros didáticos neutralizando movimentos de resistência ou seria mera causalidade a exibição da fotografia em análise (Figura 29) em suas páginas? A interrogativa faz ainda mais sentido quando percebo o predomínio da cor branca remetendo à paz e a distribuição dos manifestantes um tanto desordenada, colaborando para a aceitação da falta de organização desses grupos, julgando-os muitas vezes, como partes de um movimento sem propósito e destituído de potência.

Neste instante, meu olhar, carregado de uma intensidade capaz de subverter qualquer ponta de aceitação, se volta para os corpos dos manifestantes e percebo o quanto o movimento

de protesto é legítimo. Com os braços erguidos e punhos fechados a luta é sinalizada. Nesse reencontro com nossos corpos, encontramos o caminho para agir no mundo (Ferdinand, 2022).

Assim, “ao mobilizar intensamente as sensações de nosso corpo nos engajamos não apenas para resistir às ameaças sofridas mas, sobretudo, para afirmar a vida-nossa e de outros seres e transformar positivamente a nossa existência” (Hasbaert, 2021, p. 354). Diante de tamanha opacidade plasmada em uma fotografia de protesto do Sul Global, procurar compreender como estão dispostos os corpos é um modo de sucumbir com as possíveis resiliências e acentuar as notáveis resistências.

Os estudantes parecem satisfeitos com as reflexões tecidas diante das fotografias de sustentabilidade, o que é percebido pelo som das páginas do livro didático que se fecham e pelo movimento de seus corpos se deslocando rumo às suas carteiras escolares. De sobressalto, Raíssa, mais uma vez, inquieta diante das fotografias, desmobiliza a classe com um grito de espanto constituído por um misto de emoção e evocação.

- Venham ver essa fotografia. É de um Yanomami!

Curiosos, os estudantes se aproximam de Raíssa e iniciam o exercício de tropas de imagens: é um líder yanomami brasileiro que está em uma roda de conversa, expondo para as pessoas presentes a situação do planeta e dos povos indígenas diante das agressões que estes vêm sofrendo em seus territórios, principalmente por empresas mineradoras. Esses ataques deixam um rastro de devastação, florestas são derrubadas, rios e solos são contaminados, os animais padecem e humanos adoecem, conduzindo ao extermínio dos seres que habitam esses territórios e, consequentemente, ocorre a degeneração da vida no planeta.

A inquietude diante das imagens que chegam com rapidez no pensamento aguça o olhar que se mantém atento aos detalhes da cena fotográfica (Figura 30). O líder xamã yanomami, Davi Kopenawa é o foco central na fotografia. O adorno na cabeça e o colar envolto ao pescoço evidenciam sua identidade. A estampa de uma árvore se destaca no branco da camiseta e a calça em um tom terroso claro traz uma sensação de amenidade. O corte fotográfico impossibilita a observação do calçado que acolhe seus pés, permitindo à imaginação realizar o feito. O olhar de Kopenawa carrega certa acidez, algo desprovido de ilusão, somado a uma pitada de desconfiança, um certo desalento sem perder a ternura.

Imersos nos detalhes que constituem a cena fotográfica (Figura 30) os estudantes se veem diante do desejo de ir além, desdobrar o pensamento na tentativa de entender a imagem de um xamã yanomami sendo cooptada no tema da sustentabilidade em um livro didático.

Figura 30– A luta é também ambiental



Fonte: Módulos para o Novo Ensino Médio. Indivíduo, Natureza e Sociedade, p. 117, 2020. Créditos: Flavio Moraes.

Aos poucos me vejo diante da fotografia, agrupada aos estudantes, permitindo-me, junto com eles, mobilizar as imagens no pensamento a ponto de deixar fraturar o que se mostra cristalino, sensível para expandirem outras percepções capazes de formar outras conexões até então não pensadas.

Davi Kopenawa é um líder xamã yanomami e ativista na causa indígena e ambiental. A luta pela sobrevivência dos povos originários e a defesa pela floresta são temas frequentes em seus diálogos, como em "vocês destroem a floresta, pensando que está vazia, mas não está. Há nela muitas de nossas casas e nós bebemos a água desses rios que vocês sujam!" (Kopenawa; Albert, 2015, p. 338). Portanto, cada espaço de debate é deveras importante não apenas para a manutenção da floresta e dos povos originários, mas para a manutenção da vida na Terra e a própria existência dos seres humanos e não humanos.

As ameaças constantes colocam os yanomamis em estado de alerta e os discursos que permeiam as esferas governamentais em defesa de seus territórios não são revertidos em ações

capazes de mantê-los seguros. A presença de humanos estranhos aos yanomamis sacode a paz na floresta, o que para eles se torna um suplício. Nas palavras de Kopenawa (2015), as vozes dos brancos estão em nossa mente e se eles parassem de se aproximar e destruir a floresta, tudo voltaria a ser silencioso como antes, nosso espírito se aquietaria tudo estaria tranquilo como nos tempos de nossos ancestrais.

Diante da luta desenfreada pela manutenção de seus territórios, Kopenawa (2015) segue abrindo espaços de fala em defesa não somente dos povos das florestas, mas de todos os seres que constituem essa constelação e que mantém a vida na Terra. “Porque os povos originários têm outras contribuições ao debate, tanto sobre a pólis quanto sobre as ideias de natureza, ecologia e cultura” (Krenak, 2022, p.89). O seu esforço é contínuo e proteger a vida de todos os seres lhes garante espaços em setores da sociedade civil para denúncia e reflexões que não são somente pela causa indígena. Desse modo, Kopenawa (2015) entende que sua relação com os outros seres das florestas está interligada, não há fraturas e, assim, aproveita o ensejo para mostrar para a sociedade que a dupla fratura colônia e ambiental da Modernidade, que aparta a história colonial da ambiental do mundo (Ferdinand, 2022), não se manifesta em seus territórios.

A distância entre os movimentos ambientalistas e pós-coloniais dificulta a compreensão de que todos os seres, humanos e não humanos, estão interligados; não há algo separado do todo. Recuperar essa visão, tão próxima de nós pelos povos Yanomamis, por exemplo, possibilita formar um corpo coeso na luta pela vida, seja ela de uma arara azul ou de um jovem negro de periferia. “Esse agir coletivo permite politicamente tomar corpo, recuperar nossos corpos nas malhas misóginas e racistas do mundo e protegê-los das feridas ambientais de uma economia de *plantation* guiada por um mercado capitalista globalizado” (Ferdinand, 2022, p. 229). Atuar coletivamente é sair desse modo separado diante das lutas sociais, pois estas estão diretamente conectadas com as causas ambientais. Uma floresta derrubada para o cultivo da monocultura dizima os seres que ali convivem e o humano explorado pelo trabalho se vê tão frágil quanto os outros não humanos que perderam suas moradas.

Davi Kopenawa é uma presença marcante na defesa dos territórios dos povos indígenas e de todos os outros seres que habitam as florestas, no entanto, na sua imagem refletida na fotografia (Figura 30) do livro didático se mostra como um defensor solitário, muito diferente das fotografias relacionadas ao ativismo ambiental do Norte Global. Não há manifestantes a sua volta, não há movimentos de protestos, não há povos das florestas, não há presença de não humanos. Será Kopenawa um ativista solitário?

A pacificidade contida na cena fotográfica (Figura 30) contrasta com o seu modo de vida, na qual o embate com garimpeiros em seus territórios é constante, tendo sua vida ameaçada rotineiramente. Estaria sua imagem alinhada a uma sujeição? Qual o perigo iminente ao mostrar uma fotografia de um líder xamã yanomami do Sul Global em um movimento de protesto? O que desencadearia uma cena de protestos com os povos yanomamis na temática da sustentabilidade nos livros didáticos? Talvez destoasse das intenções do projeto sustentável, cujo objetivo é lucrar com a natureza por meio de um capitalismo verde. Para Krenak (2020), a sustentabilidade é um mito, termo inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza. Desse modo, expor a imagem de Davi Kopenawa desse modo tranquilo pode se traduzir em impotência. Não há temor na representação do indígena nessa situação de lugar de fala. Não há embate a ser mostrado.

Sendo Kopenawa um porta-voz dos povos originários, a sua imagem na fotografia (Figura 30), posicionado em lugar de fala, pode sugerir que o debate é exclusivamente indígena e que sua luta se restringe à defesa de seu território. Diante disso, é comum pensar que a causa indígena é um caso isolado, não faz parte do mundo "civilizado", o que nos coloca em um estado de conformação perante a degradação ambiental e o extermínio da vida, seja ela humana ou não humana. Ademais, mostrar Kopenawa solitário, cabisbaixo e sentado em uma cadeira, sugere passividade e sujeição, deixando de associá-lo como um ativista no campo das resistências e submetendo-o aos modos das resiliências.

Raíssa direciona o olhar para os colegas que parecem satisfeitos com as reflexões partilhadas. No entanto, percebo sua inquietação quando lança seu olhar a mim, parecendo demonstrar, com o pensamento transbordando de conexões, que as dúvidas sobressaem às certezas. Ela quer continuar a varrer as páginas do livro didático em busca de silenciar o seu ruído mental provocado pelas análises das fotografias, mas o sinal-sirene ecoa pelos espaços da escola, indicando que é de tempo de pausar.

Bloco 3

SUSTENTABILIDADE NATUREZA





Crédito: Rosangela Melatti

Figura 31 – A sustentabilidade da floresta



Fonte: Multiversos Ciências Humanas. Sociedade, Natureza e Sustentabilidade, p. 116, 2019.
Créditos: André Dib/Pulsar Imagens.

Após a curta pausa possibilitada pelo sinal-sirene, conforme vou saindo em direção à sala dos professores, Raíssa se aproxima, livro didático aberto nas mãos, apontando para a fotografia (Figura 31). Percebo que ela foi tomada pelo sabor delicioso do conhecimento. Prometi que na próxima aula daríamos continuidade e, então, partiu sorridente rumo à sala de aula.

Na semana seguinte, enquanto caminho pelo corredor em direção à sala de aula, Raíssa me aguarda na porta, sorrisos são esboçados e me sinto feliz em ver uma estudante com tamanho desejo de exercitar o pensamento. Os colegas já sabiam de sua intenção e logo no início da aula solicitaram que ela exprimisse em bom som as imagens que vinham em seu pensamento a partir de sua mirada à fotografia (Figura 31).

É uma floresta densa, expressa Raíssa, provavelmente na Amazônia brasileira, e está preservada. Possui árvores de grande porte, muita biodiversidade, um banco genético de espécies animais e vegetais. Além de ser reguladora do clima no planeta, é um verdadeiro tesouro da humanidade.

Fabrício se mantém absorto na fotografia (Figura 31) e aos poucos vai descrevendo os elementos que a compõem: o registro fotográfico foi capturado do alto de alguma aeronave e chama a atenção pelo verde das copas das árvores, as quais formam um dossel esplêndido. Pela robustez e densidade de suas árvores, indica ser uma floresta tropical, situada em um país do Sul Global.

Ao observar a legenda da fotografia (Figura 31), Fabrício constata tratar-se de um trecho preservado da floresta Amazônica, localizada na cidade de Porto Velho/Rondônia/ Brasil. É destaque também na legenda a importância de evitar o desmatamento, pois os países que possuem florestas preservadas podem ser receptores de créditos de carbono.

Os diferentes tons de verde da floresta compõem o dossel formando um tecido mais ou menos homogêneo, embora se percebam variações na altura das árvores. São poucas as árvores que se apresentam sem folhas verdejantes e aquelas que assim permanecem talvez já tenham cumprido seu ciclo de germinar, crescer e florescer. Ainda assim, continuam ali, acolhidas e integradas ao todo da floresta. A névoa na parte superior da fotografia (Figura 31) mostra a umidade que emana das árvores, tornando possível perceber a transpiração das folhas na floresta. A diversidade de espécies vegetais que compõem o dossel pode ser observada pelas formas dos galhos e folhas de suas árvores, assim como as variações de seus tamanhos e espessuras.

Raíssa e Fabrício permanecem com os olhares fixos na fotografia (Figura 31), de modo a "escavar" o que se mostra na superfície, eles sabem que "[...] abrir os olhos exige desarmá-lo primeiro, desapossá-los de qualquer preconceito e qualquer estereótipo, para rearmá-los em seguida, dar a eles essa potência de olhar, logo, de pensamento, que faz falta a nosso habitual consumo de imagens" (Didi-Hubermam, 2018, p. 134).

A fotografia (Figura 31) envolve o olhar proporcionando uma sensação agradável, a floresta respira e cada exalação é sentida por todo o corpo de quem a observa. Possivelmente outras reflexões surgissem se a legenda, posicionada abaixo da fotografia (Figura 31), não tivesse sido lida, porém, ela perturba, incomoda e rasga o deleite experimentado. A floresta é vista como uma fonte de recursos ao situá-la como receptora de créditos de carbono, de modo a condicionar sua preservação ao lucro.

"O crédito de carbono é a moeda utilizada no mercado de carbono, empresas que possuem um nível de emissão muito alto e poucas opções para redução podem comprar créditos de carbono para compensar suas emissões" (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, 2023, p.1). Desse modo, se outra área estiver sendo explorada, desmatada para extração de minério, por exemplo, é possível para a empresa mineradora

manter a exploração por meio da compra de créditos no mercado de carbono como forma de compensação.

Preservar a floresta a Amazônica em troca de créditos de carbono não seria de todo mal, de vez que estes tendem a ser os mais altos no mercado internacional, principalmente nas unidades de conservação e nas terras indígenas, que são áreas protegidas e atuam como importantes sumidouros de carbono (Barros; Arenas, 2025). Somente nessas áreas estima-se que existam dois milhões de km² (200 milhões de hectares) que poderiam ser revertidos em cerca de um bilhão de toneladas de crédito de carbono por ano, ou seja, com um valor aproximado de vinte dólares a tonelada de CO_2 no mercado voluntário, renderiam à floresta, nessas áreas, vinte bilhões de dólares anuais (Barros; Arenas, 2025).

De algum modo, os povos indígenas deveriam ser os principais beneficiados com o lucro gerado pelos créditos de carbono, pois é em seus territórios que a floresta se mantém intacta. Ainda assim, permeia a dúvida sobre se essa lucratividade seria suficiente para mantê-los livres de garimpeiros, grileiros, empresas madeireiras e de tantos outros modos de invasão. A preservação das terras indígenas e unidades de conservação na Amazônia é fundamental para que esse mercado exista. Se a floresta vale tanto preservada, porque continuam desmatando, extraindo minerais e dizimando as vidas ali existentes?

Mais uma vez, Raíssa e Fabrício percebem que nos livros didáticos a sustentabilidade mostrada por meio de fotografias reforça a associação entre natureza e economia, ao tratar seres humanos e não humanos como meros recursos. Nem mesmo uma fotografia (Figura 31) de um dossel está livre de ser trocada por moedas. É como se o único destino para a floresta fosse esse modelo chamado de sustentável, que segrega mais do que agrega e transforma tudo em mercadoria. Lembra Kopenawa (2015) que nenhum valor pode comprar a terra, a floresta, os morros e os rios.

A floresta não é passível de governar; ela não pertence a países nem aos povos da floresta, pois se um povo da floresta acreditar possuí-la, este já não é mais povo da floresta: tornou-se branco ou pobre. A floresta, no caso a Amazônica, pertence a si mesma - e nós todos somos parte dela (Brum, 2021). Se somos parte dela, a sustentabilidade não é o único ou o melhor caminho a ser seguido, outros modos de ser e existir também devem ser mostrados nas fotografias de um livro didático de Geografia. Quem sabe assim a coexistência passe ser regra e não exceção.

Figura 32 – O consumo verde, a sustentabilidade da rã-dourada



Fonte: Interação Humanas – As sociedades humanas, seus desafios e percursos, p. 124, 2020.
Crédito: GettyImages.

Diante de fotografias de trabalho, conferências, ativismo e florestas alusivas à sustentabilidade, salta aos olhos um animal!

Pedro, apaixonado por biologia, não se contém e chama a atenção da turma através do som de suas mãos na página do livro didático: Plaft! Os colegas se entreolham, meio que de espanto, de vez que ele é um menino um tanto silencioso e muito estudioso. Sem muito esforço caminham em sua direção, curiosos para saber o que tem a dizer. Pedro se arrisca a olhar para a fotografia (Figura 32) e diz apressadamente: “o que está na ponta da nossa mente é o que emerge primeiro, porque nos poupa tempo e esforço” (Brum, 2021, p. 64). É um sapo amarelo que habita as florestas úmidas das regiões tropicais e está ameaçado de extinção, espécie venenosa e perigosa! A rapidez com que as imagens chegam até sua mente convida para um olhar mais demorado e ele, ao inclinar-se sob a cena (Figura 32), busca por detalhes capazes de trazer outras informações possíveis.

A fotografia (Figura 32) é um recorte que mostra um animal na cor amarela, popularmente chamado de rã-dourada. Apresenta orifícios próximos da mandíbula, parece haver um canal de comunicação entre os orifícios frontais e os próximos aos olhos castanhos,

mostrando a íris em tom amarelado. Possui três pintas pretas na parte dorsal e suas garras na cor preta se destacam na coloração amarela. A rã está em um ambiente úmido, sendo possível ver a presença de água e o solo de cor ocre sugere ser composto de argila. A legenda abaixo da fotografia (Figura 32) identifica ser a espécie *Phyllobates terribilis*, um anfíbio venenoso das florestas equatoriais e tropicais, indicando que as substâncias contidas na espécie podem levar à produção de novos analgésicos.

Habitante da floresta amazônica colombiana, esse simples sapinho de aproximadamente três centímetros, de cores vibrantes e aparentemente inofensivo, é o animal vertebrado mais letal do mundo e possui uma toxidade capaz de matar predadores e seres humanos em poucos minutos. Na floresta a sua coloração chamativa é um fator importante para espantar possíveis predadores e agressores, sendo uma estratégia de sobrevivência (Carvalho, 2023). Para os povos indígenas o veneno serve como arma, particularmente para os emberás, os quais utilizam a substância há milhares de anos nos dardos de suas zarabatanas que, depois de aquecidos no fogo, são esfregados nas costas das rãs, fazendo com que o calor das costas umedeça o veneno, tornando facilmente acessível (Carvalho, 2023; Alvarez; Wiley, 2025). A espécie, a rã-dourada, está ameaçada de extinção, devido ao desmatamento, à poluição e também à sua captura como animal de estimação, de vez que em cativeiro o veneno se torna menos potente (Alvarez; Wiley, 2025). A espécie, tão minúscula, perigosa e bela, atrai o humano que ao se perceber superior dos demais seres não humanos, entendidos por Brum (2021) como mais que humanos, a transforma em mercadoria, em objeto de consumo.

A rã-dourada, estampada na fotografia (Figura 32) no livro didático, na temática da sustentabilidade se mostra como mercadoria, o recorte visual a isola dos outros seres que compõem o seu habitat, a floresta. Por ser perigosa e venenosa pode provocar um distanciamento e temor nos estudantes, o que facilita a sua exploração. Ela está sozinha, passível de apropriação, de modo a situá-la como fonte de recurso ao indicar o seu veneno como substância para a indústria farmacêutica. O capitalismo não está interessado na manutenção da vida, mas no que será cooptado a partir dela. A rã-dourada é só mais uma fonte de lucro.

Para Federici (2023), um dos objetivos mais implacáveis do capitalismo é a transformação do corpo em máquina, inclusive o dos animais. Esses corpos-máquina mantêm as engrenagens do sistema em funcionamento, mesmo que a vida se dilacere pelo caminho. “As gerações futuras provavelmente não perdoarão nossa falta de preocupação prudente com a integridade do mundo natural que sustenta a vida” (Carson, 2010, p. 28).

Sobre preservação da vida os povos da floresta sabem bem, convivem há milhares de anos com a espécie *Phyllobates terribilis* sem que seja preciso destruir seu ecossistema ou torná-la sua propriedade. A rã-dourada os compõe; é intrínseco, é cosmológico... ela os defende dos intrusos que invadem a floresta, ela lhes oferece alimento por meio da caça. A partir do instante em que essa espécie entra em processo de extinção, os povos da floresta se tornam vulneráveis, seus territórios são invadidos com mais facilidade, seus dardos de defesa não conseguem extrair o veneno, a morte da rã-dourada é a sua própria morte.

Um pingo de água cai sobre a fotografia (Figura 32) e os olhares se voltam para Pedro que, com os olhos marejados, não consegue compreender como nós humanos somos capazes de fragmentar ecossistemas, de capturar vidas e nomear isso de sustentabilidade.

Figura 33 – A sustentabilidade do lítio



Fonte: Moderna Plus, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Natureza em transformação, p. 112, 2020. Créditos: Van Alvarado/File Photo/Reuters/Foto Arena.

O pensamento divaga por entre as fotografias do livro didático e a temática da sustentabilidade se torna cada vez mais ambígua. Cada fotografia escolhida se mostra em algo inimaginável, fazendo com que os exercícios com as imagens abalem certezas cristalizadas.

Diante da fotografia (Figura 33), as imagens que chegam continuam a instigar, não para encontrar respostas, mas cooptar outros modos de ver.

Robert, apaixonado por Geografia, agora também está entregue às fotografias e, diante dos colegas da classe, vai elencando as imagens que chegam ao pensamento: uma área de mineração despovoada e propícia para a extração mineral, composta por quadrados dispostos uniformemente, o que evidencia o uso de tecnologia no processo de extração. A área fica em um deserto, provavelmente no Chile ou Argentina, sendo o lítio o mineral em questão. O empreendimento é lucrativo, pois o carro elétrico e outras inovações deste século empregam o lítio em sua produção, trazendo benefícios para os países da América do Sul, ao alavancar o seu desenvolvimento econômico.

Pablo não se contém e se aproxima de Robert, que já tinha ao seu lado Luana e Mariana e juntos vão descrevendo os detalhes que seus olhos veem através da fotografia (Figura 33). A imensidão captura os olhares provocando uma sensação de plenitude, talvez relacionada com o registro fotográfico feito do alto, por algum drone. Em figuras geométricas, quadrados são dispostos um ao lado do outro, compondo um mosaico em tons azuis mesclados com tons de verdes e cinzas. O ambiente desértico, cercado por uma planície rodeada de montanhas, ganha tons que se assemelham ao céu encoberto por nuvens que em alguns pontos se mostram em um azul assemelhado a diferentes tons das piscinas quadradas. Não se veem moradias, tampouco sinais de presença humana. A aridez predomina, evidenciando um ambiente inóspito e desprovido de vida. Os detalhes se diluem na gigantesca estrutura de extração mineral. O deserto tem um nome, Atacama, o mineral, lítio, o país, Chile.

A inquietação povoa os pensamentos de Pablo diante da incompreensível presença da gigantesca instalação de mineração naquele lugar aparentemente inóspito. Aproximo-me do grupo na tentativa de juntos pensarmos sobre a fotografia (Figura 33), para tentarmos assim absorver dela outras imagens e possibilitar fazer outros arranjos até então não imagináveis.

A cena fotográfica (Figura 33) se destaca pela exploração mineral de lítio no deserto do Atacama. A região abriga um ambiente composto por lagoas com hipersalinidade que, devido às elevadas taxas de evaporação, formam salmouras naturais com alta concentração de sais. Essas condições despertam grande interesse econômico pelo elevado teor de lítio nas salmouras (Gajardo; Redón, 2019). Diante da abundância do mineral, uma das maiores reservas do mundo, o Salar do Atacama torna-se um dos pontos estratégicos na América do Sul para exploração do lítio, amplamente utilizado nas novas tecnologias, como os carros elétricos.

O método predominante empregado nas salinas do Atacama para a extração do lítio, segundo Lewkowicz (2022), é tradicional. Sendo realizado por meio da evaporação e adição de cal e sódio, consiste em bombear a salmoura das profundezas dos salares e concentrá-la em grandes piscinas por 12 a 18 meses. O líquido resultante, rico em cloreto de lítio, é então canalizado para uma fábrica, onde são aplicados solventes para transformá-lo em carbonato de lítio, um composto sólido.

Para produzir uma tonelada de lítio são necessários 500 mil galões de água, de modo que as atividades mineradoras consomem 65% da água que já é escassa (Bauer, 2020). Isso se torna preocupante por ser uma região marcada por alta taxa de evaporação e baixa precipitação, fazendo com que o desvio de águas se configure em graves ameaças à estabilidade das lagoas hipersalinas e, consequentemente, à presença de aves aquáticas (Gajardo; Redón, 2019), além de todas as outras existências. A vida ali no Salar se fragiliza diante do uso da água para a mineração, desestabilizando um ecossistema singular e extremamente sensível à escassez hídrica.

Mas não seria o Deserto do Atacama um ambiente inóspito e desprovido de vida como mostra a fotografia (Figura 33)? Diante do aparente vazio, o Atacama é considerado um patrimônio natural, sendo habitat essencial para flamingos e aves limícolas, como também um ecossistema fundamental para as espécies inter-hemisféricas migratórias, como por exemplo, o Maçarico-de-Baird (*Calidris bairdii*), entre tantas outras (Gajardo; Redón, 2019).

O Atacama não é só fundamental para as aves. Convivem no Salar comunidades com suas tradições, culturas e linguagens, as quais se mantêm conectadas com esse ambiente há centenas de anos, sendo parte essencial de suas existências, de modo que a exploração mineral na região coloca em xeque o futuro imediato dessas comunidades e de sua cultura (Corbisier, 2024). O vazio visto na fotografia (Figura 33) silencia a multiplicidade de formas de vida que ali coexistem e legitima a exploração mineral em um ambiente que se traduz como desabitado.

Diante de um ambiente em que a vida parece não se manifestar, setores da mineração, com participação do Estado, buscam convencer a sociedade de que a extração de lítio trará benefícios para o país. Estratégias de *marketing*, com propagandas que tratam de temas ambientais, como transição energética e redução da poluição, são utilizadas como justificativas diante da exploração mineral. Tais estratégias estão associadas ao *greenwashing*[17], ou seja, criam-se imagens e narrativas ambientais positivas que normalmente não correspondem à realidade (Castro de Jesus; Oliveira Neto; Araujo da Silva, 2023).

---

[17] *Greenwashing* em tradução literal significa lavagem verde.

Tais narrativas de descarbonização do ambiente promovidas pela exploração do lítio se articulam ao discurso da sustentabilidade dentro de um *marketing* da economia verde que, em essência, constitui apenas outras formas de exploração. Segundo Krenak (2020), "estar com aquela turma me fez refletir sobre o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza" (p.16). Sendo assim, a exploração do ambiente persiste, uma vez que a substituição dos combustíveis fósseis pelo lítio não rompe com essa lógica, apenas desloca o foco para um novo material de interesse do capital.

Diante da fotografia (Figura 33) que aborda a temática da sustentabilidade torna-se evidente o alinhamento com as narrativas de *greenwashing*, nas quais a importância atribuída ao ambiente permanece vinculada à lógica de exploração econômica, na qual usurpar, extrair e esgotar são modos naturalizados de habitar a Terra.

Percebo o desapontamento dos estudantes ao constatarem que os carros elétricos, a nova onda de consumo, se mostram conectados a novos modos de apropriação de materiais ainda abundantes no planeta, colocando em dúvida a preocupação com o colapso ambiental em curso.

As narrativas de mundo onde só o humano age silenciam todas as outras presenças (Krenak, 2020), como se elas não fizessem parte dessa cosmologia que constitui a vida. Por isso torna-se urgente repensar a Terra para além do extrair; é preciso rumar em direção a um coexistir que seja capaz, nas palavras de Krenak (2020), de recriar mundos possíveis.

Sorrateiramente, Ingrid deixa seu livro didático aberto na carteira de Raíssa, de modo que, entre uma reflexão e outra, seja notada a fotografia (Figura 34) que tanto gostaria de compreender, mas que diante de sua timidez não ousou mostrar ao grupo. Júlia, afoita na procura por fotografias, já havia folhado diversas vezes o livro e nada lhe chamava a atenção, até que seus olhos capturaram o livro aberto ao lado, mirando a fotografia escolhida por Ingrid e, meio que de ímpeto, alardeia os colegas de modo a convocá-los deliberadamente para ver a fotografia. Ingrid esboça um sorriso e se aproxima comedidamente do grupo.

Júlia inicia o exercício com as imagens que lhe vem ao pensamento:

> É um rio poluído, esgoto a céu aberto e se localiza na periferia de uma metrópole. O bairro é considerado uma favela e está situado em um país pobre. Há descaso do poder público com a área e com as pessoas que ali residem. O rio se mostra ausente de vida, há uma quantidade expressiva de lixo, o que provavelmente pode ter sido trazido por uma enxurrada, exala mau cheiro e contribui para a proliferação de diversas doenças.

Figura 34 – O consumo que agoniza a vida



Fonte: Prisma Ciências Humanas. Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza, p. 97, 2019.
Créditos: Cesar Diniz/Pulsar imagens.

Gabriel, um espectador diante da fotografia (Figura 34), contempla os detalhes que constituem a cena e vai expressando diante do grupo a sua leitura:

> A poluição hídrica se destaca na fotografia (Figura 34), cujos plásticos imperam entre os resíduos. Isopor, enlatados, tubos de aerossóis, latas, garrafas de refrigerantes, sacos plásticos, chinelos, galhos de árvores e outros restos de vegetais compõem o montante que parece estar entulhado em um rio morto. Sem oxigênio e de coloração acinzentada, o córrego não possui proteção em suas margens, a mata ciliar foi totalmente arrancada e substituída por resíduos humanos. Alguns poucos vegetais resistem nos barrancos e competem com plásticos os espaços de vida. Ao fundo, diante das montanhas de resíduos, são vistas duas tubulações de saída de esgoto ou de escoamento pluvial. Algumas árvores isoladas parecem traçar uma fronteira natural que separa a área degradada do restante do bairro localizado no município de Juazeiro, na Bahia. Despontam no horizonte edificações e postes de iluminação, delineando a paisagem urbana que se prolonga para além do córrego e, sobre nuvens em um céu cinzento, o ambiente se mostra completamente hostil.

Diante da fotografia (Figura 34), Julia se vê compelida a repensar a cena fotográfica para além dos detalhes visíveis, desejando afinar o olhar, como na perspectiva de que “É preciso saber aquilo que vemos, mas é preciso também saber ver o que se sabe, para tornar esse saber mais preciso, mais encarnado, mais aguçado” (Didi-Hubermam, 2018, p. 127). Os

olhares dilatam sobre a fotografia no movimento de saber ver e ver o que se sabe, buscando ampliar os sentidos que emergem para além dos detalhes que constituem a cena.

O córrego que aparece em destaque na fotografia (Figura 34) se localiza em Itaberaba, um bairro da periferia do município de Juazeiro, Bahia, no Brasil do Sul Global. Aparece isolado, como se não afetasse a vida dos moradores do bairro, no entanto, ele está intimamente ligado ao cotidiano da comunidade. As casas que teimam em não aparecer na fotografia estão ali e convivem com o córrego sem vida. Nessas moradias vivem populações de baixa renda, realocadas de domicílios em situação de precariedade e que, por carregarem o estigma da pobreza, se veem sem meios adequados para levar suas demandas ao poder público ou garantir o respeito a seus direitos (Souza; Duccini, 2017). Entre tantos direitos que lhes são usurpados está o de conviver com um ambiente saudável e usufruir de um riacho de águas límpidas.

Mas o riacho se mostra solitário na fotografia (Figura 34), como se ele não afetasse e não fosse afetado pelo seu entorno que também se mostra despovoado. Nem mesmo a presença dos outros seres não humanos é nitidamente visível. Diante disso, é comum olhar para um rio poluído e não se sentir parte dele. “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (Krenak, 2020, p. 49).

De modo irracional, os humanos se veem apartados dos demais seres não humanos, aqueles que o discurso moderno insiste em nomear de natureza e, assim, a despersonalização do rio passa a ser justificada em nome do progresso no bairro de Itaberaba. Em 2006 um centro de compras da bandeira Carrefour - o Atacadão - se instalou nas dependências do bairro e em 2016, inaugurou-se um Shopping Center (Souza; Duccini, 2017). É possível perceber que, embora os moradores se sintam acolhidos pela chegada de empresas no bairro, motivados pela oferta de empregos, pelas obras de infraestrutura e pela possível superação do estigma da pobreza, essa conjuntura, chamada de progresso se traduz na própria forma da catástrofe (Safatle, 2024), não apenas social, mas também ambiental.

É como se o ambiente onde o bairro de Itaberaba está localizado não tivesse a devida importância para a sociedade, estando relegados a um viver estéril. O córrego sem vida se torna um problema para a comunidade e diante das implicações que ele traz, entre elas, a poluição e proliferação de doenças, o desejo é suprimi-lo por meio da canalização, sendo dificilmente pensado o contrário, na sua possível recuperação. As obras de infraestrutura são desejáveis para garantir o mínimo de conforto aos moradores do bairro, no entanto, suprimir o

rio de seus convívios é negar a profunda relação entre humanos e seres não humanos e conduzir inevitavelmente à precarização da vida.

Sob a aparência de desenvolvimento, instaura-se um movimento que leva à exaustão dos seres não humanos, reduzindo-os a meros recursos em um ambiente finito. Essa lógica se articula diretamente com formas de violência estrutural que, para Safatle (2024), é um modo de internalizar e naturalizar a opressão. No caso dos moradores do bairro de Itaberaba, que convivem rotineiramente em um ambiente destituído de garantias, a precariedade é vivida como condição normalizada da existência.

Por isso há de se considerar que essa violência que acomete os sujeitos se soma a uma crise psíquica, nas palavras de Safatle (2024):

> A crise ecológica, crise na relação entre sociedade e natureza, sempre será acompanhada de algo que poderíamos chamar de "crise psíquica". Sua superação não exige apenas uma negação do desenvolvimento econômico, mas uma negação do tipo de sujeito que nos tornamos. Não há pacto ecológico possível sem que haja algo como um outro pacto psíquico (Safatle, 2024, p. 103).

É uma violência internalizada, que acomoda sujeitos, que adoece a mente, que os torna incapazes de romper com as estruturas mentais limitadoras da capacidade de criar e estar no mundo. A crise psíquica se amálgama à crise ambiental compondo um cenário de catástrofe.

Diante dos territórios degradados é possível pensar no rio como um sujeito que também sofre violência, pois ele não é um elemento externo à vida, ele constitui, em alguma medida, aquilo que somos. Ao deixarmos de reconhecê-lo como um elo da nossa existência, talvez não sejamos dignos dessa morada chamada Terra. "Ora, se a principal marca dos humanos é se distinguir do resto da vida terrestre, isso nos aproxima mais da ficção científica que defende que os humanos que estão habitando a Terra não são daqui" (Krenak, 2020, p. 55). Ora, humanos que se compreendem como parte da mesma constelação, onde a vida pulsa em cada ser que aqui habita, vão entender que manter um riacho imerso de peixes, plantas, insetos, pássaros e todos os demais seres que compõem a vida é necessário para garantir a própria existência.

Ingrid parece satisfeita com as reflexões tecidas pelos colegas diante da fotografia por ela escolhida. Seu pensamento divaga diante da fotografia (Figura 34) e percebe que o foco da sustentabilidade se limita ao córrego poluído, ignorando as múltiplas nuances que o atravessam e o conduzem àquele estado.

Ampliar o olhar talvez seja necessário para pensar o córrego como ponto de passagem de forças que envolvem consumo, exclusão, desamparo e silenciamento. Carece mirar diante

daquilo que já está em ruína para tentar compreender quais são as engrenagens que a produzem e sustentam. Progresso e catástrofe se articulam com a violência (Safatle, 2024), o que se vende como avanço frequentemente opera como apagamento de mundos.

Figura 35– Desenvolvimento Sustentável? Sustentabilidade?



Fonte: Conexões - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Sociedade e meio ambiente, p. 76, 2020. Créditos: Graham Prentice/Alamy/Fotoarena.

Fotografias ilustrando fontes de energia alternativas estampam as ruas em imensos *outdoors*, circulam pelos sítios da internet e estão também presentes nas páginas dos livros didáticos. A sensação ao vê-las é de que o mundo está rumando para a descarbonização e que uma possível saída para a crise climática está próxima.

Ressoam em mim as reflexões geradas com o grupo de estudantes sobre a extração do lítio e, ao ver a fotografia (Figura 35), me permito um momento para pensar as imagens que me vêm à mente. Cada pessoa carrega em pensamento uma construção de imagens registradas a partir do que seus olhos observaram ao longo da vida, de modo que as imagens que chegam a mim não são necessariamente iguais às do outro.

Assim, sem muito controle, vou elencando as imagens que se aproximam a partir do que meu olho observa na fotografia (Figura 35): captação de energia eólica, provavelmente no

nordeste brasileiro; as hélices giram conforme a velocidade do vento gerando energia para a região; é considerada uma fonte energia renovável e não poluente; coloca o Brasil na dianteira da inovação de tecnologias sustentáveis, combatendo as mudanças climáticas, contribuindo para a diminuição da emissão de carbono para a atmosfera, para um planeta saudável, além de alavancar sua economia.

O desejo de me abrir para outras possibilidades diante da fotografia (Figura 35) é imensurável. A vontade de ir um pouco além daquilo que me chega à mente faz os meus olhos fitarem novamente nessa fotografia e, assim, vou descrevendo os detalhes que compõem a cena fotográfica: a área desmatada me envolve, capturando mais atenção do que as turbinas eólicas; o descampado se sobressai em algumas ilhas de florestas remanescentes; estradas rurais interligam vilarejos e casas espaçadas indicam tratar-se de uma área rural; a estrada mais bem conservada é aquela que corta longitudinalmente a região, bordeando as turbinas eólicas; as propriedades rurais apresentam áreas de cultivo em suas adjacências, talvez como um meio de subsistência. Pela disposição das moradias percebo que há pouca infraestrutura disponível para os moradores locais, o que sugere tratar-se de um país do Sul Global.

Diante da incerteza, procuro por informação na legenda da fotografia (Figura 35). Sim, o registro fotográfico foi feito no Quênia, um país que, assim como Brasil, pertence ao Sul Global. A confusão se apropria dos meus pensamentos ao verificar que a fotografia é de um parque eólico em Masai Mara, capturada em 2017. Um parque nacional com turbinas eólicas? Diante da informação, vasculho os sítios da internet de modo a localizar fotografias e textos que remetam ao local. Para o meu conforto, não encontro e deduzo ter encontrado um erro de legenda.

Diante das informações colhidas, a dúvida sobre a localidade exata do parque eólico permanece. Talvez seja no município de Marsabit, parque eólico do Lago Turjkana, habitado pelos Maasais no Quênia. A localização exata fica em suspensão e me volto para a fotografia (Figura 35), cujo relevo onde estão situadas as turbinas eólicas se mostra elevado, diferenciando da altitude dos arredores. No horizonte, o céu e o desnível do relevo surpreendem a imaginação ao constatar um mar no lugar de uma planície. Novamente, a cor azul se destaca, transmitindo uma sensação de paz.

Por que uma fotografia de um parque eólico causou desconforto? Na ânsia de saber, vou escarafunchando o pensamento, sem abrir mão da imaginação e da emoção, diante do conceito de que “uma imagem sem imaginação é pura e simplesmente uma imagem que ainda não nos dedicamos a trabalhar” (Didi-Huberman, 2020, p.171) e esse trabalho, segundo o autor, se constitui das imagens agindo incessantemente uma sobre as outras por fusões,

rupturas, colisões... Assim, em meio às colisões das imagens, vou mobilizando o pensamento para desestabilizar o que está posto, a cena comum de um parque eólico.

As turbinas, denominadas de aerogeradores, parecem inofensivas, quando a cor azul aquarela boa parte da fotografia (Figura 35), no entanto, a área desmatada e a presença de moradores próximos às turbinas embaçam o verniz da leveza. No Quênia, um dos principais problemas com as turbinas eólicas está no conflito de terras, geralmente instaladas em territórios indígenas, como é o exemplo do parque eólico do Lago Turkana, administrado por empresas do Norte Global (Ribeiro, 2023).

Não diferente acontece no nordeste brasileiro, cujas denúncias e relatos de expulsão das populações de suas terras por meio de contratos de compra e ou arrendamento escusos, promovem uma apropriação das terras e do vento, ao mesmo tempo em que expropriam os moradores do direito desses mesmos elementos (Traldi, 2021).

Compartilho o pensamento de Traldi (2021), ao considerar o vento como um bem comum, sendo ele resultante da dinâmica natural do planeta, no entanto, sua apropriação ocorre em benefício de um pequeno grupo de proprietários e empresas, caracterizando-se como uma das novas frentes de acumulação capitalista, os chamados latifúndios do vento. Assim, o vento, tido por bem comum, é transformado em uma nova mercadoria. Esse processo de transformação do vento em uma mercadoria se realiza “sob o pretexto de se produzir energia limpa e renovável, capaz de substituir os combustíveis fósseis, se apresentando por isso como uma importante aliada no combate às mudanças climáticas” (Traldi, 2021, p.8).

Para além do aquecimento global e as mudanças climáticas, é preciso ter um olhar atento aos seres humanos e não humanos que convivem próximos às turbinas eólicas. O barulho constante também tem afetado os animais, provocando aborto em criações de ovelhas e caprinos, a extinção de diversos tipos de abelhas, aves e morcegos (Rocha, 2024). As pás das turbinas em rotação são ameaças para aves e morcegos que podem ser impactados por colisões, além de terem seus habitats e comportamentos alterados pela perturbação causada pelos aerogeradores (Moreira, 2019). Os moradores sofrem, além da questão fundiária, com o ruído constante das turbinas, acrescido a sombra e poeira, o que tem causado distúrbios de sono e problemas de saúde mental.

Maria das Neves Valentim, moradora do nordeste brasileiro, critica o modo como esse modelo de descarbonização chegou até eles. Para ela, nada mais é do que o velhíssimo extrativismo colonial em que o Brasil se torna um grande fornecedor de energia limpa, entre

aspas, para o hemisfério norte (Rocha, 2024). Tal condição não deve ser diferente no Quênia, país que também vem investindo maciçamente em energia eólica.

A energia eólica é uma aliada na redução de carbono na atmosfera, no entanto os impactos ambientais que acometem os territórios onde os aerogeradores são instalados necessitam de revisões, pois a sua implantação impõe aberturas de estradas, construção de fundações e supressão de vegetação que provocam impacto no uso das terras para construção dos empreendimentos, impacto visual, além de outros incômodos como a mudança significativa da vida dos moradores do entorno dos parques eólicos (Ribeiro, 2023).

O descontentamento com a instalação de parques eólicos próximos de áreas ocupadas por seres humanos ocorre em diferentes países, independentemente de sua localização geográfica. O que foi percebido é que geralmente são instalados em regiões de populações mais vulneráveis.

A dedicação dos cientistas que se debruçam em suas pesquisas para tentar amenizar os impactos das turbinas eólicas merece respeito, diante da importância de encontrar outros caminhos para amenizar a catástrofe ambiental em curso. O que ainda causa desconforto é o gerenciamento dessas novas tecnologias pelo capital empresarial. Além da produção de energia eólica estar amalgamada com o desenvolvimento sustentável, compondo o item sete dos objetivos da *Agenda 2030* –"Energia acessível e limpa - assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível para todas e todos (ONU, 2015). Desenvolvimento Sustentável? "Esse é o termo empregado por aqueles que julgam possível sair do abismo sem abrir mão do sistema capitalista que nos trouxe até o abismo" (Brum, 2021, p. 50).

Maria Alícia se sente inconformada com as análises dos colegas diante das fotografias de sustentabilidade no livro didático. Ela anseia por encontrar algo que possa exprimir alguma harmonia com o ambiente, algo que ela sempre considerou quando pensava na temática sustentável. Como um relâmpago, a fotografia (Figura 36) surge em seu campo de visão e rapidamente instiga os colegas para fazer o movimento do pensamento, com a fotografia por ela escolhida.

Os estudantes se aproximam da fotografia (Figura 36) e entre suspiros trocam palavras adocicadas – "que fotografia linda", "que paz", "que sensação agradável". Maria Alícia, em sua defesa, professa aos colegas: "essa é genuinamente sustentável!" Ana Paula e Pedro se entreolham e, com tantas fotografias analisadas, se colocam diante da dúvida e decidem exercitar o pensamento em face da fotografia.

Figura 36 – Sustentabilidade ou coexistência?



Fonte: Prisma Ciências Humanas. Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza, p. 46, 2019.
Créditos: R.Ripper/Imagens Humanas.

As imagens surgem com rapidez no pensamento e são verbalizadas na mesma intensidade, uma após a outra: flores rupestres sendo colhidas por moradores locais em áreas de cerrado brasileiro. Uma mulher, com seu vestido colorido, caminha pela área aberta de campos com flores na cabeça. Está em direção à sua casa, fará vasos de flores para enfeitar sua morada, compartilhará flores com a vizinhança e, quem sabe, ainda as venderá no mercadinho próximo.

Diante das imagens do pensamento, os estudantes desejam inclinar-se um pouco mais para observar detalhes e experimentar outras visões até então não mostradas. Minuciosamente a fotografia (Figura 36) vai sendo dissecada: uma mulher atravessa os campos coletando flores rupestres; ela está de costas para câmera, tendo em destaque as cores e formatos de sua vestimenta, que parece ser um vestido com desenhos geométricos e multicoloridos; as rochas afloram em alguns trechos e no horizonte elas se mostram mais elevadas; morros e picos se mesclam com a vegetação rasteira. A cor azul sobressai no céu, o qual toma grande parte da cena (Figura 36) e no canto esquerdo algumas árvores esparsas aparecem unidas com

vegetações arbustivas e rasteiras. As flores na cabeça da coletora têm cores amarela, branca e bege e parecem resistentes ao tempo, capazes de permanecer belas por longos períodos. O verde e o bege se entrelaçam na vegetação rasteira aquarelando-se com as outras cores existentes na fotografia (Figura 36). O olho é tomado por uma sensação de amplitude ao ser capaz de enxergar no fundo da fotografia (Figura 36), o horizonte. Os fios de transmissão de energia na parte superior da fotografia indicam ser um local próximo de áreas urbanas.

A fotografia (Figura 36) provoca uma sensação agradável porque se percebe a coexistência dos seres que ali estão. Pedro relembra aos colegas que a palavra "sustentável" deriva de "desenvolvimento sustentável" e este termo está vinculado à economia, de modo que, os seres que habitam esses espaços, sejam humanos ou não humanos, são passíveis de exploração. Diante da colocação de Pedro, Ana Paula faz a leitura da legenda abaixo da fotografia (Figura 36) e descreve para os colegas:

> É uma apanhadora de flores sempre-vivas e caminha sobre as extensas terras aplainadas, conhecidas como chapadas, na Serra do Espinhaço, em Diamantina (MG). O registro fotográfico foi feito em 2015.

Acrescenta ainda que as comunidades tradicionais da Serra do Espinhaço exploram os recursos locais de maneira sustentável, garantindo a subsistência das famílias e mantendo a sua identidade.

Talvez o desconforto não estivesse presente se a fotografia (Figura 36) apresentasse outra legenda, mas o fato de mencionar que as comunidades tradicionais estariam explorando os recursos locais, no caso, as flores sempre-vivas, é de imediato perturbador. Há uma relação que aparta os humanos e não humanos a partir do sentido de explorar, colocando em dúvida o modelo de sustentabilidade como sendo o praticado pelas comunidades, pois a coleta se mantém na memória das famílias como uma prática ancestral que, ao longo dos séculos, manteve o local como espaço de gestão coletiva, de cooptação e diversidade (Santos; Branquinho, 2020). Essa integração entre os seres humanos e não humanos não comunga com o que se traduz como sustentabilidade.

Além do mais, devido ao processo de extinção das flores sempre-vivas as comunidades estão cada vez mais impedidas de realizar sua prática, sendo responsabilizadas por sua destruição. "Esse discurso que considera os pobres e os marginalizados como responsáveis pelo desmatamento da Terra é o discurso da injustiça" (Ferdinand, 2022, p. 111), de vez que essas comunidades estão localizadas em áreas entrecortadas por empresas agropecuárias e mineradoras, as quais alegam serem as comunidades os principais motivos da

degeneração ambiental nesse ecossistema na Serra do Espinhaço (Monteiro; Pereira; Del Glaudio, 2012).

Ademais, como meio de proteção das flores sempre-vivas, uma das soluções encontradas foi a criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, a qual restringe e suspende o acesso das comunidades que convivem por séculos no local. “A partir dos discursos de proteção da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, justificam-se e se legitimam uma certa apropriação, uso e controle territorial”(Monteiro; Pereira; Del Glaudio, 2012, p.423), transformando as áreas coletivas em territórios controlados pelo Estado.

Assim, os apanhadores das flores sempre-vivas que carregam consigo toda uma ancestralidade praticada ao longo dos séculos se veem atualmente diante da negação desses espaços de convívio e sustento. Se as fotografias nos livros didáticos mostrassem uma relação mútua entre os seres que ali habitam, eventualmente os estudantes poderiam ter outros modos de conceber esses ambientes, não como recurso e sim como espaços de coexistências.

Como paradoxo, coexistir talvez seja o avesso da sustentabilidade: uma condição em que não há espaço para a apropriação e exploração de seres humanos e não humanos, tampouco para situá-los como meros recursos. A prática da coleta das flores sempre-vivas vai além de uma atividade extrativista, configurando-se como parte de um cosmos (Santos; Branquinho, 2020). Nesse sentido, coexistir pode ser compreendido como um freio de emergência diante do colapso ambiental em curso.

6. DA ESCOLA PARA A VIDA

Arrasto-me diante das palavras que são dedilhadas na tecla do computador e, na ânsia em terminar esta escrita, demoro. As pausas se alongam, o pensamento divaga e a escrita vai sendo tecida a passos lentos, muito lentos... A angústia de concluir me persegue, enquanto em mim ressoa um estranho desejo pela demora. Sofro diante do dilema, o corpo padece, a mente vagueia e o esgotamento assume o momento presente. Que desejo é esse por uma escrita demorada em um tempo em que a velocidade é a chave do sucesso? Investigo os sentidos que trafegam pelo meu corpo e percebo um amontoado de nós que embaçam minha mente e me impedem de ter tal compreensão.

Os dias se estendem tomados pela angústia e sem respostas vagueio pelas horas tropeçando entre uma palavra e outra na composição de um parágrafo. E então, a profundidade dos sentidos não me deixa sem respostas, repentinamente surge vívido e escancarado o valioso tempo. O tempo da escrita, da leitura; tempo de reescrever, de retomar, de reler; tempo de absorver, tempo de pensar, tempo de pausar e o tempo de viver.

Demoro, sim, demoro, porque o tempo me foi sequestrado, tomado pelas horas sem fim das tarefas diárias da profissão de professora. Sem tempo de pausar, pensar tornou-se uma quimera, mas, indubitavelmente, a fantasia tornou-se realidade com esta escrita. E assim, ainda que a tropeços, vou entendendo que a lentidão é a própria retomada do tempo sequestrado.

Por horas, vagueio em pensamento, em busca de palavras que expressem minhas percepções. Encontro alento nos teóricos que, em meu auxílio, vão costurando cada trecho desta escrita. Pelas suas lentes, o mundo ganha outras proporções, a velha forma de pensar é revisitada e novas maneiras de ver e agir no mundo emergem. Rabiscar cada palavra, tendo como premissa a liberdade de pensamento, somente foi possível pela presença suave de uma orientadora que compreende que o outro tem o direito de pausar, pensar, hesitar, retornar e voar, tal condição me permitiu o deleite de uma escrita em vagareza.

Mergulhada no meu próprio ser, efeito do isolamento de uma escrita-tese, senti derradeiramente as transformações internas durante o processo de pesquisa. Percebi que a pessoa que eu era no momento da qualificação não é a mesma da atual, muito menos a forma de escrever. Tal constatação remete à máxima de Heráclito, segundo a qual não podemos entrar duas vezes no mesmo rio, pois assim como as águas não são mais as mesmas, o ser que entrou também já se modificou (1996). E essa transmutação se estende para além da pesquisa ao me perceber mulher, branca, cisgênera e socialmente construída como obediente. Ao me

ver assim, diante de uma sociedade marcada pelo machismo e patriarcado, nasce em mim o desejo de transgredir e de buscar outros modos de agir, apartados da obediência.

A ânsia por um modo menos passivo em minhas atitudes também se manifesta no âmbito escolar. O jaleco já não é mais branco, tornou-se roxo. Os afetos se intensificam e os conteúdos a serem desenvolvidos com os estudantes passam a ocupar um segundo plano de prioridades. A imensa enxurrada de mensagens da equipe diretiva permanece arquivada. Seguir regras e normas estabelecidas já não me afeta e vou ziguezagueando pelas brechas, tentando não me sentir em um estado permanente de controle, ainda que nele eu esteja. Assim, quando posso, transgrido.

Entre a mescla de escrever e transformar-me, compreendo minha conexão com os outros seres não humanos e me sinto mais integrada nessa cosmologia da vida. Abraçada às coexistências, encontro conforto em pesquisar no campo escolar e, em especial, o livro didático, meu companheiro de jornada. Escrever e investigar sobre a escola e o livro didático compõem minha trajetória profissional, ao mesmo tempo em que a temática ambiental atravessa e inspira minha vida pessoal. As duas esferas amalgamadas fizeram com que esta pesquisa se tornasse mais prazerosa, mesmo diante das adversidades.

Fazer pesquisa requer astúcia e ao mesmo tempo paciência, pois os resultados de uma investigação muitas vezes não são totalmente conclusivos, são janelas que se abrem para modos outros de ver aquilo que se estampou como ponto de questionamento. A indagação de Raíssa diante da fotografia alusiva à sustentabilidade presente no livro didático levou-me a buscar entender de que modo as fotografias se configuravam e quais eram suas intencionalidades.

Diante do que foi analisado, investigado e processado, compreendi que as fotografias de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nos livros didáticos fortalecem a elaboração de um novo sujeito, mais propenso ao consumo verde, às regulações ecopoliticas, entre elas, a resiliência. Entendi que a escola, através dos programas curriculares oficiais, tem um papel fundamental na formação desse novo indivíduo, que vai sendo moldado pelas diretrizes estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Entre as regulações está o incentivo a cultura de paz, importante, mas do modo como é desenvolvida abafa a raiva e inibe a ação. Questiono se estamos formando estudantes compassivos ou apenas conformados?

Para além da escola, as fotografias analisadas mostram e reforçam a manutenção e a naturalização da exploração de humanos e não humanos em benefício de um objetivo maior: a conservação da natureza. A exploração se justifica e se legitima sob o pretexto de “salvar o

planeta", deslocando o foco das condições de vida das populações que continuam conservando esses ambientes. Portanto, o termo sustentabilidade, cunhado nas conferências mundiais, contém o néctar do capitalismo, conjugando sujeição, exploração e devastação.

As imagens, entre elas, as fotografias, estão cada vez mais avolumadas nos livros didáticos. Parece que estão ali bordando os textos como peças decorativas, sem intencionalidades. Ledo engano, elas estão intrinsicamente colaborando para a formação desse novo sujeito que se ajusta a essa nova etapa do capitalismo, o sustentável. Diante dessa condição, é fundamental desenvolver um olhar atento para tais fotografias, por meio de exercícios que estimulem a capacidade de ir além do que está aparente. Trata-se de abrir espaço para a percepção, pausar diante da fotografia e extrair dela sentidos que vão muito além do que aparece na superfície, de tal modo que, o termo sustentabilidade deixe de ter o mesmo significado para os estudantes e, assim, eles possam abrir outras possibilidades de entendimento e quiçá adotar uma nova linguagem capaz de corroborar a libertação da natureza da condição de mero recurso.

Romper com o termo sustentabilidade por meio de outro tipo de linguagem me aproxima de uma visão mais autêntica da Geografia, em que as relações entre natureza e sociedade são analisadas por um viés mais crítico. Nesse sentido, acolho a expressão pensamento ambiental, cunhada por Aldo Oliveira[18], como um meio desestabilizar o que se coloca como o caminho para pensar as relações entre a natureza e a sociedade. Talvez assim possamos contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes da coexistência, capazes de respeitar os outros seres que compõem este ambiente vivo chamado Terra.

Conduzo esta escrita-tese em direção ao fim, deixando vontades e discussões teóricas para novas pesquisas que poderão se desencadear a partir desta. Não foi possível aprofundar os estudos sobre as diferentes feições que o livro didático poderia estar assumindo após o Novo Ensino Médio, considerando o realinhamento dos ambientes escolares e a crescente inserção da tecnologia na educação. Também não foi possível realizar um comparativo entre os volumes das coleções sobre o desenvolvimento sustentável, ou seja, sobre como essa temática é abordada em todos os volumes analisados. Além disso, não houve tempo para aprofundar a relação entre sustentabilidade e educação considerando os documentos oficiais, entre eles, a BNCC, assim como adentrar nas análises das fotografias vinculadas à educação

[18] O termo Pensamento Ambiental foi sugerido pelo Professor Doutor Aldo Oliveira na banca de qualificação desta tese como alternativa ao conceito de sustentabilidade.

para o desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, as quais se mostraram mais voltadas para coleta seletiva e plantio de árvores.

Diante disso, me permito pausar, desejando que esta investigação possa ressoar e adentrar outras paragens, para que, assim como eu, a educação também possa ser transformada de modo a colaborar para um mundo em que coexistir seja tão importante quanto existir.

Na sequência, apresento uma breve reflexão, nominada leitura de blocos, sobre percepções delineadas a partir da análise das fotografias alusivas ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade nos livros didáticos de Geografia.

6.1. LEITURA DOS BLOCOS

A partir da análise das fotografias de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nos livros didáticos de Geografia, observei que, em sua maioria, a cor azul se destacava, associando a um ambiente de paz e harmonia. Percebi que, tanto a natureza quanto os seres humanos não brancos são tratados como mercadoria. Há um apelo pelas condutas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas fotografias e um direcionamento para a formação de outro sujeito alinhado ao capitalismo verde e à resiliência. A sustentabilidade tem sua origem no conceito do Desenvolvimento Sustentável e este está fortemente atrelado à economia, sendo que as fotografias alusivas a essa temática nos livros didáticos atestam essa relação. Com as leituras realizadas nessas fotografias realizo as seguintes reflexões:

Reflexão 1

As fotografias selecionadas para Bloco I mostram uma estreita relação entre sustentabilidade e trabalho. Os corpos estão em evidência, envolvendo um misto de tensão e movimento quando exibidos em meio a tarefas laborais. Há uma diferenciação entre os trabalhos executados nos ambientes rurais e urbanos: enquanto a reciclagem é a tarefa executada pelo humano urbano, o extrativismo é a marca do humano rural. Tanto o extrativismo quanto a reciclagem são trabalhos invisibilizados, precarizados e mal remunerados, além de serem desvalorizados pela sociedade.

A relação corpo-trabalho faz da natureza e dos corpos não brancos instrumentos de exploração. No ambiente rural, com a justificativa de conservar as áreas de florestas para as gerações futuras, o desenvolvimento sustentável ganha força na modelagem do capitalismo

verde, cujo intuito é manter as áreas de extrativismo como garantia para exploração futura. Diferente da relação quanto ao ambiente urbano em que o corpo-trabalho se encontra alinhado com os materiais a serem reciclados. As cidades produzem quantidades infindáveis de resíduos e a reciclagem surge como uma alternativa "sustentável" para atestar e manter a contínua produção de bens de consumo, cujo intuito é manter a produção industrial a todo vapor.

De um lado se mantém as áreas de extrativismo para exploração futura, do outro a continuidade da dilapidação dos elementos da natureza pela indústria reconhecida pela reciclagem. Ambas encontram no extrativismo e na reciclagem justificativas para conservar a ideia da Terra como um lugar de apropriação e aviltamento de seres, sejam eles humanos ou não humanos.

Essa relação entre o corpo-trabalho e extrativismo-reciclagem se mantêm exaltadas nos países do Sul Global, região nitidamente estabelecida como ambiente de atraso, primitivo e de baixo desenvolvimento socioeconômico. Aos grupos de países situados nesse contexto a exploração dos ambientes e do trabalho humano segue sob a ótica de conservação ambiental. Tal condição mostra o cunho econômico atribuído à temática da sustentabilidade que está intimamente ligada à produção e ao capital.

Os corpos humanos não brancos e não humanos são frequentemente agredidos em benefício de um planeta saudável. Eles são expostos a condições tão precárias que entram em contradição com a atmosfera da sustentabilidade. Cabe aos pobres, desvalidos do Sul Global a tarefa de proteger o ambiente para futuras gerações?

Mulheres, idosos, pessoas não brancas e seres não humanos estão na dianteira do embate entre exploração e conservação ambiental. É preciso, portanto, olhar para as margens e reconhecer as fronteiras que determinam quem pode usufruir de um ambiente digno e quem é privado dele. Só assim podemos movimentar nosso pensamento e nossas ações em defesa de direitos violados e de um futuro incerto, quando o presente já se encontra no limiar da existência.

Reflexão 2

Com base nas análises das fotografias do Bloco II, relacionadas às conferências mundiais, protestos e ativismos, pude perceber que há uma conexão entre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, capitalismo e as reuniões globais em defesa do planeta. O

desenvolvimento sustentável funciona na prática como uma estratégia de manutenção do próprio sistema capitalista, chancelado pelas conferências mundiais.

Nota-se pelas fotografias das conferências que há certa disputa entre os líderes mundiais, em sua maioria masculina, sobre quem deve estar à frente nessa nova configuração do capitalismo, na qual o Sul Global é disputado por meio de seus territórios, essenciais para a manutenção do capital, ou seja, para continuar explorando esses ambientes sob o discurso do desenvolvimento sustentável. Tal condição pode ser atestada pelo fato deste termo, desenvolvimento sustentável, ser cunhado no Brasil, um país do Sul Global.

O Norte Global mantém a liderança nas discussões sobre a crise planetária e, por meio das conferências, direciona as regulações e normatizações a serem seguidas. Novos padrões de conduta são impostos aos sujeitos e países, principalmente aos mais pobres, cujos territórios ainda concentram florestas preservadas e grande biodiversidade, como o Brasil. No entanto, esses países são frequentemente retratados como incapazes de decidir por si mesmos, ficando à mercê das determinações externas.

Subentende-se que aos povos do Sul falta competência, ou mesmo civilidade, como se a sombra da Modernidade ainda os atravessasse, daí a insistência em intervir em suas condutas, sempre em nome da preservação do planeta. Não obstante, suas ações são muito mais devastadoras para o ambiente do que as dos países considerados “atrasados”. O paradoxo é cruel: ao mesmo tempo em que os países do Sul são colocados como agressores ambientais, simultaneamente são também vítimas. Por serem considerados vítimas, a tomada de decisões não lhes cabe e por isso as condutas de como agir diante dos problemas ambientais são dadas através dos objetivos do desenvolvimento sustentável para promover práticas sustentáveis.

O desenvolvimento sustentável e seus objetivos são fixados para conduzir a população por meio da conduta da resiliência, de adaptação, tendo em vista que o colapso ambiental se mantém em curso. Ao mesmo tempo em que os protestos são direcionados para esse discurso de que todos são responsáveis pelo planeta, a exploração do Sul Global é mantida, juntamente com a formação de novos consumidores para um capitalismo verde.

Entretanto, nem todos os atos de protestos seguem pela lógica do desenvolvimento sustentável, muitos ativistas estão comprometidos com a causa ambiental e com a dignidade da vida humana e não humana, seja local ou global. Por outro lado, percebe-se que as fotografias nos livros didáticos sobre os movimentos de protesto ambiental trilham caminhos distintos: nos países ditos menos desenvolvidos, remetem aos desastres socioambientais; já nos países ditos desenvolvidos, mostram os cidadãos como defensores dessas degradações.

Ativistas solidários às diferentes causas, entre elas a ambiental, muitas vezes são apagados pela mídia a partir do momento em que suas ações divergem dos interesses do capitalismo vigente. Suas causas não são reconhecidas, ficando à margem, como exemplo: os povos indígenas e os movimentos pela causa palestina. Há um apagamento desses levantes, sendo estes, em alguns casos, direcionados para o discurso da sustentabilidade, que esvazia a causa dos verdadeiros atos de resistências.

Reflexão 3

As fotografias selecionadas no Bloco III estão vinculadas à natureza, destacando a presença dos seres não humanos. Ao longo da análise percebi que o tema da sustentabilidade tratado nessas fotografias aparece como uma possível conciliação entre exploração econômica e conservação ambiental. Esse entendimento se mantém conectado à antiga lógica de reduzir os não humanos a recursos, submetendo-os à sociedade como mercadorias. As florestas são revertidas em créditos de carbono; a rã-dourada, em analgésico; o deserto, em baterias de lítio e o vento, em energia.

É possível que a descarbonização, tão almejada neste século XXI, não passe de uma nova face do colonialismo, que expande suas fronteiras ao transformar em lucro o que deveria ser comum a todos. Nessa roda-viva de apropriações, áreas que se mostram desabitadas nas fotografias de sustentabilidade tornam-se mais fácil de aceitar sua exploração, assim como recortes fotográficos que isolam o seu entorno. Além do mais, as fotografias de sustentabilidade vão à contramão da coexistência e da preservação cultural das comunidades locais, pois elas estão geralmente vinculadas à questão da lucratividade.

A fratura entre humanos e não humanos se mostra por meio da poluição que faz do rio objeto, arcadouro de dejetos. Em nome do progresso a harmonia se rompe e se converte em adoecimento também do humano que aceitou a precariedade como regra, quando esta deveria ser exceção. Com objetivo de reduzir as emissões de carbono para a atmosfera, vale tudo: alterar ecossistemas, exterminar espécies nativas, expropriar territórios e fragilizar modos de vida de pobres e de outros seres não humanos.

Encontrar caminhos para a descarbonização do planeta é importante e salutar. O problema é o modo como isso tem sido feito e como a sustentabilidade expressada nas fotografias dos livros didáticos de Geografia atesta esse modo utilitário da natureza, tudo vira recurso, tudo vira mercadoria. Será esse o caminho para evitar o colapso ambiental em curso?

É preciso encontrar outros modos de habitar a Terra. O caminho pelo viés econômico já não se sustenta. Talvez a coexistência seja o ponto de partida para uma relação mais harmoniosa, capaz de resgatar o indivíduo solitário, cultivado e moderno em que nos tornamos e, quem sabe, retomar nossa essência de coletividade, mesmo que para isso seja preciso reflorestar-se, como propõe Brum (2021). Eu desejo me florestar. E você?

6.2. DE VOLTA PARA CASA...

> Imaginar é ação política. Imaginar é instrumento de resistência.
> Imaginar o futuro é agir sobre o presente
> (Brum, 2021, p. 361).

O sinal-sirene alerta o fim da jornada do tempo-aula e permaneço na escola por mais tempo para cumprir a conquista da hora-atividade. As pilhas de tarefas a serem realizadas sobrevoam meus pensamentos e minhas pastas escolares. Sem energia, adentro para a sala dos professores, os quais me recebem com sorrisos, brincadeiras e afetos. Aos poucos o ânimo é retomado e na vagareza vou tentando finalizar uma tarefa ou outra. Delicio-me com as conversas tecidas por esses profissionais da educação que, exaustos e espoliados, se reinventam e abrem brechas diante do fardo que lhes é imposto, fortalecendo-se e criando laços de solidariedade no encontro com o outro. O tempo de trabalho se encerra e, entre despedidas, caminhamos rumo a um possível descanso.

Meu corpo dói e os pensamentos permanecem presos ao trabalho: não consegui realizar todas as tarefas solicitadas. São muitas e não há tempo para pausa. Deparo-me com a tristeza diante da engrenagem a qual estou submetida e, em um ato de consciência, enquanto sigo para casa, permito-me divagar, revivendo na memória o período de afastamento do trabalho enquanto era bolsista da pós-graduação e as mudanças sentidas após o retorno ao ambiente escolar.

Quando o afastamento para estudo chegou ao fim, retornei à escola num momento em que meu ser ainda ansiava pela pausa. Como perdi lotação devido à licença sem vencimentos, não pude retornar para o antigo estabelecimento escolar. Por disposição da Secretaria de Educação, fui realocada em uma escola, sem direito de escolha. Por sorte, apesar do horário ser o pior possível, era um bom lugar para trabalhar: professores contentes, muito espaço verde e estudantes acolhedores. Talvez eu tenha usufruído os últimos resquícios deste

ambiente escolar agradável, sendo informada meses mais tarde de que o diretor havia sido destituído do cargo.

Inicio o ano letivo de 2025 atuando em duas escolas de modalidades distintas: uma de ensino integral e outra de educação de jovens e adultos. No estado do Paraná há uma diversidade de formatos: cívico-militar, militar, parceiro (gestão privada), integral e regular. Por fazer parte do quadro próprio do magistério só posso atuar nas escolas regulares e integrais; nas demais modalidades, a lotação ocorre apenas por indicação da equipe diretiva.

No período de um ano passei por quatro escolas e encontrei um ensino cada vez mais padronizado. A plataformização está tão presente que se tornou uma barreira ao ensino criativo, à busca de uma educação nômade. A aula tem se transformado em uma mera transferência de informação, que qualquer trabalhador com o dito "notório saber" é capaz de executá-la. A aula se fecha em um quadrado tornando a domesticação das mentes muito mais aprofundada. A educação plataformizada galvaniza, enrijece e cristaliza o saber, elimina a dúvida, fecha-se à reflexão e segue na contramão de um pensamento autônomo.

A potência de uma aula, feita do inesperado e da abertura ao desconhecido está cada vez mais rara. Com um roteiro engessado a ser cumprido, não há convite para a autonomia. O que sempre me fascinou nesses longos anos de magistério e que mantinha acesa a minha chama de docênciar era a sala de aula como território autônomo, palco da criação, da diversão, do saber, das conexões e da elaboração do conhecimento a partir das interações estudantis. Eu me encantava com o saltitar das conexões que surgiam de um conteúdo ministrado, com o alinhavar das ideias, antagônicas ou não, que, pouco a pouco, iam dando forma ao verdadeiro sentido de uma aula.

Diante de tamanha pasteurização, assim como o desinteresse de uma massa volumosa de estudantes, a profissão de professora vai perdendo o seu significado e me vejo ultrapassada, deslocada, desmotivada e impotente diante do que se configura. Sei que o neoliberalismo opera na lógica do fracasso e por mais que tenha lucidez disso, deixo a sala de aula atravessada por uma sensação de derrota. Os colegas professores partilham do mesmo sentimento, a frustração nos acompanha e talvez seja um dos motivos do nosso próprio adoecimento.

Perante a situação, me pergunto: em que tipo de educação ainda estou disposta a atuar, se esse modelo imposto pelo capitalismo de plataforma não me motiva? Quais outros horizontes podem ser vislumbrados onde eu ainda possa manter acesa a chama da docência? Como terminar minha jornada como professora com dignidade?

Essas perguntas ainda me atravessam e, em meio à busca por algum afago, lembranças emergem como relâmpagos e me levam de volta a um tempo feliz na zona rural. Regressar à área rural, ambiente onde iniciei minha carreira no magistério, apresentava-se como uma alternativa diante da configuração atual do sistema de ensino. Talvez o olhar vigilante e opressor fosse menos atuante e, assim, eu pudesse experimentar alguma liberdade de cátedra. Na educação, o capitalismo de plataforma se apropriou do lugar mais sagrado da criação, a sala de aula.

Minha remoção foi aceita para o distrito de Maravilha, distante 34 quilômetros da área urbana. A dúvida que imperava era se meu corpo, consumido por anos de trabalho, suportaria o sacolejar do transporte. Um corpo cansado, um corpo espoliado, o corpo da professora…

A pequena escola rural surgiu meio tímida no distrito. Um muro cinza e uma placa pequena mostravam que ali existia um espaço educacional. Conforme adentrava o pátio, diferentes sensações percorriam meu corpo: outros professores, outra direção, outros estudantes. Meus passos, agora não mais apressados, conduziam-me até a sala dos professores. Enquanto reconhecia o ambiente, o sofá atraiu meu olhar, e uma sensação de alívio me atravessou. Pensei que, em uma escola que dispunha de um sofá na sala dos professores, o bem-estar e o respeito pelas pessoas também encontrassem espaço.

A escola se mostrava mais aberta, e a biblioteca ainda se mantinha organizada, com livros e espaços para leitura. A ausência de verde me causava desconforto. Conforme percorria o pátio, porém, uma árvore frondosa se destacava próxima à quadra de esportes, que permanecia descoberta, deixando os corpos expostos ao sol castigante dos dias de verão.

O som do motor faz meu corpo se voltar para a entrada da escola, e observo os transportes escolares estacionando e, deles, saindo os estudantes, que vão calmamente adentrando o espaço escolar. Noto a potência da vida que exala pelos seus poros e que se mantém refletida em seus olhos, que brilham feito fagulhas de fogueiras. Divago diante da possibilidade de realizar uma educação nômade nesse lugar, mesmo sabendo que o controle se manifesta pelo ponto eletrônico, pelas observações em sala de aula, pela plataformização e por outros dispositivos de vigilância. Não há ausência de exploração, ela se estende até os espaços mais remotos, como a zona rural, de modo que me vejo inserida nesse pulsar contínuo de cansaço e adoecimento.

Quando me percebo nesse estado de exploração contínua, aproximo-me dos seres que compunham as fotografias analisadas nesta pesquisa e percebo que o colapso ambiental é também o colapso na educação. Estamos fraturados, seguindo o pensamento de Ferdinand (2022), que considera a fratura como uma separação entre as questões ecológica e colonial,

distintas, mas interligadas. Então, pode ser o tempo de aproximar essas rupturas que se fizeram ao longo do processo colonizatório. Os movimentos sociais, com causas distintas, ao se fundirem nas lutas, mostraram sua potência. Sim, é possível imaginar um futuro de respeito às coexistências, em que o amor esteja diluído por todas as esferas do existir. Esse sentimento tão fugaz na contemporaneidade precisa e merece ser resgatado, mas entendido como atitude, como ensinou bell hooks (2021, p. 197): "O amor é uma ação, uma emoção participativa", que não se ausenta da raiva nem da subversão.

Chego em casa e, num instante de lucidez, percebo como foi frutífero o meu ingresso em um curso de pós-graduação em uma universidade pública. As mudanças que foram moldando meu modo de pensar e agir superam minha atuação como professora, são para a vida... e assim vou sentindo o pulsar que se atravessa em meu ser, até esse ponto:

> O corpo se espreita na espera de um instante, talvez de estar novamente em movimento, para sentir a vida e direcionar o olhar para outros ângulos. A cigarra canta, o verão está chegando...ausência e calor não combinam. Lembranças ressoam na mente, o corpo tensiona, a alma sofre. Desperto, é tempo de agir...

REFERÊNCIAS

AGENCE FRANCE PRECE.A ‘economia verde’ é o novo colonialismo dos países ricos, denuncia Morales. *Estado de Minas.* Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/06/21/internas_economia,301579/a-economia-verde-e-o-novo-colonialismo-dos-paises-ricos-denuncia-morales.shtml. Acesso em: 30 ago. 2023.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz.*O saber é feito para cortar*: Michel Foucault e a historiografia, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rQ3NrUoZGA8. Acesso em: 02 out.2025.

ALMEIDA, Rejane Medeiros de; SANTOS, Juscelino Laurindo dos. Região Ecológica dos Babaçuais: uma mirada a partir das mulheres quebradeiras de coco babaçu e seus modos de vida – Bico do Papagaio (TO). *Amazônica – Revista de Antropologia*,vol. 14(2), p. 407-433, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/105055952/Regi%C3%A3o_ecol%C3%B3gica_dos_baba%C3%A7uais_uma_mirada_a_partir_das_mulheres_quebradeiras_de_coco_baba%C3%A7u_e_seus_modos_de_vida_Bico_do_Papagaio_TO_. Acesso em: 09 fev. 2025.

ALVAREZ, Mirela C; WILEY Mary. *Phyllobatesterribilis,Animal Diversity Web*. Disponível em: https://animaldiversity.org/accounts/Phyllobates_terribilis/
Acesso em: 04 ago. 2025.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio Santoro. Campinas: Papirus, 2012.

ÁVILA, Dárcia Amaro;RIBEIRO, Paula Regina Costa;HENNING, Paula Corrêa. Segurança e Gênero nas Estratégias Bio/Ecopolíticas.*Educação& Realidade*, Porto Alegre, v. 48, e129607, 2023.

AVILA, Milena Abreu. Colonialidade e decolonialidade: você conhece esses conceitos? Politize! Disponível em: https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/. Acesso em: 31 out. 2023.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*: nota sobre a fotografia. Tradução de Julio Castañon Guimaraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARROS, Caio Lúcio Fenelon Assis; ARENAS, Marlene Valério dos Santos. Venda de crédito de carbono de áreas especialmente protegidas: uma solução para custear o reflorestamento da Amazônia. *VERUM:* Revista de Iniciação Científica, v. 5, n. 1, 2025.

BATISTA, Bruno Nunes. O existencialismo do Nestor André Kaercher. *In*: BATISTA, Bruno Nunes. *Ensinar geografia para sempre*: encontro com os clássicos. Pelotas: Editora UFPel, 2022, p. 147-179.

BAUER, Sophie. Entenda as oportunidades e os desafios da indústria do lítio. *Dialogue Earth*, 2020. Disponível em: https://dialogue.earth/pt-br/uncategorized/38662-entenda-as-oportunidades-e-desafios-da-industria-do-litio/. Acesso em: 07 ago. 2025.

BELMONT, Mariana. Sem folhas não há vida: Nkisis, Orixás, Vuduns e Caboclos. *Generoenumero*, 2023. Disponível em: https://www.generonumero.media/artigos/candomble-desmatamento/#:~:text=Sem%20folhas%20n%C3%A3o%20h%C3%A1%20vida:%20Nkisis%2C%20Orix%C3%A1s%2C,e%20Caboclos%20*%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20negra.%20*%20Racismo. Acesso em: 27 jan. 2026.

BERARDI, Franco. *Depois do Futuro*. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ubu, 2019.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet e Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo:Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Imagens de Pensamento* – sobre haxixe e outras drogas. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: Livro didático e conhecimento histórico uma história do saber escolar*. 1993. 369p. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação & Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BLUM, Eliane.*Banzeiro Òkotó*: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhias das Letras, 2021.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Brasil cumpriu sete dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Portal do Governo Federal, Brasília, 18 set. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2015/09/brasil-cumpriu-sete-dos-oito-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21*. Brasília: MMA, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-projetos-acoes-obras-atividades/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades-finalizados/agenda-21-1. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021*. Brasília, DF: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *COP 30*: Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**.** Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30. Acesso em 31 jan. 2026.

CARSON, Raquel. *Primavera Silenciosa*. Tradução Cláudia Sant'ana Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Mateus.Pequenos frascos, grandes venenos:você sabia que o vertebrado mais letal do mundo é um sapinho de 3 centímetros? São Paulo: *Instituto Butantan*, 2023. Disponível em: https://butantan.gov.br/bubutantan/pequenos-frascos-grandes-venenos-voce-sabia-que-o-vertebrado-mais-letal-do-mundo-e-um-sapinho-de-3-centimetros-. Acesso em: 07 jul.2025.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio. *Do sedentarismo ao nomadismo*: intervenções do pensamento das diferenças para a educação. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

CASTRO DE JESUS, Ana Beatriz; OLIVEIRA NETO, Thiago; ARAÚJO DA SILVA, Fredson Bernardino. Breves reflexões sobre o triângulo geopolítico do lítio sul-americano. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v.7, n.2, p. 01-16, 2023.

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. *Declaração dos Povos Indígenas da Amazônia em resposta aos resultados da COP30.*Disponível em: https://coiab.org.br/declaracao-dos-povos-indigenas-da-amazonia-em-resposta-aos-resultados-da-cop30/**.** Acesso em: 31 jan. 2026.

CORBISIER, Ana.*Chile:* exploração de lítio no Atacama devasta ecossistemas milenares, comunidades e tradições, 2024. Disponível em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/chile-exploracao-de-litio-no-atacama-devasta-ecossistemas-milenares-comunidades-e-tradicoes/. Acesso em: 19 jul. 2025.

COSTA, Giulia Balbes Rodrigues da. *et al*.Rompimento da barragem em Brumadinho: um relato de experiência sobre os debates no processo de desastres.*Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 44, n. especial 2, p. 377-387, 2020.

CRUZ, Valter Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *Geografia e Giro descolonial:* experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DELEUZE, Gilles. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista concedida a Claire Parnet. *In*: BOUTANG, Pierre-André (Dir.)França: Arte, 1995. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=868711853585473. Acesso em: 21 abr. 2023.

DELIGNY, Ferdinand. *De camino a La imagen*. Permitir Trazar Ver. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 2009.

DELIGNY, Ferdinand. *O Aracniano e outros textos*. São Paulo: n-1 edições,2015.

DESIDÉRIO, Raphaela de Toledo. *Composições e afetos com fotoáfricas*:exercícios de pensamento na educação geográfica. Tese (Doutorado em Geografia) -Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

DESIDÉRIO, Raphaela de Toledo. Composições de Fotoáfricas: experimentações na educação geográfica. *Giramundo*. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 7-18, jul./dez. 2018.

DW BRASIL. *Mujica reflete sobre responsabilidade histórica da Europa na crise climática*. *You Tube*, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8YfoHtpTqO4. Acesso em: 01 fev. 2026.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. 2 ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que é emoção! O que é emoção?* Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIDI- HUBERMAM, Georges. *Remontagem do tempo sofrido.* Tradução de Márcia Arbex e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2020.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Tradução de Eduardo Restrepo. Popayán: Envión, 2010.

EQUADOR. *Constituição da República do Equador*. Quito: EdicionesLegales,2021. Disponível em: https://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFoco/anexo/ConstituicaodoEquador.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

FEDERICI,Silvia.*Além da pele*: repensar,refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo.Tradução de Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante,2023.

FELIPAK, André; STEFANELLO, Sabrina; OKADA, Jaqueline Midori; HUNZICKER, Marian Hennings; SANTOS, Deivisson Vianna Dantas dos. **"**O motor é a gente mesmo": cuidado em saúde dos trabalhadores da reciclagem. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação.*UNESP, v.24, supl.1, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/ZGbBSWcxhJ7w9HwbSNJgbjd/?format=html&lang=pt. Acesso em: 30 jan. 2026.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial*: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2022.

FOPPA, Larissa Casagrande; TONINI, Ivaine Maria. As páginas abertas da América latina: ma leitura dos livros didáticos de geografia*. In:* MARTINS,*:* Rosa Elisabete Militz W; TONINI, Ivaine Maria; COSTELLA, Roselane Zordan (Orgas.). *Geografias interativas*. Florianópolis: UDESC, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão*.* Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhan Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no College de France (1975- 1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *O Belo Perigo.* Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FRANCE PRESSE. A “economia verde” é o novo colonialismo dos países ricos, denuncia Morales**.***G1*, 2012. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/economia-verde-e-o-novo-colonialismo-dos-paises-ricos-denuncia-morales.html. Acesso em: 29 jan. 2025.

FUENTES, Patrick. Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. *Jornal da USP,* 2021.Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/. Acesso em: 14 jul. 2023.

GAJARDO, Gonzalo.; REDÓN, Stella. Hypersaline lagoons from Chile, the southern edge of the world.*In*: MANNING, Andrew J. (Ed.) *Lagoon Environments around the world* – a scientific perspective. Londo*n*: IntechOpen, 2019. Disponível em: https://www.intechopen.com/chapters/68510. Acesso em: 19 jul. 2025.

GARDENGUIDE. *O que fazer se uma vaca comer um saco plástico e possível perigo*. Disponível em: https://gardenguide.decorexpro.com/pt/krs/zabolevaniya/korova-sela-paket-polietilenovyj.html. Acesso em: 20 fev. 2025.

GIORDANI, Ana Claudia.Geografia Escolar: Neoliberalismo, Necropolítica e as coisinhas do chão. *Educação Geográfica em Foco*, ano 3. n.6, out., 2019.

GIORDANI, Ana Claudia, Reverberações das fronteiras entre a geografia e a educação. *In*: LIMONAD, Ester, BARBOSA, Jorge Luiz (Orgs.). *Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográficos* São Paulo: Max Limonad, 2020.

GIROTTO, E. D. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. *Horizontes***,** v.3 6, n.1, p. 16-30, Itatiba, 2018.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Por uma crítica da Geografia que nega a escola e a docência. *In*: OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de *et al*. (Orgs.). *Geografias e educação*: singulares mãos docentes. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

GIROTTO, Eduardo Donizeti; BAGOLY-SIMÓ, Peter. O conceito de desenvolvimento nos currículos de geografia: uma análise a partir do contexto brasileiro e do alemão. *Geousp*, v.27, n.1, e-208432, jan./abr. 2023.

GUEDES, Douglas Souza; RANGEL, Tauã Lima Verdan. O bolo cresceu, mas a fome aumentou: as contradições do milagre econômico brasileiro. *Revista Científica Interdisciplinar*, v. 2. n.1, jan./jun,, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HAN, Byung-Chul.*A sociedade do cansaço.* Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. A natureza do meio ambiente – a dialética das transformações sociais e ambientais. *In*: HARVEY, David. *Os sentidos do mundo*: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

HAESBAERT, Rogério.*Território e descolonialidade*: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América. Niterói: Editora da UFF, 2021.

HARAWAY, Donna.Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, v.6, 2015, p.159-165.

HENNING, Paula Corrêa; FERRARO, José Luís. As lutas políticas da Educação Ambiental nas universidades brasileiras: provocações à governamentalidade neoliberal no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. *Ciência & Educação*, v. 28, e22028, 2022.

HENNING, Paula. *A governamentalidade neoliberal em tempos de EDS,* 2023. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=pqSZfoHdl2U. Acesso em: 14 set. 2023.

HERÁCLITO. Fragmentos. *In: Os Pré-Socráticos*. Tradução José Cavalcanti de Souza *et al*. São Paulo, 1996. Disponível em: https://pdfcoffee.com/coleao-os-pensadores-os-pre-socraticospdf-pdf-free.html. Acesso em: 24 dez. 2025.

hooks, bell. *Tudo sobre o amor:* novas perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rebanhos de bovinos (Bois e Vacas.). 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bovinos/br. Acesso em: 01 fev. 2026.

KAERCHER, Nestor André. *Se a geografia escolar é um pastel de vento o gato come a geografia crítica*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

KOOP, Fermín. Sul Global enfrenta disputa de potências por seus recursos naturais. *Dialogue Earth*, 2025. Disponível em: https://dialogue.earth/pt-br/energia/sul-global-enfrenta-disputa-de-potencias-por-seus-recursos-naturais/. Acesso em: 07 jul. 2025.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*: palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil.* Pesquisa e organização. Tradução Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LADEIRA, Francisco Fernandes. O discurso ambiental hegemônico. *Revista Fórum*. Disponível em: https://revistaforum.com.br/opiniao/2023/5/26/discurso-ambiental-hegemnico-por-francisco-fernandes-ladeira-136613.html. Acesso em: 26 maio2023.

LAROSSA, Jorge Bondía. *Abcdário*– Jorge Larrosa. *CINEAD*, 10 jul. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5FtY1psRoS4&t=389s.Acesso em: 10 jun. 2023.

LEWKOWICZ, Javier. O lítio pode ser extraído com menos impacto ambiental?*Dialogue Earth*, 2022. Disponível em:https://dialogue.earth/pt-br/nao-categorizado/58865-can-lithium-be-produced-with-lower-environmental-impact-latin-america/. Acesso em: 19 jul. 2025.

LIMA, Antonio Henrique Maia; MACIEL, Josemar de Campos; TASHIMA, Lucélia da Costa Nogueira. Educação para o desenvolvimento sustentável: ecopolítica (d)e educação na sociedade de controle. *Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 2017. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/atlante/2017/04/ecopolitica.html. Acesso em: 11 out. 2025.

MACHADO, Igor José de Renó. *Contexto e ação*: sociedade e natureza. São Paulo: Scipione, 2020.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço:* uma nova política da espacialidade. 2 ed. Tradução deHilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELATTI, Cláudia; TONINI, Ivaine Maria. Para onde nos transportam as fotografias de sustentabilidade ambiental? *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 27, e83229, p. 1-17, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2236499483229 .Acesso em: 26 jan. 2026.

MELATTI, Cláudia; TONINI, Ivaine Maria. São Áridas as Imagens de Guerra. *Revista de Ensino de Geografia,* Uberlândia, v. 14, n. 27, p. 90–97, 2025. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistadeensinodegeografia/article/view/77493. Acesso em: 26 jan. 2026.

MELATTI, Cláudia; TONINI, Ivaine Maria. Borbulhos cortantes na Geografia Escolar. Ensaios de Geografia. Niterói, vol. 12, nº 25, e122517, 2025. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/65989. Acesso em: 27 jan. 2025.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul.* Foz do Iguaçu, 1(1), p. 12-32, 2017a.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,*vol.32, n.94, 2017b.

MONTANES, Maria Izabel. O registro de gado vale a pena? Registro de gado e registro de marca para pecuária: entenda o processo. *Rural Centro*. Disponível em: https://www.ruralcentro.com.br/analises/registro-de-gado-e-registro-de-marca-para-a-pecuaria-entenda-o-processo-3185#google_vignette. Acesso em: 28 fev. 2025.

MONTEIRO, Fernanda Testa; PEREIRA Doralice Barros; DEL GAUDIO; Rogata Soares. Os (as) apanhadores (as) de flores e o parque nacional das sempre-vivas: entre ideologias e territorialidades. *Sociedade & Natureza*, ano 24 n. 3, 419-434, set/dez., 2012.

MONTEIRO, John. A verdade sobre a água mineral engarrafada - por que especialistas sugerem parar de consumi-la.*Escola Educação*. 2024. Disponível em: https://escolaeducacao.com.br/a-verdade-sobre-a-agua-mineral-engarrafada-por-que-especialistas-sugerem-parar-de-consumi-la/. Acesso em: 20 mar. 2025.

MORAES, Antônio Luiz; VEIGA-NETO, Alfredo. Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível. In: Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares. Florianópolis: UFSC, p. 1-18, 2008.

MOREIRA, Mafalda. Parques eólicos: o vilão das aves e morcegos*,Revista de Ciência Elementar*, v 7, n. 3, 2019. Disponível em: https://rce.casadasciencias.org/rceapp/art/2019/057/. Acesso em: 31 jan. 2026.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. *Geografia Geral e do Brasil*: espaço geográfico e globalização: ensino médio. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2016.

MOVIMENTO PIMP MY CARROÇA. *Pimp My Carroça em Circuito*. Disponível em: https://pimpmycarroca.com/projeto/pimp-my-carroca-em-circuito/. Acesso em: 25 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU**.***Raça Nelore: caracterização*. Disponível em: http://www.nelore.org.br/Raca/Caracterizacao/. Acesso em: 01 fev. 2026.

NUNES, Mônica. A arte e o amor de Mudano pelos catadores e pela liberdade. *Conexão Planeta.* 2017. Disponível em:https://conexaoplaneta.com.br/blog/a-arte-e-o-amor-de-mundano-pelos-catadores/. Acesso em: 25 jul. 2025.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. *O Livro Didático de Geografia como estratégia de governamento.* Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de. Tropas de imagens partilham o (não) saber geográfico:territórios contestados de poder. *Punto Sur*, n. 2, p. 5-19, 2020. Disponível em: http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/RPS/issue/view/640. Acesso em: 3 set. 2021.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Sobre "limites" e "gerações". *In*: OLIVEIRA, Leandro Dias de.*Geopolítica ambiental:*a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992). Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; RAMÃO, Felipe de Souza; MELO, Marcos Vinicius de. A ideologia do desenvolvimento sustentável:um breve balanço sobre sua prática no ensino de geografia. *Giramundo***.**v.1, n.1. p.55-66,jan/jun., 2014.

OLIVIERI, Fernando; RIZO, Lia. Por que Davos? Entenda como a estação suíça passou a sediar o Fórum Econômico Mundial. Exame.com. Disponível em: acesso https://exame.com/mundo/por-que-davos-entenda-como-a-estacao-suica-passou-a-sediar-o-forum-economico-mundial/. Acesso em: 04 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo:*a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque, 2015.Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).*Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas.* Belém, 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In*. MEYER, Dagmar

Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.* Belo Horizonte: Mazza, 2012.

PARAÍSO, Marlucy Alves. *Criar possíveis com currículos e docências*. *YouTube*, 2021. Vídeo, 1:03:45. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aC69z4QohQU. Acesso em:20 jun. 2022.

PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. *Revista Ecopolítica*. São Paulo, n. 5, p. 2-37, jan./abr., 2013.

PASSETTI, Edson. *Entrevista com Edson Passetti*. *YouTube*, 2023. Entrevista realizada em 2011. Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0fF_VpTvsqw. Acesso em: 10 out. 2025.

PNUD BRASIL. *Declaração do Milênio*. Brasília, 29 jun. 2016. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declaracao-do-milenio. Acesso em: 14 out. 2025

PERNISA JR., Carlos; LANDIM, Marisa. O pensamento como imagem. *In*. PERNISA JR., Carlos; FURTADO, Fernando Fábio Fiorese; ALVARENGA, Nilson Assunção. (Orgs.). *Walter Benjamin:* imagens. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PONTES JR., Felício de Araújo; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. A Natureza como sujeito de direitos, a proteção do Rio Xingu em face da construção de Belo Monte. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). *Descolonizar o imaginário*. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

POWERS, Devon. Towards a futurist cultural studies. *International Journal of Cultural Studies,* v. 23, n. 4, p. 451–457, 2020.

QUEIROZ FILHO, Antônio Carlos. Uma Carta Para Mainha: sobre (minha) vida acadêmica – poéticas do desaprender e suas exclamações, interrogações e reticências...*IN*: *Linguagens do desaprender: gestos intensivos e política dos afetos*. (Orgs) Aldo Gonçalves de Oliveira *et al*. Porto Alegre: Evangraf, 2022.

QUEIROZ FILHO, Antônio Carlos; BORGES, Rafael Fafá. Estamos em aula: Geografias de afeto, encontro e devir. *In*: OLIVEIRA, Aldo Gonçalves (Org.). *Geografias e educação*: singulares mãos docentes. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: Edgardo Lander (Org.)*A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Capital, 2005.

RIBEIRO, Carolina Silva. Energia, justiça ambiental e conflitos socioambientais eólicos no mundo. Trabalho apresentado no XV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica – (ECOECO). Santarém, 2023. Disponível em: https://ecoeco2023.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=8143. Acesso em: 30 jan. 2026.

ROCHA, Rosely. *Eólicas provocam insegurança alimentar e morte de animais, alertam entidades*, 2024. Disponível em:https://www.cut.org.br/noticias/eolicas-provocam-inseguranca-alimentar-e-morte-de-animais-alertam-entidades-93ae. Acesso em: 19 jul. 2025.

SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*: como chegamos até aqui ou como o país dos "pactos", das "conciliações", das "frentes amplas" produziu seu próprio colapso. São Paulo: Vestígio, 2022.

SAFATLE, Vladimir. *Alfabeto das colisões:* filosofia prática em modo crônico. São Paulo: Ubu, 2024.

SANTOS,Bethânia Gabrielle dos; BRANQUINHO, Fátima Teresa Braga, Humanos, sempre-vivas e outrosque-não-humanos: coletando e compondo o mundo comum no Espinhaço Meridional-MG, *Anuário Antropológico* [Online], v.45 n.3, 2020. Disponível em:http://journals.openedition.org/aa/6591. Acesso em: 29 jan. 2026.

SAVI NETO, Pedro; LA FARE, Mônica, SILVA.Débora dos Santos da. Ética, autonomia e pesquisa em educação: questionamentos à regulação brasileira da conduta dos pesquisadores. *Revista Brasileira de Educação*. v. 25, e250013, 2020.

SCHIMDT, Thales; PAIXÃO, Fernanda. Aposta na COP26, lítio e carros elétricos podem ser falsa solução climática. *Brasil de Fato***.** Disponível em: http://desacato.info/aposta-na-cop26-litio-e-carros-eletricos-podem-ser-falsa-solucao-climatica-2/. Acesso em: 30 nov. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.*O que é crédito de carbono?*2023. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/o-que-e-credito-de-carbono%2C0371bc6d15757810VgnVCM1000001b00320aRCRD. Acesso em: 9 ago. 2025.

SENE, José Eustáquio de. O livro didático como produto da geografia escolar: obra menor*? Revista de Educação em Geografia.*,v. 4, n. 7, p. 27-43, jan./jun., 2014. Disponível em: https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/143. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, Rodrigo Ozelame da; BORBA, Carolina dos Anjos de; FOPPA, Carina Catiana. O sistema/mundo colonial/moderno e a natureza: reflexões preliminares. *Revista Videre*, *13*(26), 138–169, 2021.Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/12939. Acesso em: 29 jan. 2026.

SILVA, Iago Gomes da; MIRANDA, Eduardo Oliveira. A decolonialidade e corpo-território como base epistêmica para compreensão do racismo ambiental no Brasil. *Geografia Ensino &Pesquisa*, Santa Maria, Ed. Esp., e5, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2236499472396. Acesso em: 17 jul. 2023.

SILVA-JEAN, Marcos; Paes-de-Souza, Mariluce; Souza Filho, Teófilo Alves; Silva, Tânia Nunes. *Nueva mirada al trabajore colector considerando El esfuerzo humano em La preservación de los bosques em Amazonía*. **Espacios**, 37(13), p. 1–19, 2016. Disponível em: https://www.revistaespacios.com/a16v37n13/16371319.html. Acesso em: 29 jan. 2026.

SOUZA, Cícero Harisson; DUCCINI, Luciana. Aspectos de precariedade urbana nos bairros Itaberaba e João Paulo II em Juazeiro (BA). *Revista Cerrados*, v. 15, n. 02, p. 246–262, 2017.

SOUZA JR, Carlos Roberto Bernardes de. Plantationoceno: Releituras, tessituras, lugar-obra e geopoéticas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 16, n. 2, p.202 –220, 2022.

STANDING. Guy. *O precariado*: a nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TONINI, Ivaine Maria. *Identidades capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros de geografia.* 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TONINI, Ivaine Maria. Notas sobre imagens para ensinar Geografia. *Revista Brasileira de Educação Geográfica*. Campinas, v.3, n. 6, p. 177-191, jul/dez., 2013.

TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Lígia Beatriz. Desafios para potencializar o Livro Didático de Geografia. *In:*TONINI, Ivaine Maria et al. (Orgas.). *O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem*. Porto Alegre: Sulina, 2017.

TONINI, Ivaine Maria; Lessa, Davi; Melatti, Cláudia; Moura, Marcelo. Crise climática e os movimentos socioespaciais nos livros didáticos de Geografia. *Geographia Meridionalis*, *8*, e0250008. 2025. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/28575. Acesso em: 27 jan. 2026.

TONETTO. Élida Pasini.Tecnologia é Gambiarra. *In*: OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de *et al Linguagens do desaprender*: gestos intensivos e política dos afetos.. Porto Alegre: Evangraf, 2022.

TRALDI, M. Acumulação por despossessão e greengrabbing: parques eólicos, arrendamento e apropriação de terras no semiárido brasileiro. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021.

UNBTV.*Diálogos:* desafios para a colonialidade. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qFZki_sr6ws. Acesso em: 31 jan. 2026.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sustentabilidade [Curso de Extensão]. São Paulo: USP, s.d. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/mod/resource/view.php?id=156947. Acesso em: 23 out. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v.17, n. 50, p. 267-492, mai/ago., 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande. Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, p.208-224, 2014.

VIANA, Eduardo; STETSENKO, Anna. Compromisso e posicionamento: ética em pesquisa ativista e transformadora. In: *Ética e pesquisa em educação: subsídios* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: ANPEd, v. 2, 2021.

VICENTINO, Cláudio; Campos, Eduardo; Sene, Eustáquio de. *Diálogos em ciências humanas*: consciência ambiental. São Paulo: Ática, 2020.